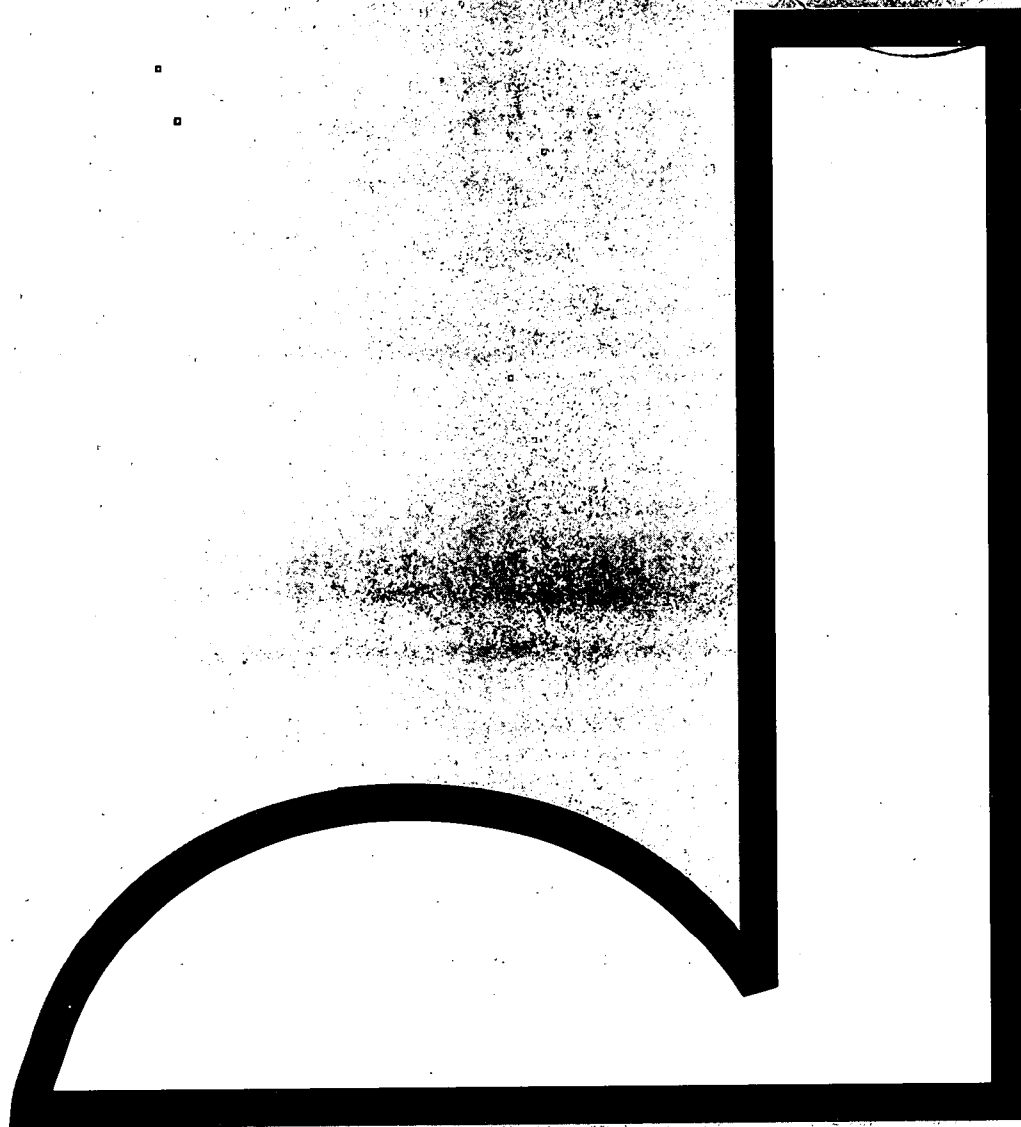
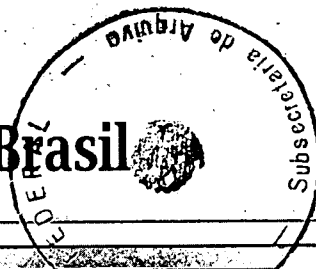


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO
DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - Nº 007

QUARTA-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 1999

BRASÍLIA-DF

| MESA | | |
|---|--|--|
| <p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i></p> <p>2º Vice-Presidente <i>Júnia Marise – Bloco – MG</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p> | <p>3º Secretário <i>Flaviano Melo – PMDB – AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Lucídio Portella – PPB – PI</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1ª Emilia Fernandes – Bloco – RS</i> <i>2ª Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3ª Joel de Hollanda – PFL – PE</i> <i>4ª Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p> | |
| <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos(1) <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Joel de Hollanda – PFL – PE</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p> | <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Emilia Fernandes – Bloco – RS</i> <i>José Ignácio Ferreira – PSDB – ES</i> <i>Lauro Campos – Bloco – DF</i></p> | |
| LIDERANÇAS | | |
| <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Elcio Alvares – PFL – ES</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda – PSDB – DF</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i></p> | <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p> | <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder <i>Sergio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Péres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Esperidião Amin</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder <i>Odacir Soares</i></p> |

(1) Reeitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

Atualizada em 4-11-98

| EXPEDIENTE | |
|---|---|
| <p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p> | <p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p> |

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 7ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE JANEIRO DE 1999

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 887/98, de 14 de dezembro último, encaminhando informações e esclarecimentos referentes ao Requerimento nº 568, de 1998, do Senador Romero Jucá (Anexado ao Projeto de Resolução nº 101, de 1998, que se encontrava com a tramitação sobrestada). O Requerimento vai ao Arquivo. O Projeto de Resolução nº 101, de 1998, volta à sua tramitação normal e retorna à Comissão de Assuntos Econômicos, para exame da emenda de Plenário. 01369

Nº 5/99, de 7 do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 571, de 1998, do Senador Ernandes Amorim. Ao Arquivo. 01369

1.2.2 – Parecer

Nº 26, de 1999, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre as emendas oferecidas no turno suplementar ao Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1994 (nº 1.177/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício profissional do Técnico de Segurança Patrimonial e dá outras providências. 01369

1.2.3 – Ofícios

Nºs 34 a 38/99, de 12 do corrente, do Líder do PT e do Bloco Parlamentar de Oposição no Senado Federal, de indicação de membro para as Comissões de Assuntos Sociais, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e Parlamentar Conjunta do Mercosul, como titular; de Educação, e de Fiscalização e Controle, como suplente. Designação do Senador Geraldo Cândido para integrar as referidas Comissões. 01370

1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1999, de autoria do Senador João Rocha, que revoga o art. 112 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. À publicação. 01371

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Prejudicialidade do Requerimento nº 247, de 1997, de autoria da Senadora Benedita da Sil-

va, que requer nos termos regimentais, a criação da Comissão Especial Temporária Externa, composta por 6 Senadores, para, durante 60 dias, acompanhar a investigação de crimes cometidos no Estado do Rio de Janeiro, passando por cima das prerrogativas mínimas de Direitos Humanos a que tem direito o cidadão. Ao arquivo. 01375

Prejudicialidade do Requerimento nº 342, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que requer nos termos regimentais, o comparecimento do Ministro da Agricultura e do Abastecimento, a fim de prestar, perante o Plenário do Senado, informações sobre as denúncias formuladas pela imprensa a respeito dos novos índices propostos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para medir o grau de eficiência e utilização da terra e conseqüentemente para regular os processos de desapropriações para fins de Reforma Agrária. Ao arquivo. 01375

Prejudicialidade do Diversos nº 84, de 1996, que convida o Presidente do Senado para visitar a República do Iraque, a frente de uma delegação parlamentar. Ao arquivo. 01375

Prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1995 (nº 1.504/91, na Casa de origem), que proíbe a captura de mamíferos aquáticos das Ordens Sirênia, Carnívora e Cetácia, e de répteis da Ordem Chelônia, em território brasileiro, e dá outras providências, em virtude da sanção da Lei nº 9.605, de 1998, referente ao assunto. Ao Arquivo. 01375

Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 1995, de autoria do Senador Jefferson Péres, que revoga dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de junho de 1971, bem como a Lei nº 8.247, de 23 de outubro de 1991, por ter perdido a oportunidade, em virtude da revogação total das referidas leis, pela Lei nº 9.096, de 1995. Ao Arquivo. 01375

Prejudicialidade do Projeto de Resolução nº 120, de 1995, de iniciativa da Comissão Diretora, que extingue o Órgão Especial de Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, em virtude da promulgação da Resolução nº 9, de 1997. Ao Arquivo. 01375

Anexação do Projeto de Lei do Senado nº 328, de 1991, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que disciplina as eleições para a Câmara dos Deputados e Assembléias Legislati-

- vas, ao Projeto de Lei do Senado nº 189, de 1998, de iniciativa da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, que altera o art. 9º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, o art. 88 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 e o art. 18 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, fixando os prazos mínimos de domicílio eleitoral e filiação partidária para o registro de candidato às eleições, de acordo com a deliberação do Plenário em 28 de novembro de 1995, ao aprovar o Requerimento nº 703, de 1995. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 01375
- Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.717-4, adotada em 7 de janeiro de 1999 e publicada no dia 8 do mesmo mês e ano, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário no valor de R\$68.383.840.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 01375
- Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.719-3, adotada em 7 de janeiro de 1999 e publicada no dia 8 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, da Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 01376
- Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.727-2, adotada em 7 de janeiro de 1999 e publicada no dia 8 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 01376
- Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.730-8, adotada em 6 de janeiro de 1999 e publicada no dia 7 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 01377
- Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.796, adotada em 6 de janeiro de 1999 e publicada no dia 7 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 01378
- Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.797, adotada em 6 de janeiro de 1999 e publicada no dia 7 do mesmo mês e ano, que estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 01378
- 1.2.6 – Ofícios**
- Nºs 5 e 6/99, de 11 do corrente, do Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros, para integrarem as Comissões Mistas destinadas a analisar as Medidas Provisórias nºs 1.718-3 e 1.785, de 1998, respectivamente. 01379
- S/Nºs /98, de 6 de janeiro, do Líder do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões Especiais Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.711-5, 1.785 a 1.793, de 1998 e 1.794-8 e 1.795, de 1999. 01379
- 1.2.7 – Discursos do Expediente**
- SENADOR JEFFERSON PÉRES – Reflexões sobre as cenas dramáticas veiculadas pela televisão, de tentativa de suicídio de uma mulher grávida. Preocupação com os cortes orçamentários para a área social. 01381
- SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Louvor à brilhante atuação do desembargador Ráfael Carneiro Arnaud, que deixa a presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, e votos de êxito ao atual presidente, desembargador José Martinho Lisboa. 01383
- SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Apoio ao movimento de parlamentares contra a extinção do DNOCS. Críticas aos escassos recursos destinados à Sudene. Considerações sobre o endividamento dos Estados e sua negociação com a União. 01385
- SENADOR FERNANDO BEZERRA – Contrário à edição da Medida Provisória nº 1.788, de 29 de dezembro de 1998, que aumenta a tributação da renda das pessoas jurídicas. 01391
- SENADOR EDUARDO SUPLICY, como Líder – Esclarecimentos sobre o convite aos governadores para comparecerem ao Senado Federal, a fim de prestarem informações sobre a real situação financeira de seus Estados. 01392
- 1.2.8 – Comunicação da Presidência**
- Presença na Casa da Senhora Luzia Alves Toledo, suplente convocada da representação do

Estado do Espírito Santo, em virtude de afastamento do Titular, Senador Ricardo Santos, para exercer o cargo de Secretário de Estado da Coordenação do Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo. 01394

1.2.9 – Prestação do compromisso regimental e posse da Senadora Luzia Alves Toledo

1.2.10 – Comunicação

Da Senadora Luzia Toledo, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar. 01394

1.2.11 – Requerimento

Nº 9, de 1999, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1999 (nº 1.064/91, na Casa de origem), que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências. 01394

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória. **A matéria constará da pauta da sessão deliberativa ordinária de amanhã**, após Parecer nº 27, de 1999, de Plenário, sobre as emendas de Plenário oferecidas em turno suplementar, proferido pelo Sr. Sebastião Rocha. 01394

Item 2

Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1998 (nº 619/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Países-Membros do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Artur da Távola. À Comissão Diretora para redação final. 01407

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1998 (**Parecer nº 28, de 1999**). **Aprovada**. À Promulgação. 01408

1.3.1 – Fala da Presidência

Proposta de inclusão de mensagens presidenciais de indicação de embaixadores na pauta de hoje. **Aprovada**, com aquiescência das Lideranças. 01409

1.3.2 – Ordem do Dia (continuação)

Item 3 (Incluído na pauta com aquiescência das Lideranças)

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 241,

de 1998 (nº 1.320/98 na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Sérgio de Queiroz Duarte, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, e, cumulativamente, junto à República da Eslovênia. **Aprovado. (Votação nominal e secreta.)** 01409

Item 4 (Incluído na pauta com aquiescência das Lideranças)

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 242, de 1998 (nº 1.321/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Affonso Celso de Ouro-Preto, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia. **Aprovado. (Votação nominal e secreta.)** 01409

1.3.3 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 9, de 1999, lido no Expediente da presente sessão. Prejudicado, após usar da palavra o Senador Roberto Freire. 01410

1.3.4 – Requerimentos

Nº 10, de 1999, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1999, que aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile. **Aprovado**. 01410

Nº 11, de 1999, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1999, que aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina. **Aprovado**. 01411

1.3.5 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR NEY SUASSUNA – Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Senador João Calmon. 01411

SENADORA LUZIA TOLEDO – Pronunciamento de posse na assunção do mandato senatorial em substituição ao Senador Ricardo Santos, designado Secretário de Estado da Coordenação do Planejamento do Governo do Espírito Santo. 01412

SENADOR SÉRGIO MACHADO, como Líder – Felicitações à Senadora Luzia Toledo pela posse nesta Casa. 01414

SENADOR GILVAM BORGES – Considerações sobre a decretação de moratória do Estado de Minas Gerais. 01414

| | | | |
|--|-------|--|-------|
| SENADOR <i>ERNANDES AMORIM</i> – Necessidade de política de incentivos do Governo Federal para o setor da cacauicultura, especialmente para o Estado de Rondônia..... | 01417 | da no Diário do Senado Federal do dia subsequente..... | 01424 |
| SENADOR <i>MAURO MIRANDA</i> – Implicações da moratória pedida pelo Governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Itamar Franco..... | 01418 | 3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 12-1-99 | |
| SENADOR <i>JOSÉ EDUARDO DUTRA</i> – Considerações sobre a situação de miséria no sertão nordestino, abordada em artigo da <i>Gazeta de Sergipe</i> , de hoje..... | 01419 | 4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL | |
| 1.3.6 – Discurso encaminhado à publicação | | Nº 63, de 1999, referente ao servidor Gilberto Benedito de Castro Oliveira..... | 01426 |
| SENADOR <i>LÚCIO ALCÂNTARA</i> – Elogios à Secretaria de Transportes, Energia, Comunicações e Obras do Estado do Ceará – SETECO, pelos resultados obtidos no triênio 95/98..... | 01420 | Nº 64, de 1999, referente ao servidor José Nóbrega..... | 01426 |
| 1.3.7 – Comunicações da Presidência | | Nº 65, de 1999..... | 01427 |
| Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... | 01423 | Nº 66, de 1999, referente ao servidor Jolimar Corrêa Pinto..... | 01428 |
| Lembrando ao Plenário a convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, quarta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, destinada à apreciação das Medidas Provisórias nºs 1.788, 1.790, 1.791 e 1.793, de 1998..... | 01423 | Nº 67, de 1999, referente à servidora Maria Emília Veil da Costa..... | 01428 |
| 1.4 – ENCERRAMENTO | | 5 – GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR | |
| 2 – RETIFICAÇÃO | | Apresentação da chapa, conforme a convocação da Sessão Plenária do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, publicado no Diário do Congresso Nacional de 6-1-99, objetivando a eleição dos membros e respectivos suplentes da Comissão Deliberativa..... | 01429 |
| Ata da 137ª sessão deliberativa ordinária, realizada em 15 de dezembro de 1998, e publicada | | 6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR | |
| | | 7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES | |
| | | 8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA) | |

Ata da 7ª Sessão Deliberativa Ordinária em 12 de janeiro de 1998

7ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães
Geraldo Melo e Ronaldo Cunha Lima*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Abdias Nascimento – Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Eptácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Jonice Tristão – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Eduardo – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Roberto Arruda – José Saad – Júlio Campos – Júnia Marise – Juvêncio Dias – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Leonel Paiva – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luzia Toledo – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Guerra – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Roberto Freire – Roberto Requião – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sandra Guidi – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISOS

DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Nº 887/98, de 14 de dezembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações e esclarecimentos referentes ao Requerimento nº 568, de 1998, do Senador Romero Jucá.

As informações e os esclarecimentos foram encaminhados, em cópia, ao requerente e anexados ao Projeto de Resolução nº 101, de 1998, que se encontrava com sua tramitação interrompida, aguardando a resposta ao referido requerimento.

O requerimento vai ao Arquivo.

O Projeto de Resolução nº 101, de 1998, volta à tramitação normal e retorna à Comissão de Assuntos Econômicos, para exame da emenda de Plenário.

Nº 5/99, de 7 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 571, de 1998, do Senador Ernandes Amorim.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

PARECER Nº 26, DE 1999

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre as emendas oferecidas no turno suplementar ao substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1994 (nº 1.177, de 1991, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício profissional do Técnico de Segurança Patrimonial e dá outras providências.

Relator: Senador José Alves

I – Relatório

São submetidas a esta Comissão de Assuntos Sociais as emendas oferecidas, em plenário, ao substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1994, que "Dispõe sobre o exercício profissional do Técnico de Segurança Patrimonial e dá outras providências".

As emendas, de autoria do Senador Edison Lobão, têm por finalidade:

1 – dar nova redação aos incisos VI e VII do art. 2º, sob a alegação de que o texto proposto pelo substitutivo estabelece delegação normativa extremamente abrangente (Emendas nºs 1 e 2);

2 – dar nova redação ao inciso I do art. 3º, por motivo de ordem constitucional (Emenda nº 3);

3 – dar nova redação ao inciso II do art. 3º, por conflitar com o disposto no art. 4º (Emenda nº 4);

4 – dar nova redação ao inciso III do art. 3º, a fim de dar maior clareza ao texto (Emenda nº 5).

É o relatório.

II – Voto do Relator

Cabe-nos tão-somente examinar as emendas, uma vez que o projeto já foi aprovado por esta Comissão, na forma do substitutivo oferecido pelo relator.

As Emendas nº 1 e 2 devem ser acolhidas, pois os dispositivos a que visam alterar são muito abrangentes, por darem ao Técnico de Segurança Patrimonial atribuições não-condizentes com a sua qualificação profissional. Ademais permanecendo o texto original, haveria conflito com outras normas legais vigentes.

A emenda nº 3 é procedente e oportuna, pois a delegação de atribuições ao Ministério da Educação e do Desporto, como proposto pelo substitutivo, contraria o art. 61, § 1º, II, e, da Constituição Federal, que determina ser de iniciativa do Presidente da República a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

A Emenda nº 4 deve ser acatada para evitar que o dispositivo que fixa a carga horária de 480 horas/aula venha a conflitar com o art. 4º, o qual autoriza o Ministério da Educação e do Desporto a estabelecer o currículo mínimo para o Curso de Formação em Técnicas de Segurança Patrimonial. Por outro lado, ao dar novas atribuições ao Ministério da Justiça, o dispositivo conflita também com o art. 61, § 1º, II, e, da Constituição Federal.

A Emenda nº 5 deve ser acolhida, pois, além de tornar mais claro o texto do dispositivo, exige

acertadamente que o reconhecimento de cursos de especialização realizados no exterior, relativos a profissão de Técnico de Segurança Patrimonial, obedecerá a regulamento a ser expedido pelos órgãos federais competentes.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação das cinco emendas oferecidas, em plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1994.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 1998. –
Ademir Andrade, Presidente – **José Alves**, Relator – **Sebastião Rocha** – **Nabor Junior** – **Leonel Paim** – **Iris Resende** – **Arlindo Porto** – **Osmar Dias** – **Romero Jucá** – **Emília Fernandes** – **Marluce Pinto** – **Lúcio Alcântara** – **Júlio Campos** – **Romeu Tuma** – **Mauro Miranda** – **Leomar Quintanilha** – **Carlos Wilson**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....
II – disponha sobre:

.....
e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

.....
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 34/99-GLDPT

Brasília, 12 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Geraldo Cândido, para titular da Comissão de Assuntos Sociais, como representante do Bloco Parlamentar

de Oposição, na vaga decorrente da renúncia da Senadora Benedita da Silva.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Eduardo Suplicy**, Líder do PT e do Bloco Parlamentar de Oposição.

OFÍCIO Nº 35/99-GLDPT

Brasília, 12 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Geraldo Cândido, para titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como representante do Bloco Parlamentar de Oposição, na vaga decorrente da renúncia da Senadora Benedita da Silva.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Eduardo Suplicy**, Líder do PT e do Bloco Parlamentar de Oposição.

OFÍCIO Nº 36/99 – GLDPT

Brasília-DF, 12 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Geraldo Cândido, para suplente da Comissão de Educação, como representante do Bloco Parlamentar de Oposição, na vaga decorrente da renúncia da Senadora Benedita da Silva.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Eduardo Suplicy**, Líder do PT e do Bloco Parlamentar de Oposição.

OFÍCIO Nº 37/99 – GLDPT

Brasília-DF, 12 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Geraldo Cândido, para suplente da Comissão de Fiscalização e Controle, como representante do Bloco Parlamentar de Oposição, na vaga decorrente da renúncia da Senadora Benedita da Silva.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Eduardo Suplicy**, Líder do PT e do Bloco Parlamentar de Oposição.

OFÍCIO Nº 38/99 – GLDPT

Brasília-DF, 12 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador Geraldo Cândido para titular da Comissão Parlamentar

Conjunta do Mercosul, como representante do Bloco Parlamentar de Oposição, na vaga decorrente da renúncia da senadora Benedita da Silva.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Eduardo Suplicy**, Líder do PT e do Bloco Parlamentar de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência designa o Senador Geraldo Cândido para integrar as Comissões a que se referem os ofícios lidos, em conformidade com as indicações da Liderança do Bloco da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo da Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 1999

Revoga o art. 112 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o art. 112 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de publicação.

Justificação

Dentre as inovações estabelecidas pelo novo Código de Trânsito Brasileiro, a obrigatoriedade de porte de um "conjunto de primeiros socorros", conforme consta do art. 112 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, tem sido motivo de inúmeras manifestações recentes na mídia, a maioria das quais ressaltando a impropriedade de tal obrigação.

Segundo esse dispositivo, os materiais e equipamentos integrantes do "estojo ou kit de primeiros socorros", como a população e a imprensa a ele têm se referido, seriam regulamentados pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), o que veio a se concretizar com a edição da Resolução nº 42, de 21 de maio de 1998, a qual fixou em 1º de janeiro deste ano o início do seu porte obrigatório.

Com a eficácia da medida, nota-se, entretanto, o total descompasso entre as boas intenções do legislador e o uso desse "conjunto de primeiros socorros", concebido para ser utilizado como um elemento operacional no contexto de várias outras iniciativas que visavam à conscientização dos motoristas e da população em geral para o socorro aos acidentados de trânsito. Dessas, são exemplo as disposições

constantes dos arts. 77, 147, inciso IV, 150, parágrafo único e 269, inciso XI, que determinam a criação de cursos de primeiros socorros e subseqüentes exames dos motoristas quanto à sua habilidade em aplicá-los às vítimas de trânsito.

Todavia, a simples obrigatoriedade do porte desse conjunto, desacompanhada das demais medidas de caráter educativo e instrutivo, revela-se factualmente inútil para o alcance do seu objetivo principal. Assim, ao invés de contribuir para a redução da morbimortalidade nos acidente de trânsito, o mau uso desses materiais, por pessoas não instruídas adequadamente, pode até promover maiores danos aos acidentados, conforme relatos, na imprensa, de especialistas na matéria.

Ademais, a carência quanto à imediata disponibilidade desse conjunto em quantidade suficiente ao atendimento de todos os usuários pode contribuir para a criação de uma "indústria de multas", visto que o descumprimento de seu porte obrigatório implica o pagamento de multa no valor de 120 UFIR (em torno de R\$118,00) e a imposição de 5 pontos negativos para o motorista infrator, em razão de tratar-se de infração considerada grave, nos termos do art. 230, inciso IX, combinado com os arts. 258 e 259 do Código de Trânsito Brasileiro.

Ressalte-se, também, para demonstrar a desproporção das penalidades previstas, que tal infração pertence ao mesmo grupo daquela cometida por motoristas que trafegam em velocidade superior em até 20% à permitida na via (art. 218, inciso I) ou daquela correspondente ao não uso do cinto de segurança (art. 167). Mais ainda, o não cumprimento das disposições do art. 112 é considerado mais grave do que, por exemplo, parar o veículo sobre a faixa de pedestres (art. 183) ou transitar com defeitos no sistema de iluminação, sinalização ou com lâmpadas queimadas (art. 230, inciso XXII).

Urge, portanto, que seja tomada iniciativa no sentido de eliminar a obrigatoriedade do porte desse "conjunto de primeiros socorros" e que sejam, igualmente, adotadas medidas de sensibilização dos usuários quanto à conveniência de dispor desses materiais e equipamentos no interior dos veículos em substituição ao caráter impositivo da lei.

São essas as razões que me levam a propor este projeto de lei, submetendo-o à consideração dos nobres colegas, com vistas a corrigir impropriedade do nosso Código de Trânsito que tantos transtornos tem causado aos proprietários de veículos no curto espaço de tempo em que está em vigor.

Sala das Sessões, 12 de janeiro de 1999. –
Senador **João Rocha**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 112. O Contran regulamentará os materiais e equipamentos que devam fazer parte do conjunto de primeiros socorros, de porte obrigatório para os veículos.

Art. 77. No âmbito da educação para o trânsito caberá ao Ministério da Saúde, mediante proposta do Contran, estabelecer campanha nacional esclarecendo condutas a serem seguidas nos primeiros socorros em caso de acidente de trânsito.

Parágrafo único. As campanhas terão caráter permanente por intermédio do Sistema Único de saúde – SUS, sendo intensificadas nos períodos e na forma estabelecidos no art. 76.

Art. 147. O candidato à habilitação deverá submeter-se a exames realizados pelo órgão executivo de trânsito, na seguinte ordem:

I – de aptidão física e mental;

II – (Vetado);

III – escrito, sobre legislação de trânsito;

IV – de noções de primeiros socorros, conforme regulamentação do Contran;

V – de direção veicular, realizado na via pública, em veículo da categoria para a qual estiver habilitando-se.

Art. 150. Ao renovar os exames previstos no artigo anterior, o condutor que não tenha curso de direção defensiva e primeiros socorros deverá a eles ser submetido, conforme normatização do Contran.

Parágrafo único. A empresa que utiliza condutores contratados para operar a sua frota de veículos é obrigada a fornecer curso de direção defensiva, primeiros socorros e outros conforme normatização do Contran.

Art. 167. Deixar o condutor ou passageiro de usar o cinto de segurança, conforme previsto no art. 65:

Infração – grave;

Penalidade – multa;

Medida administrativa – retenção do veículo até colocação do cinto pelo infrator.

Art. 230. Conduzir o veículo:

I – com lacre, a inscrição do chassi, o selo, a placa, ou qualquer outro elemento de identificação do veículo violado ou falsificado;

II – transportando passageiros em compartimento de carga, salvo por motivo de força maior, com permissão da autoridade competente, e na forma estabelecida pelo Contran;

III – com dispositivo anti-radar;

IV – sem qualquer uma das placas de identificação;

V – que não esteja registrado e devidamente licenciado;

VI – com qualquer uma das placas de identificação sem condições de legibilidade e visibilidade:

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa e apreensão do veículo;

Medida administrativa – remoção do veículo;

VII – com a cor ou característica alterada;

VIII – sem ter sido submetido à inspeção de segurança veicular, quando obrigatória;

IX – sem equipamento obrigatório ou estando este ineficiente ou inoperante;

X – com equipamento obrigatório em desacordo com o estabelecido pelo Contran;

XI – com descarga leve ou silenciador de motor de explosão defeituoso, deficiente ou inoperante;

XII – com equipamento ou acessório proibido;

XIII – com o equipamento do sistema de iluminação e de sinalização alterados;

XIV – com registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo viciado ou defeituoso, quando houver exigência desse aparelho;

XV – com inscrições, adesivos, legendas e símbolos de caráter, publicitário afixados ou pintados no pára-brisa e em toda a extensão da parte traseira do veículo, excetuadas as hipóteses previstas neste Código;

XVI – com vidros total ou parcialmente cobertos por películas refletivas ou não, painéis decorativos ou pinturas;

XVII – com cortinas ou persianas fechadas, não autorizadas pela legislação;

XVIII – em mau estado de conservação, comprometendo a segurança, ou reprovado na avaliação de inspeção de segurança e de emissão de poluentes e ruído previsto no art. 104;

XIX – sem acionar o limpador de pára-brisa sob chuva:

Infração – grave;

Penalidade – multa;

Medida administrativa – retenção de veículo para regularização;

XX – sem portar a autorização para condução de escolares, na forma estabelecida no art. 136:

Infração – grave;

Penalidade – multa e apreensão do veículo;

XXI – de carga com falta de inscrição da tara e demais inscrições previstas neste Código;

XXII – com defeito no sistema de iluminação, de sinalização ou com lâmpadas queimadas;

Infração – média;

Penalidade – multa.

Art. 183. Parar o veículo sobre a faixa de pedestre na mudança de sinal luminoso:

Infração – média;

Penalidade – multa.

Art. 218. Transitar em velocidade superior à máxima permitida para o local, medida por instrumento ou equipamento hábil:

I – em rodovias, vias de trânsito rápido e vias arteriais:

a) quando a velocidade for superior à máxima em até vinte por cento:

Infração – grave;

Penalidade – multa;

b) quando a velocidade for superior à máxima em mais de vinte por cento:

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa (três vezes) e suspensão do direito de dirigir;

II – demais vias

a) quando a velocidade for superior à máxima em até cinquenta por cento:

Infração – grave;

Penalidade – multa;

b) quando a velocidade for superior à máxima em mais de 50% (cinquenta por cento):

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa (três vezes) e suspensão do direito de dirigir;

Medida administrativa – recolhimento do documento de habilitação.

Art. 258. As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com sua gravidade, em quatro categorias:

I – infração de natureza gravíssima, punida com multa de valor correspondente a 180 (cento e oitenta) UFIR;

II – infração de natureza grave, punida com multa de valor correspondente a 120 (cento e vinte) UFIR;

III – infração de natureza média, punida com multa de valor correspondente a 80 (oitenta) UFIR;

IV – infração de natureza leve, punida com multa de valor correspondente a 50 (cinquenta) UFIR.

§ 1º Os valores das multas serão corrigidos no primeiro dia útil de cada mês pela variação da UFIR ou outro índice legal de correção dos débitos fiscais.

§ 2º Quando se tratar de multa agravada, o fator multiplicador ou índice adicional específico é o previsto neste Código.

§ 3º (Vetado).

§ 4º (Vetado).

Art. 259. A cada infração cometida são computados os seguintes números de pontos:

I – gravíssima – sete pontos;

II – grave – cinco pontos;

III – média – quatro pontos;

IV – leve – três pontos.

§ 1º (Vetado).

§ 2º (Vetado).

CAPÍTULO XVII

Das Medidas Administrativas

Art. 269. A autoridade de trânsito ou seus agentes, na esfera das competências estabelecidas neste Código e dentro de sua circunscrição, deverá adotar as seguintes medidas administrativas:

I – retenção do veículo;

II – remoção do veículo;

III – recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação;

IV – recolhimento da Permissão para Dirigir;

V – recolhimento do Certificado de Registro;

VI – recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual;

VII – (Vetado);

VIII – transbordo do excesso de carga;

IX – realização de teste de dosagem de alcoolemia ou perícia de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica;

X – recolhimento de animais que se encontrem soltos nas vias e na faixa de domínio das vias de circulação, restituindo-os aos seus proprietários, após o pagamento de multas e encargos devidos.

§ 1º A ordem, o consertimento, a fiscalização, as medidas administrativas e coercitivas adotadas pelas autoridades de trânsito e seus agentes terão por objetivo prioritário a proteção à vida e à incolumidade física da pessoa.

§ 2º As medidas administrativas previstas neste artigo não elidem a aplicação das penalidades impostas por infrações estabelecidas neste Código, possuindo caráter complementar a estas.

§ 3º São documentos de habilitação a Carteira Nacional de Habilitação e a Permissão para Dirigir.

§ 4º Aplica-se aos animais recolhidos na forma do inciso X o disposto nos arts. 271 e 328, no que couber.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 21 DE MAIO DE 1998

O Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, usando da competência que lhe confere o artigo 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e conforme o Decreto nº 2.327, de 23 de setembro de 1997, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, resolve:

Art. 1º Os materiais e equipamentos de primeiros socorros de porte obrigatório nos veículos são os seguintes:

I – dois rolos de ataduras de crepe;

II – um rolo pequeno de esparadrapo;

III – dois pacotes de gase;

IV – uma bandagem de tecido de algodão do tipo bandagem triangular;

V – dois pares de luvas de procedimento;

VI – uma tesoura de ponta romba.

Parágrafo único. Os materiais e equipamentos constantes deste artigo deverão se acondicionados em um mesmo local e de fácil acesso.

Art. 2º Os materiais e equipamentos poderão ser adquiridos em qualquer estabelecimento comercial, sem padronização de marcas ou modelos.

Parágrafo único. Nenhum produto perecível ou com prazo de validade deverá fazer parte deste quite materiais.

Art. 3º As montadoras, encarregadoras, os importadores e fabricantes, ao comerciarem veículos automotores produzidos a partir de 1º de janeiro de 1999 serão obrigados a fornecer, no ato da comercialização do respectivo veículo, os materiais e equipamentos a que se refere o artigo 1º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1999. – **Renan Calheiros**, Ministério da Justiça, **Eliseu Padilha**, Ministério dos Transportes, **Lindolpho de Carvalho Dias** – Suplente, Ministério da Ciência e Tecnologia, **Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena**, Ministério do Exército, **Luciano Oliva Patrício** – Suplente, Ministério da Educação e do Desporto, **Gustavo Krause**, Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, **Barjas Negri** – Suplente, Ministério da Saúde

.....
.....
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O projeto lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência declara prejudicadas, nos termos do art. 334, "a", do Regimento Interno, as seguintes matérias:

- Requerimento nº 247, de 1997;
- Requerimento nº 342, de 1997; e
- Diversos nº 84, de 1996.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência declara prejudicadas, nos termos do art. 334, "a", do Regimento Interno, as seguintes matérias:

– Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1995 (nº 1.504/91, na Casa de origem), que proíbe a captura de mamíferos aquáticos das Ordens Sirênia, Carnívora e Cetácia, e de répteis da Ordem Chelônia, em território brasileiro, e dá outras providências, em virtude da sanção da Lei nº 9.605, de 1998, referente ao assunto;

– Projeto de Lei do Senado nº 148, de 1995, de autoria do Senador Jefferson Péres, que revoga dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de junho de 1971, bem como a Lei nº 8.247, de 23 de outubro de 1991, por ter perdido a oportunidade, em virtude da revogação total das referidas leis, pela Lei nº 9.096, de 1995; e

– Projeto de Resolução nº 120, de 1995, de iniciativa da Comissão Diretora, que extingue o Órgão Especial de Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, em virtude da promulgação da Resolução nº 9, de 1997.

As matérias vão ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência, de acordo com a deliberação do Plenário, de 28 de novembro de 1995, ao aprovar o Requerimento nº 703, de 1995, determina a anexação do Projeto de Lei do Senado nº 328, de 1991, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que disciplina as eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, ao Projeto de Lei do Senado nº 189, de 1998, de iniciativa da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, que altera o art. 9º da lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997; o art. 88 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965; e o art. 18 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, fixando os prazos mínimos de domicílio eleitoral e filiação partidária para o registro de candidato às eleições.

As matérias retornam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a **Medida Provisória nº 1.717-4**, adotada em 7 de janeiro de 1999 e publicada no dia 8 do mesmo mês e ano, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário no valor de R\$ 68.383.840.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

| Titulares | | Suplentes |
|---------------------------------|------|------------------|
| | PFL | |
| José Agripino | | Jônice Tristão |
| Geraldo Althoff | | Djalma Bessa |
| | PMDB | |
| Jader Barbalho | | Fernando Bezerra |
| Nabor Júnior | | Carlos Bezerra |
| | PSDB | |
| Osmar Dias | | Lúdio Coelho |
| Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS) | | |
| Eduardo Suplicy | | Sebastião Rocha |
| | PPB | |
| Leomar Quintanilha | | Sandra Guidi |

DEPUTADOS**PSDB****Titulares****Suplentes**

PFL

Inocêncio Oliveira
José Carlos AleluiaAbelardo Lupion
Álvaro Gaudêncio Neto

PSDB

Arnon Bezerra
Marcus VicenteArnaldo Madeira
Luiz Carlos Hauly

Bloco (PMDB/PRONA)

Edinho Bez

Paulo Rítzel

Bloco (PT/PDT/PC do B)

Marcelo Déda

Fernando Ferro

PPB

Ricardo Izar

Felipe Mendes

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-99 – designação da Comissão Mista

Dia 13-1-99 – instalação da Comissão Mista

Até 13-1-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 22-1-99 – prazo final da Comissão Mista

Até 6-2-99 – prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a **Medida Provisória nº 1.719-3**, adotada em 7 de janeiro de 1999 e publicada no dia 8 do mesmo mês e ano, que "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, da Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PFL

José Agripino
Edison LobãoFrancelino Pereira
Freitas Neto

PMDB

Jader Barbalho
Nabor JúniorFernando Bezerra
Carlos Bezerra

Carlos Wilson

Jefferson Peres

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

Eduardo Suplicy

Sebastião Rocha

PPB

Leomar Quintanilha

Sandra Guidi

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

Inocêncio Oliveira
José Carlos AleluiaAbelardo Lupion
Álvaro Gaudêncio Neto

PSDB

Aloysio Nunes Ferreira
Arthur VirgílioFábio Feldmann
Itamar Serpa

Bloco (PMDB/PRONA)

Gonzaga Mota

Orcino Gonçalves

Bloco (PT/PDT/PC do B)

Marcelo Déda

Fernando Ferro

PPB

Herculano Anghinetti

Cunha Bueno

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-99 – designação da Comissão Mista

Dia 13-1-99 – instalação da Comissão Mista

Até 13-1-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 22-1-99 – prazo final da Comissão Mista

Até 6-2-99 – prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a **Medida Provisória nº 1.727-2**, adotada em 7 de janeiro de 1999 e publicada no dia 8 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

| | | |
|----------------|-----|-----------------|
| | PFL | |
| Jonas Pinheiro | | Romero Jucá |
| José Agripino | | Bernardo Cabral |

| | | |
|----------------|------|------------------|
| | PMDB | |
| Jader Barbalho | | Fernando Bezerra |
| Nabor Júnior | | Carlos Bezerra |

| | | |
|---------------------------------|------|-----------------|
| | PSDB | |
| Lúcio Alcântara | | Lúdio Coelho |
| Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS) | | |
| Eduardo Suplicy | | Sebastião Rocha |

| | | |
|--------------------|-----|--------------|
| | PPB | |
| Leomar Quintanilha | | Sandra Guidi |

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

| | | |
|---------------------|-----|-----------------------|
| | PFL | |
| Inocência Oliveira | | Abelardo Lupion |
| José Carlos Aleluia | | Álvaro Gaudêncio Neto |

| | | |
|-----------------|------|----------------|
| | PSDB | |
| Alberto Goldman | | Jovair Arantes |
| Marisa Serrano | | Pedro Henry |

| | | |
|--------------------|--|---------------|
| Bloco (PMDB/PRONA) | | |
| João Henrique | | Sílvio Pessoa |

| | | |
|------------------------|--|----------------|
| Bloco (PT/PDT/PC do B) | | |
| Marcelo Déda | | Fernando Ferro |

| | | |
|------------------|-----|-----------|
| | PPB | |
| Roberto Balestra | | João Tota |

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-99 – designação da Comissão Mista

Dia 13-1-99 – instalação da Comissão Mista

Até 13-1-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 22-1-99 – prazo final da Comissão Mista

Até 6-2-99 – prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a **Medida Provisória nº 1.730-8**, adotada

em 6 de janeiro de 1999 e publicada no dia 7 do mesmo mês e ano, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

| | | |
|-------------------|-----|-------------|
| | PFL | |
| Carlos Patrocínio | | Romero Jucá |
| José Agripino | | Bello Parga |

| | | |
|----------------|------|------------------|
| | PMDB | |
| Jader Barbalho | | Fernando Bezerra |
| Nabor Júnior | | Carlos Bezerra |

| | | |
|---------------------------------|------|---------------------|
| | PSDB | |
| Pedro Piva | | José Roberto Arruda |
| Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS) | | |
| Eduardo Suplicy | | Sebastião Rocha |

| | | |
|--------------------|-----|--------------|
| | PPB | |
| Leomar Quintanilha | | Sandra Guidi |

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

| | | |
|--------------------|-----|---------------|
| | PFL | |
| Reinhold Stephanes | | Lima Netto |
| Manoel Castro | | Euler Ribeiro |

| | | |
|--------------------------|------|-----------------|
| | PSDB | |
| Antônio Carlos Pannunzio | | Eduardo Barbosa |
| Osmanio Pereira | | Marisa Serrano |

| | | |
|------------------------|--|----------------|
| Bloco (PMDB/PRONA) | | |
| Pinheiro Landim | | Saraiva Felipe |
| Bloco (PT/PDT/PC do B) | | |

| | | |
|--------------|-----|----------------|
| Marcelo Déda | | Fernando Ferro |
| | PPB | |

| | | |
|-------------|--|----------------------|
| Cunha Bueno | | Herculano Anghinetti |
|-------------|--|----------------------|

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-99 – designação da Comissão Mista

Dia 13-1-99 – instalação da Comissão Mista

Até 12-1-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 21-1-99 – prazo final da Comissão Mista

Até 5-2-99 – prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a **Medida Provisória nº 1.796**, adotada em 6 de janeiro de 1999 e publicada no dia 7 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

| Titulares | Suplentes |
|-------------------------------------|------------------------------------|
| PFL | |
| Carlos Patrocínio Jonas Pinheiro | Jônice Tristão Júlio Campos |
| PMDB | |
| Jader Barbalho Nabor Júnior | Fernando Bezerra Carlos Bezerra |
| PSDB | |
| Lúcio Alcântara | Artur da Távola |
| Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS) | |
| Eduardo Suplicy | Sebastião Rocha |
| PPB | |
| Leomar Quintanilha | Sandra Guidi |

DEPUTADOS

| Titulares | Suplentes |
|---------------------------------------|-----------------------------------|
| PFL | |
| Oswaldo Coelho Coraucci Sobrinho | Laura Carneiro Betinho Rosado |
| PSDB | |
| Aécio Neves Aloysio Nunes Ferreira | Adroaldo Streck Jovair Arantes |
| Bloco (PMDB/PRONA) | |
| Geddel Vieira Lima | Wagner Rossi |
| Bloco (PT/PDT/PCdoB) | |
| Marcelo Déda | Fernando Ferro |

PPB

Odelmo Leão

Gerson Peres

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-99 – designação da Comissão Mista

Dia 13-1-99 – instalação da Comissão Mista

Até 12-1-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 21-1-99 – prazo final da Comissão Mista

Até 5-2-99 – prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao O SR. O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a **Medida Provisória nº 1.797**, adotada em 6 de janeiro de 1999 e publicada no dia 7 do mesmo mês e ano, que "Estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

| Titulares | Suplentes |
|-----------------------------------|------------------------------------|
| PFL | |
| Bernardo Cabral Jonas Pinheiro | Freitas Neto Geraldo Althoff |
| PMDB | |
| Jader Barbalho Nabor Júnior | Fernando Bezerra Carlos Bezerra |
| PSDB | |
| Lúdio Coelho | Carlos Wilson |
| Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS) | |
| Eduardo Suplicy | Sebastião Rocha |
| PPB | |
| Leomar Quintanilha | Sandra Guidi |

DEPUTADOS

| Titulares | Suplentes |
|---------------------------------|--------------------------------|
| PFL | |
| Expedito Júnior Zila Bezerra | Rogério Silva Elton Rohnelt |

PSDB

Ezídio Pinheiro
Marinha Raupp

B. Sá
Olívio Blbinotti

Bloco (PMDB/PRONA)

Geddel Vieira Lima

Wagner Rossi

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

Marcelo Déda

Fernando Ferro

PPB

Odelmo Leão

Gerson Peres

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-1-99 – designação da Comissão Mista

Dia 13-1-99 – instalação da Comissão Mista

Até 12-1-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 21-1-99 – prazo final da Comissão Mista

Até 5-2-99 – prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

OF. PSDB/I/Nº 5/99

Brasília, 11 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Carlos Mosconi e Sebastião Madeira, como membros titulares, e Fátima Pelaes e Osmânio Pereira, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP 1718-3/98.

Atenciosamente, Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 6/99

Brasília, 11 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Alberto Goldman e Osmânio Pereira, como membros titulares, e Eduardo Barbosa e Márcia Marinho, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indica-

dos, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP 1785/98.

Atenciosamente, Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB. Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à indicação dessa Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 1.711-05

Publicação **DOU**: 31-12-98

Assunto: Acresce dispositivo à Lei nº 9.526, de 8 de dezembro de 1997.

Titular: Osmar Dias

Suplente: Lúdio Coelho

Brasília, 6 de janeiro de 1999. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico em substituição, à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória.

MP Nº 1.785

Publicação **DOU**: 30-12-98

Assunto: Autoriza o Poder Executivo a abrir o Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito extraordinário no valor de R\$2.932.395.868,00, pra os fins que especifica.

Titular: Carlos Wilson

Suplente: Artur da Távola

Brasília, 6 de janeiro de 1999. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico em substituição à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória.

MP Nº 1.786

Publicação **DOU**: 30-12-98

Assunto: Acrescenta os §§ 1º e 2º o art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, renumerado para art. 20, nos termos da Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990.

Titular: Reginaldo Duarte

Suplente: Jefferson Peres

Brasília, 6 de janeiro de 1999. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico em substituição à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP Nº 1.787

Publicação **DOU**: 30-12-98

Assunto: Altera e acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, às Leis nºs 5.972, de 11 de dezembro de 1883 e 9.636, de 15 de maio de 1998, e dá outras providências.

Titular: Carlos Wilson

Suplente: Osmar Dias

Brasília, 6 de janeiro de 1999. — Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 1.788

Publicação **DOU**: 30-12-98

Assunto: Altera a legislação do Imposto sobre a Renda, relativamente à tributação dos Fundos de Investimentos Imobiliário dos rendimentos auferidos em aplicação ou operação financeira de renda fixa ou variada, ao Sistema Integrado de Programa de Imposto e Contribuição das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte — SIMPLES, à incidência sobre rendimentos de benefícios no exterior, bem assim a legislação de Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, relativamente ao aproveitamento de créditos e a equiparação de atacadista e estabelecimentos industrial, do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários — IOF, relativamente as operações de mútuo, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, relativamente às despesas financeiras e dá outras providências.

Titular: Osmar Dias

Suplente: Pedro Piva

Brasília, 6 de janeiro de 1999. — Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 1.789

Publicação **DOU**: 30-12-98

Assunto: Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências.

Titular: José Roberto Arruda

Suplente: Artur da Távola

Brasília, 6 de janeiro de 1999. — Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 1.790

Publicação **DOU**: 30-12-98

Assunto: Altera a Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996.

Titular: Lúdio Coelho

Suplente: Reginaldo Duarte

Brasília, 6 de janeiro de 1999. — Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 1.791

Publicação **DOU**: 31-12-98

Assunto: Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária Nacional, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.

Titular: Lúcio Alcântara

Suplente: Pedro Piva

Brasília, 6 de janeiro de 1999. — Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 1.792

Publicação **DOU**: 31-12-98

Assunto: Dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional da parcela da Tarifa de Embarque Internacional e dá outras providências.

Titular: José Roberto Arruda
Suplente: Lúdio Coelho

Brasília, 6 de janeiro de 1999. — Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,
Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 1.793

Publicação **DOU** : 31-12-98.

Assunto: Institui a Taxa Processual sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica—CADE, e dá outras providências.

Titular: Jefferson Peres

Suplente: Reginaldo Duarte

Brasília, 6 de janeiro de 1999. — Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,
Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 1.794-8

Publicação **DOU**: 1º-1-99

Assunto: Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.

Titular: Pedro Piva

Suplente: Lúcio Alcântara

Brasília, 6 de janeiro de 1999. — Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,
Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 1.795

Publicação **DOU**: 1º-1-99

Assunto: Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Titular: Osmar Dias

Suplente: Lúdio Coelho

Brasília, 6 de janeiro de 1999. — Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — Passamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, por permuta com o Senador Lúcio Alcântara.

V. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil assistiu, ontem, àquela cena de alta dramaticidade de uma senhora que, em desespero, ameaçava saltar do alto de um edifício em São Paulo.

Acho que essa cena e essa senhora são figuras emblemáticas. Uma mulher de cerca de trinta anos, desempregada, com uma notificação de despejo, quatro filhos e um quinto filho no ventre, pois está grávida de cinco meses. Depois, declarou que passara o pior Natal de toda a sua vida. Não estava fazendo encenação, Sr. Presidente. Não fora a ação competente daquele bombeiro, e ela teria saltado para a morte do alto de um edifício de vinte e oito andares. A sua expressão era realmente de desespero.

A cena me arrepiou o corpo e a alma. O corpo, porque sofro de vertigem das alturas: não me equilibraria na beira de um edifício de mais de um andar. A alma, porque pude sentir ao vivo o problema que sofrem milhões de pessoas neste País.

Creio, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que, depois da morte e da invalidez, não há nada pior do que o desemprego, principalmente o desemprego sem esperança. A pessoa desempregada não perde apenas o seu meio de vida: ela perde sua identidade, os seus referenciais, a sua auto-estima e, finalmente, a sua dignidade.

Fala-se muito que o problema não é apenas do Brasil, que países europeus apresentam taxas mais elevadas de desemprego do que o nosso País. Pelo menos quanto aos países do Primeiro Mundo, a grande diferença é que eles têm a protegê-los uma rede de seguridade social que lhes garante o mínimo para a sobrevivência, do berço ao túmulo. Eu próprio pude sentir isso uma vez, casualmente, em Londres, quando uma pessoa que nos acompanhava necessitou de serviços médicos. É muito diferente em um país como o Brasil, onde, com o desemprego, após o curto período em que se recebe o seguro, se é jogado no gueto do desamparo total.

O pior, Sr. Presidente, é que estamos presos em uma armadilha macroeconômica perversa que

não nos permite saídas, muito menos de curto prazo, que nos leva a elevar a taxa de juros para evitar o pior e impede o Governo de adotar políticas sociais compensatórias, paliativos que ao menos aliviem a situação de tantos milhões de nossos patrícios.

Quando se fala em taxa de juros, parece que se trata de um discurso demagógico e oposicionista, mas, ainda anteontem, tive a satisfação de ouvir o Governador Mário Covas – insuspeito, portanto, de hostilidade ao Governo –, sem procurar apresentar justificativas, condenar, de forma veemente, a política que se pratica em nosso País. Ficamos perplexos ao verificarmos que se corta fundo na área social, quando, muitas vezes, uma redução mínima de um ponto percentual na taxa de juros pouparia ao Governo dispêndio muito maior do que aquele decorrente da economia de palitos praticada.

Sr. Presidente, vamos aprovar, ainda este mês, espero, a proposta orçamentária do corrente ano, e verifico como esses cortes foram feitos gastos pequenos, mas que beneficiam um número muito grande de pessoas.

O Departamento da Criança e do Adolescente, do Ministério da Justiça, por exemplo, órgão destinado a implementar a política de garantia de direitos civis e sociais básicos para o segmento da população brasileira carente, sofreu os seguintes cortes, sucessivamente, nos últimos anos: em 1995, a dotação foi de R\$97 milhões; em 1998, tinha desabado para R\$19 milhões. A previsão para 1999, na nova proposta, é de apenas R\$16 milhões.

O Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação – FNDE, sofreu um corte linear de 10%, nas seguintes iniciativas: Programa de Saúde Escolar, Programa de Combate ao Analfabetismo, Produção de Programas Educativos, Distribuição de Livros, Programa de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

O Fundo Escola, destinado a fortalecer institucionalmente a gestão dos estabelecimentos de ensino, sofreu um corte de 13%.

No âmbito do Fundo Nacional de Assistência Social, o Programa de Apoio à Criança Carente terá menos 29%. E o de Apoio ao Cidadão à Família e ao Deficiente menos, 27%. Os idosos terão menos 30%.

O Combate ao Trabalho Infantil foi cortado em 50%. E a Assistência Integral à Criança e ao Adolescente, no enfrentamento à pobreza, perdeu 79,21%.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB-RO) – Permitte-me V. Exª um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM) – Ouço o aparte de V. Exª, nobre Senador Ernandes Amorim.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB-RO) – Nobre Senador Jefferson Péres, V. Exª trouxe a esta Casa a preocupação daquele quadro que ontem assistimos. Não somente esse quadro, mas, também, a questão do Governo de Minas Gerais preocupa todo o povo brasileiro, evidentemente que em outras proporções. O Governador Itamar Franco se pronunciou a respeito da situação econômica do País e do Estado de Minas, assim como também a respeito de pessoas como aquela senhora que quis se suicidar. Nobre Senador Jefferson Péres, hoje, no Maranhão, realiza-se um encontro de Governadores – amanhã se reunirão os da Oposição –, portanto, todo o País está a observar o resultado dessa reunião e desses acontecimentos que, no momento, V. Exª está registrando com muita procedência. Preocupa-nos, e creio que também a toda a população, vermos o País se agonizando na área educacional. No Rio de Janeiro, na semana passada, havia filas imensas na porta das escolas públicas, onde milhares de pessoas buscavam vagas para seus filhos, e, às vezes, saíam dali desiludidas por não haverem encontrado uma vaga sequer, o que, aliás, seria obrigação dos Governos. Ninguém quer fazer oposição a ninguém. Mas quero deixar claro que, observando bem atitude do ex-Presidente Itamar Franco, S. Exª não deixa de ter suas razões ao dar o primeiro grito. Certo ou errado, a verdade é que se colocou em discussão um problema do qual não se pode fugir. Existe um jogo de "gato e rato", mas o problema está posto. Oxalá que os Governadores reunidos em São Luís, no Maranhão, não pensem apenas na questão do apoio, mas também na população de cada Estado! Creio que a partir de agora, o povo brasileiro, a exemplo do povo mineiro, vai buscar e cobrar dos governantes uma saída para esse problema. Não podemos nos acomodar. A exemplo do Governo de São Paulo, se não fosse esta Casa ter prorrogado a dívida do Estado, o Governo não teria ganhado as eleições, nem tampouco estaria tranqüilo, porque o Governo Federal e o Congresso deram-lhe esse apoio. E por que não apoiar as pretensões do Governo Itamar, não apoiar as pretensões de todos os governadores? Acredito que, na sua maioria, todos estão com problemas, que, conseqüentemente, levam as pessoas ao suicídio, à fome, à miséria e à marginalidade. Está na hora desta Casa tomar uma posição, não somente para ser governista em sua maioria, mas para ajudar o Presidente Fernando Henrique a encontrar uma solução, uma saída para este País. Muito obrigado.

SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM) – Obrigado, Senador Ernandes Amorim.

Não abordarei hoje o gesto do Governador Itamar Franco. Mas estando S. Exª certo ou errado, gostando ou não da sua pessoa – e mesmo não se

gostando, é preciso respeitá-lo -, não me agrada a forma desrespeitosa com que grande parte da imprensa se refere a ele. O certo é que o governador mineiro chamou a atenção para um fato real: a situação de penúria por que passam vários Estados. E muitos dos Governadores hoje reunidos em São Luís, que tirarão de lá uma moção de solidariedade ao Governo Federal, mas não sei se amanhã vão apresentar a conta à Presidência da República. Creio que logo, logo, depois de dois ou três meses, S. Ex^{as} também estarão com dificuldades de caixa e virão pedir renegociação de dívidas. Porque a alternativa, Senador Emandes Amorim, tão logo a Câmara aprove a regulamentação da Reforma Administrativa, será a demissão em massa de funcionários públicos. Portanto, a solução será a reprodução, aos milhares, em Estados e Municípios, da situação daquela senhora que ontem tentou o suicídio. Alguém pensará que quando isso se reproduzir, se multiplicar, não terá consequências?

Na semana passada, aconteceu um fato, no Amazonas, que eu não via há muitos e muitos anos. O caboclo amazonense é, por natureza, um cidadão pacato e respeitador da autoridade; sofre em silêncio. E, lá no Município de São Paulo de Olivença, no Alto Solimões, devido ao atraso de pagamento de dois ou três meses da Prefeitura, a população se rebelou. Foi uma rebelião popular. Quebraram a Câmara Municipal; depredaram a casa do Prefeito, que só não foi morto porque não estava na cidade. Foi uma população em desespero que agiu assim. Não repercutiu na imprensa do Sul porque isso aconteceu num remoto Município de uma região periférica, como é a nossa. Mas receio que esses fatos comecem a se multiplicar. Pior será se, quando essa situação de pré-convulsão social sinalizar para o exterior - a situação do País pode se tornar incontrollável - houver o "estouro da boiada" de capitais. Aí o Brasil vai virar uma Indonésia. Oxalá isso não aconteça! Não estou profetizando, estou apenas constatando uma situação que é delicada e altamente preocupante. Não sei quais são as soluções para o País, mas, quaisquer que sejam, não haverá saída indolor para essa crise, Sr. Presidente. Infelizmente esta é a triste realidade. E quem pensar que estou fazendo discurso de Oposição, lembro, mais uma vez, e apelo para meu correligionário Mário Covas, não se confunda lealdade com subserviência. Subserviente, nunca fui, meu pai me ensinou a não ser assim.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Cunha Lima, por permuta com a Senadora Emília Fernandes.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, devo registrar meu agradecimento à Senadora Emília Fernandes em consentir permutar seu tempo para que eu pudesse proferir este pronunciamento.

Sr. Presidente, relevo na minha biografia a circunstância honrosa de ter sido durante grande parte da minha juventude serventuário da justiça. São inesquecíveis as formalidades que nos foram cometidas pelas ordenações do reino e que ainda sobrevivem nos dias atuais, como mais uma herança lusitana. Datilografando mandados, expedindo precatórias e registrando sentenças aprendi a conviver e a respeitar o imperativo e o rigor do formalismo forense. Intime-se, expeça-se e cumpra-se são expressões que guardo comigo juntas com lembranças, sempre agradáveis, da convivência com grandes magistrados da Paraíba. Os carimbos de juntada e conclusão me eram ontem tão íntimos quanto hoje são antigos. A informática e a cibernética ainda não conseguiram substituí-los.

Como não poderia deixar de ser, as circunstâncias favoreceram o destino, e o destino me fez um homem do direito. De serventuário passei a advogado, de advogado a Promotor Público. O passo para política foi impulsionado pelo direito: era necessário quebrar o tênue, mas inexpugnável fio que separa a teoria da prática. A minha visão da política consentia apenas o cenário do executar idéias libertadoras. E assim sigo o meu caminho.

Em nenhum momento de minha vida pública deixei de cultuar o direito como meio de buscar a justiça nem o judiciário como instrumento humano de execução dessa meta. Mesmo nos momentos que me pareciam mais difíceis iluminava-me a clareza da justiça; a meta não é uma quimera, é o sentido do bem, que só encontra paralelo nas manifestações divinas.

As vicissitudes que a vida me apresentou não foram consideradas castigos, mas ensinamentos divinos. É compreender, como Dom Hélder Câmara, que o mundo não começa nem termina em mim. As eventuais injustiças que sobre mim, em dado momento, recaem, eu as transformo em estímulo para compreensão do futuro.

Daí que, cassado, retornei à advocacia e não perdi o sentido primoroso da amizade, dividindo com amigos a companhia agradável e aprendendo que a amizade finca raízes profundas e suficientes à sobrevivência com dignidade.

Essa convivência e o modo de fazer amigos são energias que me conduzem na vida. Quando a atividade política, em episódio que lhe é peculiar, me desfavorece, reclamam os amigos da eterna complacência com a adversidade e com os adversários. Respondo-lhes, sempre, que não há nos escaninhos de minh'alma espaço reservado ao arquivo do ódio. Parodiando Lacerda insisto que não guardo ódio, para ser livre. E tudo tenho por herança das amizades. Gosto de cultivá-las. É um gesto essencial à minha conduta. Assistir o desempenho jubiloso de um amigo é tão gratificante quanto assistir a ascensão de um filho. Os filhos, a esposa e os amigos nascem de gestos de amor e compreensão. As amizades que se enraízam e se projetam me confortam o espírito do mesmo modo que as que fogem, como aves de arribação, me dilaceram a alma que, como disse há pouco dias, por ingenuidade ou profissão de fé, não consegue irradiar mágoas, mas igualmente não represa infortúnios. Uma parte de mim se dilui com esses desencantos. É sempre bom poder ter amigos e não apenas ter os amigos do Poder.

Volto à Paraíba. Aos dias de minha irrequieta juventude. Vejo passar em meus agradáveis sonhos de vigília os grandes mestres do direito cujas presenças e gestos ensinavam mais que os livros. Não os nomearei, para não cometer lapsos. Sinto-me mais à vontade em escolher momentaneamente um deles para saudando-o na sua grandeza, saudar a todos.

Refiro-me ao meu estimado amigo, advogado e magistrado Raphael Carneiro Arnaud, em cuja posse como desembargador tive a oportunidade de saudá-lo pela OAB/PB, e que nestes dias que se seguem do primeiro mês do ano, deixará a presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Usurpando de Deus a indelegável tarefa de julgar o homem, Raphael se houve com a mesma quietude e determinação, por vezes veemente, que trilhou por toda a vida. A entrega da prestação jurisdicional lhe é tão cara que não se deixa invadir pela emoção casual de, ouvindo a crítica contumaz ou os silvos dos poderosos, julgar mal por julgar apressado ou negar jurisdição oportuna em desfavor do direito. É, na expressão epistolar, o combatente do bom combate.

Sabe Raphael, advogado militante, que a jurisdição recebe críticas, seja pela demora exigida pela regra processual, seja pelo exagero de expedientes comezinhos que, utilizados por quem não tem como defender-se, exigem o desprezo da prova substancial e do direito em favor das filigranas preliminares. Mas as críticas não ferem a sensibilidade desse juiz, antes o estimulam.

Medir a ação de Raphael é tarefa difícil. A constelação de feitos que sua pena magistral e administrativa legou à Paraíba, brilhará incessantemente. Não se mede sua ação com a medida comum, numérica, quantitativa ou publicitária. Não direi que foi o construtor de fóruns e residências de juízes. Essa tarefa é executiva, e para elas, como um homem público de envergadura singular, Raphael deu o tom de obrigação. Mas vale lembrá-lo, mesmo nessa condição e à sua revelia, por dois grandes momentos: pela construção do fórum de Campina Grande, cuja edificação deu à prestação da justiça a exata dimensão da cidade. Construindo em Campina um grande fórum, Raphael contribui para fazer Campina grande e a Paraíba maior.

Em outro momento, a história escolheu Raphael para transformar a antiga Escola de Professoras, em João Pessoa, dando-lhe a dignidade de um Palácio da Justiça da Paraíba. O edifício sede do Tribunal de Justiça já não é simplesmente a sede do Poder Judiciário no Estado. É um monumento à posteridade. É, na atualização da história, um novo quadro de Raphael. Conduziu-o à essa obra sua capacidade de compreender que conservar, amigos e lugares, é uma forma de fazer história.

A dignidade do Poder Judiciário como um sustentáculo da República e do estado democrático de direito tem em Raphael Carneiro Arnaud um paladino. A jurisdição, no seu modo de entender, não é simplesmente dizer direitos entre partes litigantes, é a afirmação da soberania do Estado e do respeito à moralidade pública e aos direitos e garantias fundamentais da cidadania, como o fundamento existencial do Poder Judiciário perante os demais.

Deixa Raphael Carneiro Arnaud a Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba com a merecida grandeza que sempre exigiu a si mesmo. Voltará ao assento de juiz, o qual desempenha com sabedoria bíblica, seguindo o caminho dos escolhidos. Entrega os destinos da Corte e da justiça conterrânea aos cuidados dos des. José Martinho Lisboa, cuja vida e obra não o separam, mas o levam à convivência dos grandes. A dimensão dada por Raphael ao Tribunal de Justiça encontra em Martinho Lisboa a merecida hombridade. Conheço-o bem e o admiro também e me alegro com a sua ascensão. Ele manterá a altivez do judiciário e sequenciará o trabalho de Raphael.

Tratei-os, ouviram V. Ex^{as} por Raphael e Martinho Lisboa. As grandes e verdadeiras amizades prescindem de liturgia no tratamento. Os amigos é que devem ser postos no altar.

Que Deus continue iluminando a ambos, a Raphael e a Martinho Lisboa, delegando-lhes a difícil tarefa de julgar homens e administrar muitos.

A justiça da Paraíba continuará engrandecida.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara, por permuta com o Senador Jefferson Péres, por 20 minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, na semana que passou, tive a oportunidade de ocupar a tribuna do Senado para manifestar a minha insatisfação com medida provisória, publicada no dia 1º de janeiro, que determinou a extinção do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Dizia ali que não era aceitável esta extinção abrupta de uma instituição profundamente ligada ao semi-árido nordestino, à parte mais pobre do Nordeste, onde falta água, onde o sol geralmente é muito superficial. Esta instituição, que completa 90 anos este ano, em 21 de outubro, tem desenvolvido um trabalho admirável no sentido de construir açudes, barragens, adutoras, perfurar postos, desenvolver a piscicultura como uma fonte importante de alimentação protéica para o homem do sertão.

O fato é que desencadeou-se um movimento vigoroso de Parlamentares do Nordeste, Deputados, Senadores, da imprensa da região, de entidades de classe, de funcionários públicos, de sindicatos, e as ponderações levadas ao Governo indicam que o fizeram rever a medida. Amanhã devemos ter uma reunião com o Ministro Eduardo Graess, mas, em princípio, o que haveria era a edição de uma medida sem a extinção do DNOCS e um prazo de 90 a 120 dias para se estudar qual seria a alternativa, ou de reestruturação do DNOCS ou de criação de uma nova instituição que substitua aquele departamento.

Portanto, de certa maneira, a nossa pretensão, a pretensão dos nordestinos, está sendo acolhida pelo Governo – o que reconhecemos. Simultaneamente a isso, os jornais do Ceará, o jornal **O Povo**, por exemplo, estampou uma matéria na primeira página, mostrando que a Sudene chegou, para o ano de 1999, ao mais baixo orçamento dos seus últimos anos, orçamento que realmente está muito aquém da importância que o órgão tem ou deveria ter. Estão aqui dois ex-Governadores, os Senadores Ronaldo Cunha Lima e Geraldo Melo, que sabem o que foi e o que é a Sudene. Isso tudo gera um sentimento de apreensão no Nordeste; e mais do que isso, gera insatisfação com os recursos que são destinados ao desenvolvimento regional, razão pela qual nós temos, no mínimo, a obrigação de continuar trazendo esta questão, fazendo com que o País tome

conhecimento dela, já que o problema do Nordeste não é regional, é nacional, e que ela seja de fato examinada e que providências possam surgir para equacioná-la.

Ouvi o pronunciamento do Senador Jefferson Péres. S. Ex^a disse que não faria menção aos incidentes entre o Governador Itamar Franco e o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Penso que pelo menos uma solução já temos para esse encontro que os dois querem ter mas que nenhum se anima a ser o primeiro a solicitar. Será inaugurada uma fábrica da Mercedes Benz em Juiz de Fora no dia 17; os dois certamente estarão lá e nós ficaremos devendo esse encontro à Mercedes Benz. Lá, certamente, como homens civilizados e políticos, homens que têm a obrigação e que são de fato zelosos do interesse público, terão oportunidade para buscar uma solução. Fiquei refletindo um pouco sobre isso e estava pensando o seguinte: deveríamos fazer um levantamento, pelo menos da República, dos ministros de Fazenda que nós tivemos e examinar a sua formação técnica, sua militância política. Essa análise poderá ajudar-nos a compreender o momento que estamos vivendo de hegemonia da moeda ou de ortodoxia econômico-financeira. Se formos mais exigentes ainda, verificaremos que talvez duas mãos sejam o bastante para nomear os economistas que têm se sucedido, ora no Banco Central, ora no Ministério da Fazenda, com incursões, nos intervalos, na iniciativa privada. Estabeleceu-se uma espécie de ciranda – que gravita entre a USP, a Unicamp, a PUC, no Rio de Janeiro -, que comanda efetivamente a economia do País nos últimos anos.

Fui Relator do pedido de crédito especial de mais de R\$103 bilhões, para rolagem da dívida dos Estados – o maior crédito já relatado em toda a História do Congresso Nacional – aparentemente, em condições excepcionais: juros de 6% ao ano, em 30 anos. Onde existe juros de 6% ao ano? A União está dando o dinheiro para os Estados. E nós sabemos, os que acompanham a Comissão de Assuntos Econômicos – que muitas dessas operações eram onerosíssimas – operações de antecipação de receita, com juros altíssimos, contraídas junto a bancos particulares – e foram transferidas para a Caixa Econômica Federal com condições excepcionais de pagamento.

Portanto, reconheço que a União fez um esforço muito grande. Eu inclusive, por ocasião da votação dessas matérias aqui, fui um dos que se insurgiram contra a obrigação que alguns tentaram estabelecer de que os recursos da privatização fossem destinados para abater a dívida, porque achei que

seria uma interferência na vida dos Estados, que tinham o pleno direito de aplicar os recursos naquilo que lhes parecesse mais útil. Se esse dinheiro tivesse sido destinado ao pagamento da dívida, a situação não seria diferente, porque com os juros que existem dificilmente eles teriam conseguido abater o que deviam e, portanto, poderiam reproduzir a situação da União, que está aí com uma dívida crescente e, não obstante destinar parte dos recursos da privatização para abatê-la, não consegue sequer diminuí-la, porque ela continua crescendo.

Mas também entendo que o princípio federativo exige realmente não o confronto mas o diálogo, até o diálogo duro, que restabeleça a verdade e que procure encontrar uma solução para o problema. De fato, muitos Estados anteciparam recursos, aplicaram de maneira perdulária os recursos da privatização, outros usaram o custeio, pagamento de pessoal, há até Estados que elevaram, ao longo desses quatro anos, drasticamente o seu dispêndio com pessoal, o que evidentemente não está compatível com o clima de austeridade que se deseja que o Brasil viva para regularizar as suas contas.

Agora, não consigo entender – realmente é algo que a minha inteligência não apreende – por que alguns Estados que agiram com moderação, cujos governadores aplicaram os recursos de maneira eficiente e se preveniram para essa temporada de restrições, de escassez de crédito e que guardaram, aplicaram o dinheiro decorrente da privatização agora não possam usá-lo. É realmente algo difícil de se compreender e de se aceitar.

Cito pelo menos dois Estados, Bahia e Ceará, cujos governadores guardaram o dinheiro da privatização das suas companhias de eletricidade e agora, pelas normas do Ministério da Fazenda e do Banco Central, estão impedidos de aplicar esses recursos. Por exemplo, o Ceará tem mais de um bilhão de reais aplicados, rendendo juros, mas não lhe é permitido destinar esses recursos para ações sociais ou de desenvolvimento ou, como quer o Governador, para a criação de um fundo de previdência do funcionário público para tirar esse encargo do Tesouro do Estado – esse fundo custearia as aposentadorias e inatividade desses funcionários.

A prudência recomenda que se examine se há alguma alternativa, se existe alguma margem de negociação que não fira esses parâmetros definidos pelo País inclusive junto à comunidade internacional e ao próprio Fundo Monetário Internacional. A Federação é coesão, mas é também responsabilidade definida. É muito comum na nossa Federação que os Estados e os Municípios venham sempre apresentar

a fatura da conta para a União, para o Governo Federal. Por outro lado, se olharmos algumas medidas adotadas pelo Governo no último quadriênio, vamos verificar que há um grande número delas de tendência marcadamente antifederativas. Cito a criação do Fundo de Estabilização Fiscal – FEF, por meio do qual recursos dos Estados e dos Municípios são confiscados – podemos dizer assim, e estou à vontade para falar, porque favoravelmente á sua criação, achando que era o remédio de que precisávamos para resolver essas questões. O fato é que os Estados se viram privados de recursos que normalmente seriam seus. Então, se não houver uma cooperação construtiva entre os Estados e a União, é difícil que consigamos ultrapassar esse período que estamos vivendo.

O Sr. Jefferson Péres (PSDB-AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Lúcio Alcântara?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Ouço com prazer, o aparte do nobre Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PSDB-AM) – Senador Lúcio Alcântara, o que me espanta neste início de crise é a existência de pessoas dos dois lados – que deviam ter mais responsabilidade –, tentando apagar o fogo com gasolina. Trava-se uma verdadeira queda-de-braço, em que ninguém quer reconhecer a própria culpa. O culpado é o Governo Federal, dizem os Estados; o Governo Federal diz que os culpados são os Estados. Há dois vilões nessa história, Senador Lúcio Alcântara: de um lado, estão os governos passados de vários Estados, que foram maus gestores da coisa pública, que agiram realmente com enorme irresponsabilidade no trato das contas públicas e, de outro lado, está o vilão, representado pela política praticada pelo Governo Federal. Não vou discutir se essa política tinha de ser assim ou não, mas o certo é que a política de juros elevados agravou muito a situação dos Estados. No caso de Minas Gerais, dou-lhe dados reais: há quatro anos, a dívida do Estado era de R\$6,8 bilhões. O ex-Governador Azeredo contraiu empréstimos no valor de R\$500 milhões – onerou a dívida em apenas R\$500 milhões. No entanto, a dívida saltou de R\$7,2 bilhões – os R\$ 6,8 bilhões que já existiam mais R\$500 milhões contraídos pelo Governador Azeredo – para R\$18 bilhões, Senador Lúcio Alcântara. São R\$18 bilhões! Um aumento de 170%! É preciso ter em mente que os vilões estão situados em um campo e no outro, e que as relações são institucionais, não pessoais. Não adianta apedrejar os governadores passados e não adianta os atuais dizerem que

não têm nada com isso, porque é o Estado que deve, não o governador que saiu. De forma, Senador Lúcio Alcântara, que o diálogo tem de ser retomado. Tudo o que se puder fazer nesse sentido é um gesto de mínima responsabilidade para com este País. Aliás, encaminhamos — o Senador Eduardo Suplicy e eu — um requerimento à CAE para que sejam convidados os governadores e não convocados — isso, aliás, não podemos fazer. Assim poderemos ouvir as partes interessadas. O convite foi estendido ao Ministro da Fazenda. A partir daí, poderemos buscar caminhos para essa crise. Se ficarem, um lado e outro, a se xingar e se responsabilizar mutuamente, vamos partir para uma crise institucional. E quem pensar que uma crise institucional no País não tem repercussão também lá fora está sendo ingênuo. Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) —

Muito obrigado pelo seu aparte. Temos de nos conscientizar de que não há mais condições para se continuar fazendo o que foi feito durante muito tempo, ou seja: dívida velha não se paga; dívida nova deixa ficar velha. Eu acreditava realmente que aquela rolagem de trinta anos com juros de 6% fosse uma equação definitiva para o problema do endividamento dos Estados. Agora já estamos vendo que muitos Estados querem rever o que foi estabelecido, inclusive aqueles em que houve reeleição. Até mesmo governadores reeleitos pedem uma alteração, uma mudança ou pelo menos uma discussão sobre a dívida ou sobre a maneira como a dívida foi rodada.

Entendo, também como V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, que é preciso encontrar uma forma de fazer um exame não só técnico, mas político. Muitas vezes, quando se apresenta uma solução política, entende-se estar embutida uma conotação pejorativa para a expressão, como se o político fosse a leniência, o desinteresse pela coisa pública, o despreparo, a irresponsabilidade. Mas, de fato, vamos ver, inclusive no âmbito do próprio Ministério da Fazenda, que já tivemos grandes Ministros da Fazenda que eram, sobretudo, políticos. Não eram economistas e, no entanto, conduziram o Ministério com competência, com aprumo, com segurança. Daí por que é preciso que se insista não na retaliação, não no aguçamento da crise, mas no apelo ao bom senso das pessoas, para que examinem o assunto sob a ótica do interesse nacional.

Ouçoo o Senador Lúcio Coelho, que já havia pedido um aparte, Senador Amorim. Logo em seguida ouçoo V. Ex^a.

O Sr. Lúcio Coelho (PSDB-MS) — Senador Lúcio Alcântara, V. Ex^a está tratando de um assunto que está preocupando toda a Nação. Aprovamos

aqui no Senado a rolagem das dívidas de todos os Estados do Brasil, com 30 anos de prazo e juros em torno de 6% ao ano. No entanto, estamos assistindo ao fato de alguns governantes dizerem que não podem honrar esses compromissos. Se com 30 anos e a 6% os governantes não podem honrar seus compromissos, então a única solução será o perdão dessas dívidas. Se não for assim, quais as condições que eles necessitariam para honrarem esses compromissos? Com a reeleição, assistimos à maioria dos Governantes gastando demasiadamente no período eleitoral, anunciando obras. O que é necessário é que esses Governantes entendam que não se pode continuar gastando mais do que recebem. Nós estamos num acerto de contas. O País precisa honrar seus compromissos externos bem como os Estados. Eles assumiram compromisso com a União. Se, eventualmente, a maioria dos Estados brasileiros não honrar esses compromissos de 30 anos, a União também não irá cumprir seus compromissos com a área externa. Os recursos viabilizados pelo Fundo Monetário Internacional não são recursos de caridade. São empréstimos de negócios que as nações necessitam honrar. De maneira que ouço com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a, mas entendo que os Estados brasileiros necessitam honrar os compromissos assumidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) —

Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Lúcio Coelho. Também entendo que esses compromissos foram assumidos — inclusive com a participação e intervenção do Senado, que é quem aprova todo esse processo de endividamento — e devem realmente ser observados e cumpridos, a menos que se mostre ser materialmente impossível fazer isso, ou também que não haja discriminação entre Estados, que algum Estado possa ter obtido uma negociação mais vantajosa ou que alguns Estados não estejam cumprindo com os seus deveres e obrigações e não estejam pagando as prestações já vencidas.

De forma que acredito que agimos corretamente nesta Casa. De fato, não existe como pensar em juros de 6% ao ano com rolagem de 30 anos. Temos que examinar o assunto também sob o aspecto do interesse da Federação, da coesão entre Estados e a própria União, e entre os Municípios também, porque, do contrário, podemos entrar em um terreno perigoso de uma crise institucional.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB-RO) — Permitte-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) Ouçoo o Senador Ernandes Amorim.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB-RO) – Na realidade, Senador Lúcio Alcântara, essa questão precisa ser discutida, discutida pelos governadores, pela própria área econômica. Quando V. Ex^a diz que 6% de juros é pouco para essa dívida, realmente é. Melhor seria se tivesse investido esse dinheiro na agricultura, na indústria, no desenvolvimento. Imagine V. Ex^a que o meu Estado, há quatro anos, devia – dívida do Banco do Estado – R\$20 milhões aproximadamente. Nesses quatro anos, essa dívida, com novos empréstimos e mais o serviço da dívida, subiu para R\$503 milhões. O Senado rolou essa quantia com juros de 6% ao ano, mas depois que o Estado já tinha sido extorquido e contraído um endividamento que não era obrigação sua, mas sim defeito de um sistema, que precisa ser discutido e corrigido. Na verdade, essa taxa de juros de 6% ao ano chegou tarde, somente depois que o Estado já havia se endividado com o que nunca recebeu, que foi justamente esse juro alto que aí está. Por isso, faz-se necessária uma reflexão e uma discussão muito grande nesse momento em que se discute o problema do Governador Itamar que, a meu ver, está praticamente correto na sua posição – talvez não pela maneira brusca como tomou a decisão. Está correta a reunião dos Governadores, no Maranhão, assim como os Governadores de oposição, que juntos, numa frente, vão falar com o Presidente da República – porque evidentemente o Governo Federal não tem a intenção de permitir a falência de todos – para buscar uma solução para o problema.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Sr. Presidente, peço a tolerância de V. Ex^a para que possamos ouvir o Senador Josaphat Marinho e, logo em seguida, concluirei o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Não há dúvida de que a Casa só tem a ganhar em ouvir o Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL-BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Nobre Senador Lúcio Alcântara, ao longo de sua dissertação, V. Ex^a salientou um ponto que está sendo muito esquecido no mundo oficial e da imprensa: o aspecto federativo da questão que resulta da atitude do Governador de Minas Gerais. É preciso que se entenda, ainda que possa dele divergir, que S.Ex^a é Governador constitucional do Estado de Minas Gerais; não é intervenor do Estado Novo nem Governador do Regime Militar. Conseqüentemente, S.Ex^a tem uma autonomia fundada na Constituição Federal, que precisa ser respeitada, acatada. S.Ex^a não depende do Governo Federal para adotar determinadas providências que

são do interesse do Estado; nos limites da Constituição, S. Ex^a adota tais medidas como lhe parecerem acertadas. A discussão pode e deve travar-se, mas é preciso que se compreenda o mecanismo do regime federativo. O Governador não é um subordinado do Presidente da República; nos limites do Estado e da Constituição, ele é um Poder tão valioso, tão autônomo, quanto o do Presidente da República.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – O Senador Josaphat Marinho aborda a questão do ponto vista da federação e dos entes federados, mostrando exatamente este aspecto de que o Governador de Minas ou de qualquer Estado tem a independência, tem a liberdade nos limites da Constituição para gerir a administração pública de acordo com aquilo que julga interesse do Estado, o interesse público. E é um dado importante para meditar-mos, porque creio que, fora os Estados Unidos, não existe nenhuma outra federação com essa dimensão como a brasileira; em área territorial, em Estados autônomos. Essa rebeldia, vamos chamar assim, de um ou mais Governadores em relação à rolagem da dívida, pagamento da dívida dos Estados, talvez esteja pondo fim a algo de maior ou menor intensidade, sob esse ou aquele matiz tem sido recorrente na vida pública brasileira, que é a chamada política dos Governadores. O Presidente da República com os Governadores têm, ao longo de muitos anos, praticamente, definida a linha administrativa, a linha política e a atuação dos seus Governos.

O Sr. Sérgio Machado (PSDB-CE) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Ouço o nobre Senador Sérgio Machado.

O Sr. Sérgio Machado (PSDB-CE) – Senador Lúcio Alcântara, claro que os Senadores são autônomos, mas o Estado tem que ter continuidade. Se um Governador assume um compromisso, o seu sucessor tem que cumprir e a lei, dentro de uma democracia, tem que ser obedecida. Se existe contrato, se existe lei, têm que ser obedecidos. É isso que está em jogo, ninguém pode, simplesmente, decretar uma moratória unilateral sem levar em conta o Estado de direito, a realidade, o compromisso. O governador é autônomo para fazer o que quiser, mas, à medida em que assume o compromisso, o seu sucessor tem que cumprir, porque senão seria muito interessante, eu só seria responsável pelos atos que eu assumi, só vou cumprir o que assinei, o que não assinei não vale mais. Então o que aconteceu no Estado antes não existiria e entraríamos em uma enorme anarquia. Existe lei, os empréstimos foram feitos

dentro da lei e têm que ser cumpridos. Democracia é isto, é respeito às leis, é isso que queremos no nosso País.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Bom, Senador Sérgio Machado, nenhum de nós, tenho certeza, pode querer negar a lei, negar os compromissos contratuais, fazer com que eles sejam descumpridos. Afinal de contas, foi o Governo do Estado e não o governador fulano, beltrano ou sicrano o responsável, o signatário desses acordos firmados. Vejo aí muito mais uma atitude que visa realmente tentar uma revisão desses contratos, desse pacto que foi assinado do que propriamente uma manifestação de declaração unilateral, de moratória, assim por diante.

E, vejam bem, a minha posição é primeiro de reconhecer o grande esforço que o Presidente Fernando Henrique fez, que a União fez, no sentido de dar prazo de 30 anos, juros de 6% ao ano, etc. Mas nós mesmos, a União, não já repactuou compromissos internacionais algumas vezes com o Fundo Monetário Internacional? Não neste governo, mas em outros governos, o chamado *waiver*, aquela carta do Ministro da Fazenda pedindo para reexaminar os termos da negociação? Então creio que é necessário bom senso e que não percamos a possibilidade de manter essa estabilidade econômica e fiscal, mas verificar o que é possível se fazer para que haja um ambiente de concórdia, um ambiente de cooperação dos Estados entre si e com a União. Creio que essa é a mensagem que nos deve animar nesse momento.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS-PE) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Pois não, Senador Roberto Freire.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS-PE) – Creio que o gesto do Governador Itamar Franco, em termos, tem um aspecto muito positivo; e quero dizer, de antemão, quais são os termos: quebrou-se toda uma ideologia muito dominante no Brasil de um pensamento único; de que parece que a crise só pode ser encaminhada nos ditames do Fundo Monetário Internacional, que tem os seus representantes na equipe econômica do Governo. Define que os Estados não podem fazer investimentos e tenta interferir muito concretamente nos Estados no que se refere ao ajuste, sem lhe dar oportunidade de discutir. O próprio Estado de V. Ex^a, o Ceará, tem uma situação privilegiada nesse quadro de crise e vai sofrer as consequências por conta do Fundo Monetário Internacional. O Governo Federal tomou uma decisão sem ouvir, sem audiência e sem saber se aquilo era o que mais interessava ao País. Portanto, o gesto de Itamar Franco abre um grande debate; mas não pode ser o debate que a moratória provoca, porque

gera equívocos como esse. Não existe soberania de Estado como ente da Federação. Como exemplo dessa situação, podemos citar um condomínio; os condôminos, ao assumirem responsabilidade, têm de cumpri-la. Se um não cumprir, os outros terão que respeitar, observar e com gravame. No caso de uma moratória, evidentemente que Minas passa para a União – e a União são os outros entes federativos – a responsabilidade que não quis assumir; e deve haver negociação por causa da crise que o Estado de Minas está enfrentando. O Governo não poderia ter agido como agiu; tinha que ter aberto a discussão, porque a irresponsabilidade do Governo de Minas ocorreu por conta da despreocupação, por conta da reeleição, e não cabe discutir muito o problema. Podemos responsabilizar qualquer um, mas é importante saber que o Governo assumiu a questão e o fez com todos os ônus. Porém, tinha que ter aberto a discussão e não abriu; provocou o conflito, o confronto e, evidentemente, não interessa à Federação brasileira esse tipo de confronto. Falei no início que o fórum apropriado para a discussão desse processo era o Senado, porque somos responsáveis exatamente pelo pacto federativo. Isso não pode ser uma queda de braço entre o Governo de Minas e o Governo Federal; já passamos dessa época – espero que tenhamos passado. Desejo que efetivamente não tenhamos política de Governador em confronto com Governo Federal. Tem-se que buscar o diálogo para saber como encaminhar. Espero que essas reuniões dos Governadores do Bloco de apoio ao Governo, dos Governadores eleitos por partidos de Oposição saiam com uma posição ponderada depois de uma ampla rediscussão, não somente com relação ao problema da crise dos Estados, mas da crise do Estado brasileiro, da União, de todos nós, no sentido de que o encaminhamento de uma política econômica está levando – aí sim, talvez, como disse Celso Furtado – a que tenhamos que decretar moratória; aí sim, como ato soberano e não mais como condomínio, não mais como pacto federativo, não mais colocando nas costas de outros Estados aquilo que, pela grave crise de Minas, ele teve que enfrentar. Há que se enfrentar de outra forma, e teremos que estar abertos para isso. O Governo Federal tem que ter a transigência concreta para saber que o problema do Estado de Minas é grave e buscar o diálogo, abrindo – não sei se a renegociação do acordo que foi feito, até porque, nos seus termos, era benéfico para todos os Estados – a discussão sobre como enfrentar a crise conjuntural que Minas está sofrendo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, quero concluir dizendo que um apoio importante para que se consiga a regularidade

fiscal, o fim do déficit público e das administrações temerárias nos Estados e na União pode ser a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. O Presidente Fernando Henrique determinou ao Ministério do Planejamento que desenvolvesse estudos com vistas à elaboração dessa lei.

Há um projeto, ao qual alguns dos Srs. Senadores já devem ter tido acesso, que traz em linhas gerais o que se pensa com essa Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece para cada administrador público as suas obrigações, os seus deveres e institui as penalidades quando a administração se der em desacordo com as possibilidades financeiras do Estado, do Município ou do País.

O Sr. Arlindo Porto (PTB-MG) – Senador Lúcio Alcântara, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Arlindo Porto, eu gostaria apenas de comunicar ao Senador Lúcio Alcântara que seu discurso já ultrapassou 11 minutos do tempo previsto. Terei, portanto, que prorrogar a Hora do Expediente para que o discurso possa ser concluído e para que possamos ouvir a comunicação inadiável de orador inscrito. V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Sr. Presidente, concluindo, espero que esse diálogo se dê e que o País encontre realmente um caminho de pacificação e de entendimento capaz de levá-lo a cumprir o seu grande destino.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Fica a critério de V. Ex^a, se desejar, conceder o aparte ao Senador Arlindo Porto.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Pois não, Senador Arlindo Porto, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Arlindo Porto (PTB-MG) – Eminentíssimo Senador, eu gostaria de, em pouquíssimos minutos, exaltar a oportunidade do pronunciamento de V. Ex^a. Estamos vivendo um momento de avaliação e reflexão. Para não aprofundar-me ou utilizar mais o tempo de V. Ex^a e do Sr. Presidente, quero apenas chamar a atenção para o momento pelo qual estamos passando. Ao que se demonstra e que se parece, é a primeira vez que se decreta uma moratória neste País. Não é verdade. O que me causa estranheza é que começam a mencionar fatos que fogem à verdadeira realidade. No meu Estado, o que se sabe é que o Governador, ao assumir, comunicou aos seus credores o não-pagamento da dívida pelo prazo de 90 dias. Não se pensa em dar calote, até porque estamos vivendo uma situação interessante: os credores, há seis ou oito meses, não recebem. A moratória já foi instalada, mas não foi comunicada. Entendo

que é importante discutirmos o assunto em profundidade. Estou inscrito para, amanhã, fazer um pronunciamento nesta Casa e, aí sim, falarei de maneira mais contundente sobre a matéria. Mas é necessário que tenhamos regras claras e definidas. Não se pode permitir, como aconteceu ontem, que Minas Gerais tenha uma parte retida do seus recursos, enquanto outros Estados não estavam e não estão pagando. Quero cumprimentá-lo pela oportunidade do assunto. Espero que esta Casa, que autorizou todas as operações, discuta em profundidade a matéria e encontre uma solução técnica, mas política; que não seja uma solução de confronto, mas que, efetivamente, seja de interesse da Federação. Nós, como cidadãos e representantes dos Estados, não podemos permitir que haja posições tão distorcidas como as que estão sendo colocadas para a sociedade brasileira. Agradeço a oportunidade do aparte.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Obrigado, Senador Arlindo Porto. Devo dizer ainda que, no caso de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, houve a federalização da dívida mobiliária. Para que se tenha uma idéia, Minas Gerais rolava toda a sua dívida mobiliária a cada três meses, o que, evidentemente, levaria a um impasse, porque há um momento em que o mercado quer reaver o seu recurso, e, conseqüentemente, deveria haver um resgate por parte do Governo. Juntamente com São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, Minas Gerais é um dos Estados beneficiados pela rolagem dessa dívida mobiliária. Portanto, o esforço que a União despendeu foi considerável. Não se pode ignorar e desconhecer esse aspecto, mas, se se perdurarem os débitos, as dívidas ou os compromissos que tornam inadmissíveis os Estados, deve-se exercitar esse entendimento.

Senador Arlindo Porto, os dois encontrar-se-ão em Juiz de Fora, na inauguração da fábrica da Mercedes Benz, e estou muito confiante de que, como convidados, bons amigos e homens responsáveis que são, haverão de conversar sobre esse problema que interessa a Minas Gerais e ao Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SR) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do Bloco da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Há um Senador inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT-SP) –

Posso aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– V. Ex^a terá que ser breve, porque haverá uma Ordem do Dia importante.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT-SP) –

Serei brevíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PMDB-RN).

Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 9 de dezembro, aqui me pronunciei contra a elevação abrupta, decidida pelo Banco Central, da TJLP, trazendo uma contribuição que, posteriormente, foi aceita pelo Governo, pois a TJLP voltou a um patamar muito próximo dos 12% anteriormente vigentes. Volto a falar sobre o assunto, agora, na tentativa de trazer uma contribuição para amainar o impacto brutal sobre o setor produtivo brasileiro, a cada medida editada, agravando a recessão.

O Governo, no dia 29 de dezembro, editou a Medida Provisória nº 1.788, conhecida pela opinião pública como um mini pacote tributário, para cobrir o déficit no ajuste fiscal, provocado pela não aprovação da emenda que fazia arrecadar recursos dos inativos e pela falha do Governo de não ter encaminhado a tempo, ao Congresso Nacional, o pedido de prorrogação da CPMF. Entretanto, a parte mais importante da medida, sem dúvida, é a que altera a base da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Pela Medida Provisória, as despesas financeiras e os juros sobre o capital próprio não poderão mais ser deduzidos da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Como já afirmei, isso vai representar um aumento na tributação da renda das pessoas jurídicas de aproximadamente R\$2,1 bilhões, ampliando em mais de 30% a arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Em um ano que já promete profundas dificuldades para as empresas, tal aumento da carga tributária, ao comprometer a disponibilidade de recursos próprios em uma conjuntura de taxas de juros como essas que aí estão, pode causar o adiamento ou o abandono de projetos de investimento, agravando ainda mais a perspectiva de recessão. Ademais, a

medida vai de encontro à necessidade de se dotar o sistema tributário de maior racionalidade e menor complexidade.

Isso é o que me preocupa mais. O Governo tem um projeto de reforma tributária considerado prioritário – e votei a favor da CPMF, na última quarta-feira, na expectativa de que se fizesse uma reforma tributária moderna, que desse condições de competitividade ao produto brasileiro -, mas, agora, são apresentadas emendas que nos dão a entender que não há interesse do Governo na aprovação da reforma tributária.

O conceito de renda, para fins fiscais, deve ser um só, e essa medida provisória distancia ainda mais a base do Imposto de Renda da base da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. É elementar que as despesas financeiras são necessárias às atividades da empresa e, por isso, não se constituem em lucro. O pior é que a medida afeta particularmente as empresas que aumentaram seu endividamento para investir, fazendo com que todos passem a não acreditar no futuro, pois apenas quem investe para crescer, gerar emprego e renda, como apanágio de uma economia de mercado e do bem-estar social.

Sr. Presidente, não quero impedir, pois sou defensor do ajuste fiscal, a aprovação da medida provisória, embora o seu art. 14 tenha aspecto de inconstitucionalidade, de acordo com parecer que tenho em mãos, apenas não aceito que o Governo, que propôs uma medida de caráter transitório, faça-o em caráter permanente, deixando de lado a expectativa de uma nova reforma tributária. Tenho cálculos comprovando que, de maneira mais simples, elevando a alíquota de 8% para 10,2%, poderá o Governo obter os mesmos R\$2,1 bilhões necessários ao ajuste fiscal.

Eu poderia propor que não se fizesse elevação na carga tributária e que o Governo aprofundasse os cortes nos seus gastos, mas compreendo as dificuldades que encontrarão tais medidas, tanto no Executivo quanto no próprio Congresso Nacional. Por isso, Sr. Presidente, esclareço que levarei ao Relator dessa matéria, Senador Edson Lobão, o pedido de retirada do caráter permanente de mais uma carga tributária, de mais uma decepção que o empresário brasileiro terá com a retirada da decisão de se votar uma estrutura tributária moderna, que possa fazer o produto brasileiro competitivo interna e externamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, como Líder do Bloco, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT-SP. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de esclarecer um episódio e, ao mesmo tempo, de fazer um apelo aos Srs. Senadores, sobretudo aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos, para que compareçam amanhã, às 10h30min, à reunião programada pelo Senador Pedro Piva.

Na última quinta-feira, eu e o Senador Jefferson Péres apresentamos em plenário um requerimento convidando os Srs. Governadores para exporem a difícil situação em que se encontram as finanças de seus Estados, o que teria levado o Governador Itamar Franco, do Estado de Minas Gerais, a declarar a necessidade de, por noventa dias, suspender os pagamentos, com a finalidade de dialogar com o Governo Federal e chegar a novos termos de entendimento.

Naquela mesma manhã, tendo o Senador Roberto Requião dialogado com o Senador Jefferson Péres, tomou a iniciativa de telefonar para o Governador Itamar Franco, consultando-o a respeito da possibilidade de, se convidado, comparecer ao Senado. Eu pediria a atenção do Presidente Antonio Carlos Magalhães, porque foram estes os termos que o Senador Roberto Requião conversou com o Senador Itamar Franco, conforme nos explicou: caso fosse aprovado o requerimento, S. Ex^a teria a disposição de vir ao Senado Federal.

Portanto, o que aconteceu foi isso. Naquela manhã, ou início da tarde, o Senador Antonio Carlos Magalhães disse que o Governador Itamar Franco só poderia vir a esta Casa se convidado pelo seu Presidente, a não ser que a Comissão de Assuntos Econômicos — e ouvi as suas palavras — formulasse o convite, aprovasse o requerimento. Então, surgiu um mal-entendido, como se o Presidente Antonio Carlos Magalhães não estivesse querendo — pelo menos alguns assim entenderam — que o Governador e ex-Presidente Itamar Franco comparecesse ao Senado.

Gostaria que esse episódio fosse esclarecido, porque acredito que, obviamente, qualquer que seja a posição política do Senador Antonio Carlos Magalhães, num episódio como esse, seja a sua intenção fortalecer o Senado, fazer com que esta Casa cumpra os nossos direitos, obrigações e responsabilidades constitucionais. Portanto, como tem o Senado a responsabilidade de autorizar quaisquer compromissos de crédito assumidos por Estados e Municípios, assim como pela União, o Senador Jefferson Péres e eu sentimos que temos a responsabilidade de propiciar aqui a oportunidade de o Governador Itamar

Franco e os demais Governadores exporem as razões que estão levando quase todos eles a dizerem da importância e da necessidade de uma negociação em melhores termos, mesmo aqueles que estão reunidos hoje, em São Luís do Maranhão, convidados pela Governadora Roseana Sarney, que querem respeitar o que foi acordado com a União.

Sr. Presidente, quero esclarecer bem esse episódio, porque tenho a certeza de que, no que diz respeito às atividades e decisões dos Senadores, V. Ex^a obviamente as estará sempre respeitando. Assim, tenho a certeza de que, se a Comissão de Assuntos Econômicos assim decidir amanhã, certamente V. Ex^a considerará como uma atividade importante do Senado ouvir o Governador Itamar Franco e demais Governadores — inclusive o Ministro da Fazenda, conforme a sugestão que acatei do Senador Jefferson Péres. Ainda não pude dialogar com o Senador Pedro Piva, porque S. Ex^a havia acertado conosco que a reunião seria hoje de manhã; adiou-a para amanhã, o que inviabiliza a presença do Governador Itamar Franco para o próprio dia em que será examinado o requerimento; teremos, então, que acordar um outro dia.

Reitero, porém, a nossa intenção de que esse requerimento seja apreciado no início da reunião. Por isso, faço o apelo para que todos os Senadores titulares e suplentes da CAE efetivamente compareçam à reunião, apreciem e confirmem — acredito que o farão — esse convite ao Governador Itamar Franco para que, no prazo mais breve possível, possa aqui S. Ex^a comparecer. Dessa forma, poderá o Senado Federal servir como um catalisador de um entendimento que obviamente se faz necessário agora entre os Governadores e o Presidente da República, a União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Tendo em vista a clareza da fala do Senador Eduardo Suplicy, a Mesa se dispensa a prestar qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Encontra-se na Casa a Sr^a Luzia Alves Toledo, Suplente convocada da Representação do Estado do Espírito Santo, em virtude de afastamento do Titular, Senador Ricardo Santos, para exercer o cargo de Secretário de Estado da Coordenação do Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o diploma que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

É o seguinte o diploma recebido:

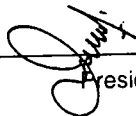


República Federativa do Brasil
Poder Judiciário

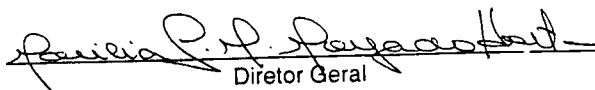
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

*O Desembargador Presidente do Tribunal Regional
Eleitoral do Espírito Santo, na conformidade do que dispõe o Artigo
215, do Código Eleitoral, Lei 4737 de 15 de Julho de 1965, confere a(o)
Senhor(a) **Luzia Alves Toledo**
o Diploma de 2.^a Suplente de Senador
pelo(a) **Partido da Social Democracia
Brasileira**
tendo em vista o resultado do pleito de 03 de outubro 1994*

Vitória, 20 de dezembro de 1994



Presidente



Diretor Geral

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Designo comissão formada pelos Senadores Jônice Tristão, Hugo Napoleão e Gilvam Borges para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

Convido os Srs. Senadores e demais partícipes desta sessão a ficarem de pé, para a Senadora prestar o compromisso de praxe. (Pausa)

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB-ES) – Prometo guardar a Constituição Federal e as Leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senadora que o povo me conferiu e sustentar a União, a integridade e a independência do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Declaro empossada, no mandato de Senadora da República, a nobre Sr^a Luzia Alves Toledo, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lida a seguinte:

Em 12 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Espírito Santo, em substituição ao Senador Ricardo Santos, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do PSDB.

Atenciosas saudações

Assinatura por extenso.


Nome parlamentar: **LUZIA TOLEDO**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– A Comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 9, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 336, letra **b** do Regimento Interno desta Casa, requeremos urgência para o PLC nº 01/99, (número 1.064/91, na Casa de origem) que "Regulamenta o § 4º do art. 199 Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem distribuição e aplicação de sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências".

Sala das Sessões, 12 de janeiro de 1999. –
Senador **Roberto Freire**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

– Item 1:

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 2, de 1999 – art. 336, **c**)

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória, tendo

Parecer sob nº 691, de 1998, da Comissão Diretora, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha, Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, para emitir parecer sobre as emendas de Plenário, oferecidas em turno suplementar, nos termos do art. 346, III, do Regimento Interno.

PARECER Nº 27, DE 1999

De Plenário, em substituição à COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre as emendas de Plenário oferecidas em turno suplementar ao Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem), que *dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória.*

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT-AP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991, de autoria do Sr. Deputado Paulo Delgado, foi aprovado naquela Casa e encaminhado ao Senado em 15 de fevereiro de 1991. Tramitou na Comissão de Assuntos Sociais e, no dia 15 de dezembro último, foi aprovado um Substitutivo de autoria deste Relator, fruto de um entendimento entre as duas correntes que têm interesses diretos nesse assunto, com o apoio e a participação direta também do Ministério da Saúde.

Naquela oportunidade, foram apresentadas dez emendas, que passo a analisar a seguir. A Emenda nº 1, do Senador José Eduardo Dutra, propõe a alteração no **caput** do art. 1º, nos seguintes termos:

"Que os direitos e a aprovação das pessoas acometidas de transtornos psíquicos de que trata esta lei são assegurados, sem qualquer forma de discriminação, quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e grau de gravidade ou tempo de evolução e seu transtorno ou qualquer outra".

O parecer é favorável à emenda, pois o entendimento é de que aperfeiçoa o texto, melhorando sua interpretação e garantindo mais objetividade ao artigo.

A Emenda nº 2, do Senador José Eduardo Dutra, propõe uma nova redação ao **caput** do art. 2º do Substitutivo aprovado, ficando a redação nos seguintes termos:

“Nos entendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo”.

O parecer deste Relator é pela aprovação parcial da emenda, tendo em vista que o termo correto é “atendimento”, do verbo “atender”, mas o nobre Relator decidiu acatar a inclusão da expressão “e seus familiares ou responsáveis”, pois, no entendimento do nobre Relator, melhora também o texto, garantindo mais eficácia aos objetivos do artigo.

Emenda nº 3, do Senador José Eduardo Dutra, propõe suprimir ao **caput** do art. 3º do substitutivo ao Projeto, a expressão “qualquer”, ficando com a seguinte redação: “É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, com ações de promoção da saúde e assistência aos portadores de transtornos psíquicos, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendido como instituição ou unidade que ofereça assistência em saúde, aos portadores de transtornos psíquicos.

O parecer é também pela aprovação parcial do projeto e o Relator propõe que o texto fique da seguinte forma: “...assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos psíquicos”. Então, o Relator acatou a supressão do termo “qualquer” e modificou a redação da expressão já proposta pelo senador José Eduardo Dutra.

Emenda nº 4:, da Senadora Emília Fernandes, que propõe alteração no **caput** do art. 3º, a recuperação do § 1º do texto original do Substitutivo Lucídio Portella.

O parecer do Relator é também pela aprovação parcial, atendendo à emenda no que diz respeito à alteração do caput e rejeitando a inclusão do parágrafo por considerar que é desnecessário, já que o texto aprovado é abrangente e eficaz no entendimento do Relator.

Emenda nº 5, da Senadora Emília Fernandes, propõe uma nova redação para o art. 4º do Substitutivo aprovado.

O parecer é contrário, porque o entendimento do Relator é que o texto aprovado é mais adequado e mais claro que o proposto pela nobre Senadora, autora da referida emenda.

A emenda nº 6, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, propõe acrescentar no **caput** do art. 4º do Substitutivo a expressão "substitutiva" após a frase "...onde não exista estrutura assistencial...".

O parecer é contrário, pois, do ponto de vista deste Relator, o modelo hospitalar e substitutivo podem conviver; portanto, é desnecessária a inclusão da expressão "substitutiva".

Emenda nº 7, também do Senador José Eduardo Dutra, propõe acrescentar um parágrafo único ao art. 4º do Substitutivo, com os seguintes termos:

"Parágrafo único. Os procedimentos a serem adotados para a avaliação da rede de serviços em saúde mental, inclusive os parâmetros assistenciais, para o cumprimento do disposto no **caput** deste artigo, serão objeto de regulamentação do Ministério da Saúde, a ser expedida no prazo de sessenta dias após a promulgação desta lei".

O parecer é pela aprovação parcial, já que entende o Relator que a regulamentação deve ser feita pelo Poder Executivo e não uma atribuição direta ao Ministério da Saúde, que é um órgão suscetível de modificação na sua denominação. Então, o parecer do Relator é pela aprovação parcial, exceto a expressão "Ministério da Saúde", que substituímos por "Poder Executivo".

Emenda nº 8, do Senador José Eduardo Dutra:

"Suprima-se do § 4º do art. 5º do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 8/91 a seguinte expressão: "...e do Ministério Público **ex-officio**, ou quando provocado, devendo permanecer, enquanto necessário, sob responsabilidade médico-social do serviço psiquiátrico no qual se encontre internado, de onde só poderá receber alta se forem respeitadas as seguintes condições." E suprimir também seus incisos, I, II, III, IV e V.

O parecer também é pela aprovação parcial. O entendimento do Relator é de que a supressão da expressão proposta, a partir da expressão Ministério Público, pode ser de fato realizada, pode ser retirada do referido parágrafo para que se elimine a exigência do Ministério Público no processo de alta hospitalar, procedimento de natureza eminentemente médica, a quem cabe também a responsabilidade pelas conseqüências dela, da alta. E concordamos ainda com a supressão dos incisos II e III, por considerarmos que são de natureza essencialmente subjetiva, o que dificultaria, na prática, a interpretação correta desses dispositivos.

A Emenda nº 9, também do Senador José Eduardo Dutra, propõe uma nova redação ao art. 5º do Substitutivo, propondo uma nova redação tanto ao § 2º quanto a supressão do § 3º e a manutenção do § 4º, nos seguintes termos:

“§ 3º O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência de suporte social será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial, sob responsabilidade e supervisão da autoridade sanitária competente”.

O parecer é pela aprovação parcial na forma já acatada no contexto da Emenda nº 8, que altera o texto do § 4º do art. 5º.

E a Emenda nº 10, também do Senador José Eduardo Dutra, que propõe que substitua-se no art. 9º do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 8 a expressão “a procedeu” para “o determinou”.

O parecer é contrário a essa Emenda, e, com o objetivo de aperfeiçoar o texto do art. 9º, o Relator propõe uma emenda de Relator no sentido de substituir a expressão “pelo médico” pela expressão “pelo estabelecimento que fez a internação”.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para concluir este parecer ao Projeto de Lei da Câmara, baseado no § 6º do art. 133 do Regimento Interno, manifestamo-nos favoravelmente à emenda nº 1, contrário às emendas de nºs 5, 6 e 10, e pela aprovação parcial das emendas nºs 2, 3, 4, 7, 8 e 9, nos termos das subemendas que constam deste parecer.

É o relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É a seguinte a íntegra do parecer:

PARECER Nº 27, DE 1999 – de Plenário

Em substituição à COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre as emendas de Plenário oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657, de 1989, na origem), que *“dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória”*.

RELATOR: Senador SEBASTIÃO ROCHA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657, de 1989, naquela Casa Legislativa), foi apresentado por seu autor, Deputado Paulo Delgado, em 12 de setembro de 1989. Após ser aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, por acordo de lideranças, foi remetido a exame do Senado Federal, em 15 de fevereiro de 1991.

Nesta Casa, foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais, onde, em 23 de novembro de 1995, após intensas discussões e após a realização de audiências públicas, aprovou-se um substitutivo ao projeto, de autoria do ilustre Senador Lucídio Portella, consubstanciado na Emenda nº1-CAS.

Foi então remetido à decisão do Plenário, onde recebeu sete emendas.

Novamente submetido à apreciação na Comissão de Assuntos Sociais, fui designado relator das mesmas, no qual gerou um novo texto apreciado nesta casa em 15 de dezembro último passado, e naquela oportunidade outras 10 emendas foram apresentadas, as quais passo a analisar a seguir:

EMENDA Nº 1 - (Senador José Eduardo Dutra)

Dê-se ao caput do artigo 1º do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 08/91 a seguinte redação:

“Art. 1º Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtornos psíquico, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.”

O Relator é **FAVORÁVEL** a emenda, pois aperfeiçoa o texto melhorando sua interpretação e garantindo mais objetividade ao artigo.

EMENDA Nº 2 - (Senador José Eduardo Dutra)

Dê-se ao caput do artigo 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 08/91, a seguinte redação:

“Art. 2º Nos entendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.”

FAVORÁVEL PARCIALMENTE - Este relator ficou impedido de acatar integralmente a emenda em função de que o termo correto é atendimento, do verbo “atender”. Entendemos que a expressão “e seus familiares ou responsáveis” melhora o texto garantindo mais eficácia aos objetivos do artigo, nos termos da seguinte subemenda:

SUBEMENDA

Art. 2º Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares, ou responsáveis, serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.

EMENDA Nº 3 - (Senador José Eduardo Dutra)

Suprimir ao caput do artigo 3º do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara a expressão "qualquer", ficando com a seguinte redação:

"Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, com ações de promoção da saúde e assistência aos portadores de transtornos psíquicos com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendido como instituição ou unidade que ofereça assistência em saúde aos portadores de transtornos psíquicos."

FAVORÁVEL PARCIALMENTE - Este Relator entende que a emenda proposta melhora o texto, embora tenha de ser acatada apenas parcialmente, na forma da seguinte subemenda:

SUBEMENDA

Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos psíquicos, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos psíquicos.

EMENDA Nº 4 - (Senadora Emília Fernandes)

Dê-se ao artigo 3º, a seguinte redação:

"Artigo 3º É de responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos psíquicos, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim

entendido como qualquer instituição ou unidade que ofereça assistência em saúde aos portadores de transtornos psíquicos.

§ 1º - São os seguintes os estabelecimentos de saúde mental:

- a) ambulatório psiquiátrico;
- b) pronto-socorro psiquiátrico;
- c) emergência psiquiátrica no pronto-socorro geral;
- d) enfermaria psiquiátrica no hospital geral;
- e) hospital psiquiátrico;
- f) hospital-dia;
- g) hospital-noite ou pensão protegida;
- h) centros de convivência;
- i) hospital judiciário de custódia e tratamento mental;
- j) outros estabelecimentos que venham a ser desenvolvidos e regulamentados pelo Poder Público.”

FAVORÁVEL PARCIALMENTE - O entendimento deste Relator é que a alteração proposta no caput melhora o entendimento do texto, tornando mais claras as responsabilidades do Estado com relação aos procedimentos em favor da saúde dos portadores dos transtornos psíquicos. A inclusão do parágrafo proposto é desnecessário na visão deste Relator que considera o texto aprovado abrangente e eficaz. Portanto somos pela aprovação parcial da emenda, nos termos da subemenda à Emenda nº 3.

EMENDA Nº 5 - (Senadora Emília Fernandes)

Dê-se ao artigo 4º, a seguinte redação:

“Art. 4º O Poder Público destinará recursos orçamentários para a construção e manutenção de uma rede de serviços de saúde mental diversificada e qualificada, sendo que a construção de novos hospitais psiquiátricos públicos e a contratação ou financiamento, pelo Poder Público, de novos leitos em hospitais psiquiátricos somente será permitida nas regiões

onde não exista ou esteja em fase de implementação nova estrutura assistencial adequada, desde que aprovada pelas Comissões Intergestoras e de controle social dos três níveis de gestão do SUS.”

CONTRÁRIO - É nosso entendimento que o texto aprovado é mais adequado e mais claro que o proposto pela nobre Senadora autora da referida emenda.

EMENDA Nº 6 - (Senador José Eduardo Dutra)

Acrescente-se no caput do artigo 4º do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 08/91, a expressão “substitutiva”, após a frase “...onde não exista estrutura assistencial...”

CONTRÁRIO - Nosso ponto de vista, é de que a estrutura assistencial a ser considerada adequada poderá resultar na co-existência na localidade dos modelos hospitalar e substitutivo.

EMENDA Nº 7 - (Senador José Eduardo Dutra)

Acrescenta-se um parágrafo único ao artigo 4º do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 08/91, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Os procedimentos a serem adotados para a avaliação da rede de serviços em saúde mental, inclusive os parâmetros assistenciais, para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão objeto de regulamentação do Ministério da Saúde, a ser expedida no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta lei.”

FAVORÁVEL PARCIALMENTE - Estamos convencidos da necessidade de regulamentação deste artigo, e de que esta regulamentação ocorra no menor prazo possível. Por isso somos favoráveis à emenda, parcialmente, pois entendemos que do ponto de vista da técnica legislativa é mais correto atribuir a regulamentação ao Poder Executivo e não ao Ministério da Saúde, nos termos da seguinte subemenda:

SUBEMENDA

Art. 4º.....

“Parágrafo único. Os procedimentos a serem adotados para a avaliação da rede de serviços em saúde mental, inclusive os parâmetros assistenciais, para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo, a ser expedida no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta lei.”

EMENDA Nº 08 - (Senador José Eduardo Dutra)

Suprima-se do § 4º, do artigo 5º do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 08/91 a seguinte expressão: “...e do Ministério Público, ex-offício, ou quando provocado, devendo permanecer enquanto necessário, sob responsabilidade médico-social do serviço psiquiátrico no qual se encontre internado, de onde só poderá receber alta se forem respeitadas as seguintes condições:” e seus incisos I, II, III, IV e V.

FAVORÁVEL PARCIALMENTE - Nosso entendimento é de que a supressão da expressão proposta, pode ser retirada do referido parágrafo para que se possa eliminar a exigência da presença do Ministério Público no processo de alta hospitalar, procedimento de natureza eminentemente médica, a quem cabe também a responsabilidade pelas consequências dela. Concordamos ainda com a supressão dos incisos II e III por considerarmos que são de natureza essencialmente subjetiva o que dificultaria na prática a interpretação correta destes dispositivos, na forma da seguinte subemenda:

SUBEMENDA

Art. 5º.....

§ 4º O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial, sob responsabilidade e supervisão da autoridade sanitária competente, respeitadas as seguintes condições:

I - sua saída não lhe venha acarretar interrupção do tratamento necessário e agravamento dos sintomas.

II - sua saída obedeça à legislação vigente relacionada a cada caso.

III - sua reabilitação psicossocial seja assistida por equipe multi-profissional.

EMENDA Nº 09 - (Senador José Eduardo Dutra)

Dê-se ao artigo 5º do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 08/91 a seguinte redação:

“Art. 5º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio;

§ 2º Fica vedada a internação de pacientes portadores de transtornos psíquicos em instituições com características asilares;

§ 3º O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial, sob responsabilidade e supervisão da autoridade sanitária competente.

FAVORÁVEL PARCIALMENTE, na forma já acatada no contexto da subemenda referente à Emenda nº 08, que altera o texto do § 4º do Art. 5º.

EMENDA Nº 10 - (Senador José Eduardo Dutra)

Substitua-se no artigo 9º do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 08/91 a expressão “a procedeu”, para “o determinou”.

CONTRÁRIO - No entendimento do relator, a expressão “a procedeu” é mais adequada por ter um sentido mais exato quanto à decisão sobre a internação. Porém este relator, com o objetivo de melhor harmonizar o texto do dispositivo em questão, propõe uma nova redação para o mesmo, a fim de que a comunicação ao Ministério Público seja em ato administrativo e não médico, na forma da seguinte Emenda de Relator:

EMENDA Nº 11 DE RELATOR

Dê-se ao *caput* do artigo 9º a seguinte redação:

Art. 9º A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de 72 horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por escopo melhorar e harmonizar o texto do dispositivo em questão. Desta forma propõe uma nova redação para o artigo 9º, no qual a comunicação ao Ministério Público Estadual seja um ato administrativo e não médico.

III - VOTO

Assim, para concluir este parecer às emendas apresentadas no turno suplementar ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991, manifestamo-nos favoravelmente à Emenda nº 1; contrário às Emendas nºs 5, 6 e 10; parcialmente favorável às Emendas nºs 2, 3, 4, 7, 8 e 9, nos termos das subemendas; e apresentando a Emenda nº 11, de Relator, constantes deste parecer.

Sala da Sessões, em 12/01/99


Senador SEBASTIÃO ROCHA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O parecer é favorável, com as observações feitas pelo Relator.

A matéria constará de pauta da sessão deliberativa ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– **Item 2:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1998 (nº 619/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Países Membros do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996, tendo

Parecer favorável, sob nº 1, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Artur da Távola.

Discussão do projeto, em turno único.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – Sr.

Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Relator, Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o presente projeto visa aprovar um protocolo de integração educacional para formação de recursos humanos no nível de pós-graduação entre os países membros do Mercosul.

O projeto, aliás, tramitou em conjunto com um outro, Sr. Presidente, já aprovado pela Comissão de Educação, que trata também da questão cultural no Mercosul. Desconheço as razões pelas quais, inclusive, não veio à plenário juntamente com este.

Aqui está um dos projetos mais interessantes dentro da órbita do Mercosul. Com essa hipertrofia do problema econômico, temas como o do Mercosul vão ganhando exclusivamente as definições, os debates e o conhecimento sobre o que é relativo à área econômica. Tudo o que está fora da área econômica, embora tenha direta ou indireta relação com ela, talvez até relação maior do que propriamente a relação de mercancia que existe entre os países do Mercosul, fica sempre aliado para um segundo plano, fica sempre esquecido.

Os países que compõem o Mercosul, todos eles, vivem grandes dificuldades na área do investimento em pesquisa e na área da docência de nível superior, seja por questões salariais, seja por falta de investimentos diretos na área de pesquisa, seja, enfim, por todos esses problemas que nos atingem.

A Argentina possui centros de pesquisa que são complementares a centros de pesquisa existentes no Brasil. Os esforços, portanto, entre Argentina, Uruguai, Brasil, sobretudo Paraguai, são de caráter complementar e podem dar ao desenvolvimento da pesquisa científica nesses países, e conseqüentemente na América, um impulso absolutamente notável, principalmente se considerarmos que praticamente países como o Chile e também a Bolívia estão a um passo do Mercosul.

Há cerca de dez dias, vimos o mundo parar diante de um trabalho de quarenta anos na Europa, que redundou, afinal, na moeda única, seguramente um marco desse nosso século marcado por guerras, principalmente na Europa, por divisão, por grandes nacionalismos. Esse foi o século caracterizado pela idéia de que cada país era capaz de, sozinho, abastecer-se das necessidades e de que toda luta de um país era no intuito de gerar a riqueza interna suficiente para a sua soberania e independência.

O fim de século acaba de modo inteiramente diferente: acaba consagrando a interdependência. Essa consagração da interdependência – palavra que me parece bem melhor do que globalização – é exatamente um dos pontos nevrálgicos da atuação política no mundo moderno. Estamos a assistir uma atitude de um Governador de Estado de um País chamado Brasil ter influência direta na economia internacional, a mostrar o quanto a interdependência, queiramos ou não, é um dado da realidade.

Imaginemos, pois, após o significado que teve para a economia do mundo, que vive o predomínio do dólar como moeda internacional, a existência do euro como moeda comum a onze países da Europa, o que pode significar, como aurora de um desenvolvimento científico e tecnológico, a elaboração de um acordo dessa natureza. Se os nossos países efetivamente investirem de modo conjunto, conforme pede e reza o protocolo, na área de ciência e tecnologia, que é precária em todos eles – fora da tecnologia e da ciência aplicada absolutamente esses países não têm dos Estados, nem mesmo das universidades, os recursos necessários para a expansão –, evidentemente esta América vai receber, no campo decisivo da matéria científica e tecnológica, em plena era da biotecnologia que começa e se espalha no mundo, impulso notável.

É claro que essas iniciativas, em seu primeiro momento, passam despercebidas, mal são discutidas, não acarretam grandes interesses, não dão manchete, não são propriamente notícia como espetáculo, mas são, isto sim, a construção gradual de uma consciência comum de que o intercâmbio entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, em breve Chi-

le e Bolívia, na área científica e tecnológica, é um intercâmbio de utilidade, de alto sentido histórico para o desenvolvimento de nosso Continente.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL-AM) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – Permito, com prazer, Sr. Senador.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL-AM) – Senador Artur da Távola, por ocasião da apresentação do parecer de V. Exª na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a ele emprestei o meu modesto apoio, porque V. Exª, sem dúvida, um experto no assunto, destacava, com muita propriedade, que a assinatura desse protocolo concorre para que se estabeleça um ambiente normativo indispensável para fundamentar ações governamentais no âmbito do Mercosul. E dizia V. Exª que esse era a forma por intermédio da qual se poderiam concretizar as metas propostas para o setor educacional, e finalizava dizendo que, "como consequência, consolidar o processo de integração regional". Eis aí o fulcro, o apoio que V. Exª destacou. Eu não poderia, nesta sessão plenária, Senador Artur da Távola, registrar o meu apoio aqui como consequência daquele outro acolá, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ali eu não pude dizer; agora eu o faço: parabéns pelo seu parecer.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – Muito obrigado, Sr. Senador. Agradeço a gentileza de V. Exª. O lastro daquilo que V. Exª chamou muito adequadamente de o fulcro desse protocolo é exatamente o seu art. 2:

A fim de alcançar os objetivos do artigo primeiro, as Partes apoiarão:

A cooperação entre grupos de pesquisa e ensino que, bilateral ou multilateralmente, estejam trabalhando em projetos comuns de pesquisa em áreas de interesse regional, com destaque à formação em nível de doutoramento.

A consolidação de núcleos avançados de desenvolvimento científico e tecnológico, visando à formação de recursos humanos.

Os esforços de adaptação de programas de pós-graduação já existentes na Região, visando à formação comparável ou mesmo equivalente.

A implantação de cursos de especialização em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento da Região.

É, portanto, um protocolo de largo alcance. Repito o que disse ao início. Ignoro as razões pelas quais

não veio a plenário juntamente com este um outro protocolo que traduz, no campo cultural, a mesma intenção multilateral dos países componentes do Mercosul para a criação de um grande mercado cultural que breve se espalhará por toda a América do Sul, um mercado consumidor de cultura latina que pode atingir 250 milhões de pessoas, significando potencialmente a existência de pelo menos 150 milhões de pessoas que podem efetivamente consumir cultura, música. Tanto pela integração como pela indústria cultural, trata-se de protocolos de grande importância.

Espero que, aprovado esse protocolo, a Comissão de imediato atente para o seu art. 5.º, que entrega a responsabilidade pela supervisão e pela execução das ações desenvolvidas no âmbito deste Protocolo, na Argentina, à Secretaria de Políticas Universitárias do Ministério da Cultura e Educação e, no Brasil, à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes, do Ministério da Educação e Desporto.

Tão logo aprovado esse projeto nas Comissão de Relações Exteriores e de Educação, devemos cobrar da Capes as informações sobre o desenvolvimento dessas ações. Estamos todos cansados de ver, em reuniões internacionais, protocolos que, por estarem fora do âmbito comercial, industrial ou de troca, acabam no arquivo das boas intenções. Espero que isso não aconteça com esse protocolo.

Solicito aos Srs. e Srªs Senadoras a aprovação desse projeto.

Obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 28, DE 1999
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1998 (nº 619, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de

1998 (nº 619, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Países-Membros do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996.

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de janeiro de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Geraldo Melo** – **Lúdio Coelho**.

ANEXO AO PARECER Nº 28, DE 1999

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº, DE 1999

Aprova o texto do protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Países-Membros do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Países-Membros do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarreta encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Proponho aos Srs. Líderes a apreciação de nomes de dois Embaixadores que estava programada para amanhã, aproveitando o **quorum** de hoje.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, com respeito aos Senadores do Bloco de Oposição, solicito a V. Exª que aguarde o tempo necessário para avisá-los.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 3:**

MENSAGEM Nº 241, DE 1998 Escolha de Chefe de Missão Diplomática (Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 241, de 1998 (nº 1.320/98, na origem), pela qual o Sr. Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Sr. Sérgio de Queiroz Duarte, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria e, cumulativamente, com a República da Eslovênia.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é favorável ao nome do Sr. Sérgio de Queiroz Duarte para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, e, cumulativamente, junto a República da Eslovênia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação secreta.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votaram SIM 61 Srs. Senadores; e NÃO 1 Sr. Senador.

Não houve abstenção.

Total: 62 votos.

Foi aprovado o nome.

Será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 4:**

MENSAGEM Nº 242, DE 1998
Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 242, de 1998 (nº 1.321/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Sr. Afonso Celso de Ouro Preto, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é favorável ao nome do Sr. Afonso Celso de Ouro-Preto para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, e, cumulativamente, junto à Mongólia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

(Procede-se à votação secreta.)

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT-DF) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que consigne o meu voto "sim" na votação anterior, a que não pude estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Constará da Ata. Será considerado também o voto favorável do Senador Geraldo Cândido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votaram SIM 58 Srs. Senadores; e NÃO 2 Srs. Senadores.

Houve 4 abstenções.

Total: 64 votos.

Levam-se em conta os votos dos Srs. Senadores Lauro Campos e Geraldo Cândido.

Foi aprovado o nome. Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 9, de 1999, de urgência para o Projeto de lei da

Câmara nº 1, de 1999 (nº 1.064/91, na Casa de origem), que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue, seus competentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências.

A matéria foi distribuída ao Senador José Alves, mas o parecer não chegou ainda.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Fui informado pela Mesa de que houve um acordo de Lideranças no sentido de que essas matérias deveriam vir com requerimentos de urgência, tendo passado por algumas das Comissões. Acredito que poderíamos sobrestar esse requerimento e aguardar que a Comissão se pronunciasse.

SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço a V. Exª.

O requerimento é considerado prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 10, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos da alínea b do art. 336 do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 2/99, que aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile.

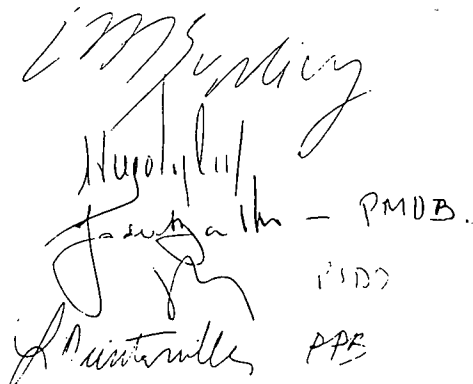
Sala das Sessões, 12 de janeiro de 1999.

REQUERIMENTO Nº 11, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos da alínea **b** do art. 336 do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 3/99, que aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina.

Sala das Sessões, 12 de janeiro de 1999.



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Informo que esses processos não têm parecer. Dada a sua importância, poderíamos votar a urgência e pedir o parecer às Comissões, para depois, com o parecer, vir ao plenário.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Com a palavra o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conversei com o Senador Suplicy – e S. Exª já havia falado com a Mesa – para não trazermos à discussão nenhuma matéria antes de sua instrução na Comissão. Combinamos designar hoje um relator e amanhã, numa reunião extraordinária, aprovado o relatório, a matéria estará em plenário para votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– V. Exª terá o parecer na Comissão amanhã, e a matéria entrará na pauta de quinta-feira.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, provavelmente, dentro do prazo regulamentar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– O prazo regulamentar não seria quinta-feira, mas, se os Srs. Líderes concordarem, poderá ser na próxima quinta-feira. (Pausa)

Todos concordam. A matéria constará da pauta da sessão de quinta-feira.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Os requerimentos são considerados aprovados dado o apoio do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia, volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, por cinco minutos, para uma comunicação que julga inadiável.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ontem eu não estava presente, e houve uma série de manifestações em relação ao nosso ex-Senador João Calmon. Eu me manifesto neste momento, dizendo que a educação brasileira perdeu o seu maior defensor. Morreu ontem o ex-Senador João Calmon, que lutou durante toda sua vida parlamentar pelo estabelecimento, nos orçamentos das administrações públicas, de percentuais da receita a serem comprometidos com o sistema de ensino. Foi uma luta bem sucedida porque na Constituinte de 1988, quando presidia a Comissão de Família, Educação, Cultura e Esportes, João Calmon viu, finalmente, ser fixado o índice de 18% do Orçamento da União para despesas com a educação.

João Calmon foi um homem público exemplar. Ao morrer, aos 82 anos, ainda emprestava o seu talento e a sua competência no Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal.

Jornalista brilhante, João Calmon fez carreira nos Diários Associados, grupo de comunicação do qual chegou a ser presidente. Parlamentar muito conceituado entre seus pares, exerceu três mandatos no Senado entre 1970 e 1994, quando decidiu não mais concorrer à reeleição. Mas ainda mantinha-se atento e participante em relação à política, tanto que os jornais nos informam, no seu obituário, que S. Exª tinha agendado um almoço com o Ministro da Defesa, Senador Elcio Alvares, que queria ouvi-lo sobre o novo Ministério.

O capixaba João Calmon, nascido em 1916 no distrito de Baunilha, na cidade de Colatina, permaneceu no Espírito Santo até 1933, quando foi para o Rio de Janeiro estudar Direito. Começou no jornalismo em 1937, ao ser contratado como repórter pelo **Diário da Noite**. Em 1938, concluiu o curso de Direito na Universidade do Brasil e foi enviado por Assis Chateaubriand para Fortaleza -CE, a fim de dirigir o

Correio do Ceará. A partir de 1943 passou a viajar pelo Norte e Nordeste, fundando e comprando jornais para os Diários Associados, que viria a ser depois o maior grupo de comunicação do País. Em 1944, casou-se com Dona Maria Terezinha Santiago, que lhe deu cinco filhos. Dois anos depois, tornou-se o dirigente de treze empresas associadas em seis Estados do Nordeste e Norte. Em 1968, João Calmon foi eleito presidente do Condomínio dos Diários Associados, cargo que exerceu até 1980.

O ingresso de João Calmon na política ocorreu em 1962. Candidatando-se a Deputado Federal pelo seu Estado natal, obteve a maior votação. Em 1966, foi reeleito. Naquele mesmo ano foi escolhido "Personalidade do ano" pela imprensa de Pernambuco. Em 1970, chegou ao Senado Federal para exercer seu primeiro mandato, que seria renovado depois, em 1978 e em 1986. A luta que o tornaria nacionalmente conhecido começou em 1976, quando apresentou emenda que garantia a utilização de um mínimo de 12% do Orçamento da União para a área de educação. A emenda estabelecia ainda que Estados e Municípios destinariam 24% de sua receita para a mesma finalidade. Recusada a emenda, Calmon começou uma nova batalha, agora querendo elevar a percentagem para 18%. Esse seu trabalho gigantesco, quixotesco, granjeou-lhe até mesmo o respeito dos adversários políticos. Em 1984, a Lei Calmon foi aprovada, mas com um percentual inferior: 13%. Finalmente, em 1988, na Constituinte, o Senador pelo Espírito Santo conseguiu sua meta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ao morrer, o ex-Senador João Calmon teve o reconhecimento imediato do seu trabalho. Hoje, nos jornais, homens públicos das mais diversas correntes políticas tecem elogios unânimes ao grande batalhador por uma fonte de receita para a educação nacional. Estou certo, porém, de que o reconhecimento do fabuloso trabalho de João Calmon apenas começa. Esse reconhecimento vai crescer, sempre mais, à medida que for se aprofundando no Brasil a consciência sobre a importância da educação.

Hoje já se sabe que o futuro das nações está indissolavelmente ligado ao desempenho de seus sistemas educacionais. Certos países da Ásia, que deram um salto fantástico nos últimos vinte anos, só lograram multiplicar a renda média **per capita** de suas populações porque investiram maciçamente nos seus sistemas educacionais. Na era pós-industrial, que vivemos agora, a riqueza das nações é determinada mais pela capacidade de gerar novas técnicas, processos e produtos – em laboratórios de tecnologia avançada – do que pelo número de fábri-

cas. Só tendo por base um excelente sistema educacional é que se pode sonhar com o avanço tecnológico.

No Brasil, hoje mais do que nunca, estamos convencidos de que a educação é fundamental. Mas ainda há um grande trabalho à frente. É preciso conscientizar certos administradores públicos para a importância de criar e manter bons sistemas de ensino nos Estados e Municípios. Além disso, é preciso cobrar mais eficiência e produtividade de nossas universidades, públicas e particulares. Mas estamos caminhando nesse sentido, e rapidamente. O Governo do professor Fernando Henrique Cardoso fez muito e ainda fará mais. O certo é que, no futuro, a cada avanço obtido pelo Brasil na questão do ensino, sempre haverá alguém para lembrar que todo o esforço para construir um sistema educacional eficiente no Brasil começou com João Calmon.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra a Senadora Luzia Toledo.

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com elevada honra que assumo, neste momento, a cadeira de Senadora da República.

Estou aqui representando um Estado ricamente dotado por Deus. Além de suas belezas naturais, de seu povo ordeiro e trabalhador, é abençoado até em seu nome: Estado do Espírito Santo.

Pequeno território encravado nesta imensidão de Brasil, o Espírito Santo e alguns dos seus filhos mais ilustres, políticos de grande capacidade, têm vindo ao cenário nacional trazer a sua contribuição ao desenvolvimento de nossa Pátria.

Homens como o Ministro da Defesa, Elcio Alvares, cuja competência atravessou nossas fronteiras, sendo reconhecido e respeitado nacionalmente como um dos mais dignos homens públicos do seu tempo; o Senador Gerson Camata, nobre representante do Espírito Santo nesta Casa, conhecido e amado em cada cidade, em cada canto do meu Estado como um Governador que honrou os compromissos assumidos com a população e cuja brilhante ação administrativa permanece indelével na memória do seu povo; o Senador Paulo Hartung, tucano como eu, que aqui chega com a marca de um dos melhores prefeitos que nossa Capital já teve; o Senador Jonice Tristão, figura exemplar de empresário e cidadão, que tem trazido a colaboração de sua experiência ímpar a esta Casa.

Quero aqui cumprimentar o Senador licenciado Ricardo Santos, homem dos mais nobres valores,

que retorna ao Estado do Espírito Santo para dar sua competente contribuição ao novo Governo do Estado.

Destaco agora, com muito orgulho, a figura do ex-Senador José Ignácio Ferreira. Falar de José Ignácio é falar ao meu coração e mais fácil se torna fazê-lo aqui, frente a esta Casa, em que deu mostras de seu valor como cidadão e político que ama seu Estado, seu País e sua gente. Só a convicção de que o longo convívio e o aprendizado constante são, a um só tempo, força e instrumento para enfrentar o desafio de substituí-lo, faz com que eu não tema a enorme tarefa.

Seus valores éticos, políticos, profissionais e morais por todos reconhecidos mostram a têmpera desse homem que ousou sonhar e vive a lutar para que esse sonho se torne coletivo.

Hoje o ex-Senador José Ignácio é o Governador do nosso Estado. Fui coordenadora política de sua campanha ao Senado e agora coordenei a de Governador porque acreditava, e acredito, que ele é o melhor para enfrentar os desafios da construção de um novo tempo.

Minha caminhada ao lado de José Ignácio, por 16 anos, dá-me o aval para afirmar que sua vontade férrea, a transparência e as verdades de que fez uso durante a campanha, e, agora, as ações que vêm iniciar os ajustes das finanças do nosso Estado farão dele um dos nossos melhores Governadores e referencial para a Federação.

Mas quero aqui, também, falar de mim. Sou educadora; advogada; Presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica; membro do Instituto Histórico e Geográfico; vice-Presidente do Asilo dos Velhos de Vitória; Vereadora por duas legislaturas; Secretária de Estado de representação em Brasília e, até ontem, vice-Prefeita de Vitória, capital do Espírito Santo, administrada em parceria com o Prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas, amigo que aprendi a respeitar e amar.

Não sou a primeira Senadora do Espírito Santo, sou apenas a que chega em primeiro lugar, pois muitas dessas admiráveis mulheres, que com enorme orgulho represento, já deveriam aqui ter estado, trazendo a sua contribuição à construção de um tempo melhor. Quis o destino fosse eu a escolhida.

Mas quero dizer a V. Ex^{as} que ninguém chega a este lugar com os olhos secos. Foram longas caminhadas, com flores e espinhos margeando o caminho. Sou, entretanto, pessoa que não se verga, que aceita desafios e que procura vencer. Minha história

de vida atesta minha determinação de construir o melhor para mim e para a coletividade.

Por extrema necessidade financeira, troquei de família aos seis anos de idade, o que não foi para mim motivo de trauma ou revolta: vislumbra na mudança uma nova oportunidade de crescer. E Deus mostrou a mim sua generosidade. A nova família foi um dos melhores presentes que recebi. Criada por D. Helena e o Sr. Rubens Rangel, ex-Governador do Estado do Espírito Santo, fui crescendo e aprendendo novos valores. Aprendi a amar a política. E foi também ali que moldei minha personalidade, embasada na simplicidade, na autoridade e na disciplina com que todos convivíamos.

Hoje tenho a honra e a alegria de ser Senadora da República.

Quero, nesta Casa, que é o maior exemplo político de democracia, renovar meu compromisso de pautar minhas ações na lealdade, na responsabilidade e na luta pela melhoria da qualidade de vida de toda a população brasileira. Reitero aqui, Sr. Presidente e nobres colegas, minha defesa dos idosos, com quem trabalho há 19 anos e que precisam, antes de tudo, de dignidade, lembrando aos presentes que o ano de 1999 foi reconhecido como o Ano Internacional do Idoso.

Reafirmo minha luta pelas mulheres, essa legião de que faço parte e que admiro pela determinação na luta pelos seus direitos e que traça com firmeza o seu caminho, pois tem certeza de onde quer chegar.

Quero ver meu País seguindo a passos largos para horizontes ainda mais democráticos. Registro a admiração pelo grande trabalho de reforma político-administrativa que vem sendo realizado pelo Presidente da República, sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Com decisões corretas, nosso País vem se reerguendo de um passado sombrio, de inflação desenfreada e sofrimento do povo brasileiro.

O Brasil passa por momento decisivo de sua história e nunca foram tão grandes os desafios. Não é hora, portanto, de vacilações ou fraquezas. O projeto de construir uma sociedade mais justa exige de nós coragem e determinação.

Estou certa de que precisamos confirmar o nosso País como uma democracia aberta ao mundo e firmemente determinada a permitir que todos os nossos cidadãos possam usufruir plenamente das conquistas e do progresso da humanidade. Esta é a forma de contribuirmos para um mundo de paz, liberdade, equilíbrio com a natureza e verdadeira igualdade de direitos e deveres entre os homens.

Finalizando, agradeço a atenção dos presentes, em especial dos meus amigos, dos Senadores, dos Deputados Federais, dos Prefeitos, dos ex-Prefeitos, dos Vereadores, dos empresários, dos associados da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, da minha equipe de trabalho durante dez anos, da equipe do Senado Federal, de lideranças comunitárias presentes, legítimos representantes da sociedade civil e militar, que vieram me trazer seu apoio e carinho. A todos, o meu muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço licença a V. Ex^{as} para dedicar este momento final à memória de meu pai de criação, Sr. Rubens Rangel. Político sério, austero e simples que, mesmo com muito pouca cultura, galgou mandatos de Vereador, Prefeito, Deputado Federal por duas Legislaturas, Vice-Governador e Governador do Estado do Espírito Santo e deu mostras de que a competência, honestidade e moral ilibada são pilares de sustentação de todos os homens de bem.

Muito obrigada.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a, como Líder, por cinco minutos.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE) Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Luzia Toledo, é uma satisfação enorme para nossa Bancada no Senado receber essa brava mulher capixaba. Conheço sua história, sua capacidade de luta e vontade de trabalhar, o seu sonho de crescimento tanto do Espírito Santo como do Brasil.

Tenho certeza de que o Senado ganhará uma grande companheira e o PSDB, uma mulher que vai lutar.

V. Ex^a vem com a grande responsabilidade de substituir o nosso companheiro Senador José Ignácio, que, agora, assume o Governo do Espírito Santo com a vontade de mudar, com a coragem de fazer o que é necessário e não o que é conveniente. Tenho certeza de que o Governador José Ignácio será um exemplo para o Brasil e será um orgulho para o nosso grande Partido.

Boas-vindas à Senadora Luzia Toledo neste momento em que chega ao Senado. Quero registrar a nossa enorme satisfação de tê-la, a partir de hoje, como companheira.

Muito obrigado.

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB-ES) – Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para agradecer as boas-vindas do nosso Líder Senador Sérgio Machado e dizer a V. Ex^a e aos nobres Parlamentares que o meu compromisso é com o Brasil e principalmente com o Espírito Santo. Tenho absoluta certeza de que pelas mãos do ex-Senador José Ignácio Ferreira, nosso atual Governador, venceremos a crise que se instala em nosso Estado.

Muito obrigada pelas boas-vindas.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no cenário político, a semana que passou foi indelevelmente marcada pela declaração do ex-Presidente e atual Governador Itamar Franco de que o Estado de Minas Gerais suspenderia o pagamento de suas dívidas com a União por noventa dias.

Como era previsível, à declaração do Governador mineiro seguiram-se diversas críticas, sendo que a maioria delas teve por escopo destacar o caráter negativo do fato, o modo como foi anunciado e o momento inadequado.

Passada quase uma semana, e serenados os ânimos, julgamos que é hora de se fazer um balanço acerca da declaração da moratória do Estado de Minas Gerais, suas conseqüências econômicas e sobretudo políticas.

Não queremos ser injustos em nosso pronunciamento. Desde já, condenamos veementemente aqueles que, por desinformação ou ironia, vincularam a suspensão dos pagamentos de Minas Gerais à queda da bolsa de valores de Nova Iorque e, ainda, os que viram alguma relação entre o fato ocorrido no Brasil e a queda do dólar norte-americano frente ao iene. Jamais ousaríamos fazer tais comentários. Compreendemos a importância de Minas Gerais para a economia nacional. Na atualidade, contudo, não vemos como uma simples declaração de um Governador brasileiro seja capaz de alterar o curso dos negócios e abalar o valor da moeda norte-americana.

Com exceção dessas considerações apocalípticas que devem ser descartadas de plano, as críticas mais contundentes ao Governador mineiro foram formuladas com base em três argumentos: quebra do pacto federativo, ameaça ao plano de estabiliza-

ção econômica e rompimento da confiabilidade dos investidores internacionais no Brasil.

A questão da quebra do pacto federativo levantada por alguns governadores é de cunho político e merece profunda reflexão. Como é de conhecimento geral, a Constituição Federal reza, logo em seu art. 1º, que o Brasil é uma República Federativa formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. Essa indissolubilidade, aliada à expressa distribuição de funções entre a União, os Estados e os Municípios, é o que os constitucionalistas chamam de pacto federativo, ou seja, o desenho institucional do Estado brasileiro.

Para que a Federação atue sem sobressaltos, é necessário que cada um de seus membros aja em perfeita sintonia com os ditames da Carta, cumprindo as obrigações que lhe são inerentes. É a própria Constituição, aliás, que estabelece o remédio adequado, na hipótese de algum membro federado agir em desacordo com as suas atribuições. Quando, por exemplo, o Estado deixa de recolher aos cofres da União quantia que lhe é devida, esta poderá deixar de repassar o que lhe seria de direito do total dos impostos recolhidos.

Se confirmado que o Estado de Minas Gerais suspenderá, por ato unilateral, o pagamento de suas dívidas com a União, ao Governo Federal será lícito executar as garantias previstas no contrato de renegociação das dívidas com os Estados, ou seja, o Governo poderá, a seu critério, deixar de repassar os valores a que o Estado mineiro faria jus. Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirma que "a lei deve ser cumprida", declara que o pacto federativo impõe a todos, sobretudo aos governantes, o total respeito à norma constitucional e que, sob nenhum pretexto, alguém pode se colocar acima das leis.

Cremos no entanto que, serenados os ânimos, o Governador Itamar e os membros da equipe econômica haverão de abrir imediatamente as conversações e chegarão a bom termo porque a suspensão dos pagamentos não é conveniente nem a Minas Gerais nem ao Governo Federal.

As declarações do Governador de Minas Gerais, contudo, não se limitaram a fazer eco no cenário político. Na economia nacional, mais especificamente o mercado financeiro, o anúncio da moratória caiu como uma bomba sobre esse nicho já bastante combalido por uma sucessão de acontecimentos que vêm se arrastando desde a chamada crise dos países emergentes da Ásia.

Surpreendidas pelas declarações de moratória, as bolsas de valores do Rio de Janeiro e de São

Paulo não tardaram em responder com baixas expressivas em seus respectivos pregões. Termômetro das economias organizadas, o mercado de valores mobiliários, sensível por definição, responde imediatamente a qualquer estímulo, negativo ou positivo, que possa influir no desempenho das empresas.

Em um momento em que a atividade econômica dá sinais de retração, é mais do que razoável que pessoas investidas em cargos de autoridade sejam parcimoniosas nas declarações e que avaliem, criteriosamente, as consequências de suas palavras para não jogarem por terra o esforço de toda a sociedade para evitar as consequências indesejáveis da estagnação econômica.

No plano internacional, as declarações do Governador Itamar Franco foram igualmente indesejáveis para o Brasil.

Dissemos, anteriormente, não acreditar que tais afirmações fossem capazes de derrubar as bolsas de valores internacionais. No entanto, é preciso destacar que a notícia da suspensão dos pagamentos por noventa dias atingiu em cheio a cotação dos títulos brasileiros no exterior e, por via de consequência, arranhou a credibilidade do País junto à comunidade econômica internacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Executivo federal e o Congresso Nacional têm feito um enorme esforço no sentido de equilibrar as contas públicas e impulsionar o País rumo a um novo ciclo de desenvolvimento. Em um mundo globalizado, em que as notícias correm na velocidade de um raio e cada toston dos investidores é ardentemente disputado pelos Estados, não há mais lugar para afirmações despropositadas e fora de contexto.

Acreditamos que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, reconhecidamente hábil negociador, e o Governador Itamar Franco conseguirão resolver, com sabedoria, o eventual desequilíbrio financeiro do Estado de Minas Gerais.

Minas é considerada o berço da parcimônia e da serenidade políticas. O saudoso Presidente Tancredo Neves talvez tenha sido quem melhor traduziu esse comportamento, conduzindo com maestria o País de um regime militar de exceção para a democracia, com todo o talento do nosso querido ex-Presidente e atual Senador José Sarney.

Diante de crises, homens do quilate de Tancredo e Sarney, que jamais tiveram armas para lhes respaldar a autoridade, sempre optaram pelo caminho do diálogo, da conciliação, nunca pela trilha do enfrentamento. Com o diálogo todos ganham: não

há vencedores nem vencidos. O confronto como regra exclui um dos confrontantes.

Temos a convicção de que o Governador Itamar, homem experiente, porém, temperamental, fará uma opção clara, cristalina, pelo diálogo e pela negociação. Assim agindo, ganhará Minas Gerais, ganhará muito mais o Brasil.

Imaginem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as consequências de uma possível desobediência diante da crise dos Estados que poderão levantar-se diante das dificuldades, criando não só uma crise interna política e econômica, como uma crise externa.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT-DF) – V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Com prazer, ouço V. Ex^a, Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT-DF) – Nobre Senador, acompanhei com atenção o pronunciamento de V. Ex^a e fiquei aqui matutando: afinal de contas, por que será que a dívida interna do Brasil atingiu os píncaros de 370 bilhões de reais e a dívida externa subiu para 250 bilhões de reais?

A educação piorou. Na segunda versão do Orçamento, cinco bilhões foram retirados das áreas sociais, que já estavam na máxima penúria. A educação foi sucateada, 320 mil funcionários públicos foram demitidos, o desemprego aumentou. Por que será que essa dívida fantástica pesa sobre os brasileiros? A única coisa positiva que realmente se vê nos noticiários é que o brasileiro está conseguindo comer 120 gramas de frango e um pouquinho de iogurte, **per capita**, a mais por ano. Pernas de frango e iogurte foram acrescidos à dieta do povo brasileiro, desempregado e faminto. Mas aí me lembrei: talvez por que cada brasileiro está comendo 120 gramas de frango a mais por ano ele tenha de pagar 620 bilhões da dívida interna e da dívida externa, ou seja, um mil reais **per capita** pelas pernas de frango e pelo iogurte consumido a mais no Brasil. É a única resposta que tenho para explicar a imensa dívida que temos para pagar. Essa é a conta que nos manda o Governo pelas pernas de frango e pelo iogurte que consumimos a mais durante este período. Muito obrigado.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Agradeço-lhe o aparte, nobre Senador Lauro Campos. V. Ex^a, como professor, conhece profundamente a história econômica. Muitas vezes V. Ex^a assomou a esta tribuna, a fim de nos fazer compreender a grave crise que enfrentamos e que haveremos de superar. V. Ex^a compreende que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, a equipe econômica e todos aqueles

que o apóiam optaram pelo controle da inflação e pelas reformas institucionais que se fazem necessárias. Estamos concluindo a reforma administrativa e a reforma da Previdência. O País está-se ajustando, nobre Senador, e isso tem um preço, um preço alto. Mas acreditamos nos homens, pois se dependesse da vontade pessoal e exclusiva de qualquer líder político, começando pelo Presidente da República, não haveria fome, nem educação deficitária e tão pouco desemprego no País. Mas o Brasil está caminhando, e V. Ex^a, como conhecedor profundo do tema econômico, como político com assento nesta Casa, compreende perfeitamente que o Governo optou pelas reformas institucionais e pelo controle da inflação. O País precisa adequar-se com urgência, e para isso estamos pagando um preço.

O Presidente Fernando Henrique herdou uma dívida externa fabulosa que veio se acumulando governo após governo. Com a economia globalizada, V. Ex^a sabe que a primeira coisa por que temos que zelar é o nosso crédito. Como temos uma dívida a pagar, que não foi feita pelo Presidente nem por V. Ex^a, o Estado brasileiro precisa se habilitar, e esse preço está sendo alto.

V. Ex^a, como todos os Senadores, sabe que o empréstimo recente que fizemos foi para pagar juros da dívida externa, o que é um absurdo.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerro as minhas palavras torcendo para que o Governador Itamar Franco, principalmente com a equipe econômica, optem imediatamente para o diálogo.

Talvez o ex-Presidente tenha feito isso para retaliar ou para tentar capitalizar politicamente a liderança, assumindo ou desfraldando a bandeira da Oposição; talvez o ex-Presidente Itamar Franco, como Governador de Minas Gerais, esteja realmente em dificuldades graves. Quando o Governador Itamar Franco disse que precisava de três meses para pagar a dívida, não se analisou a situação. É preciso uma investigação. É preciso haver consenso, porque senão – quero alertar isso desta tribuna – teremos graves problemas a enfrentar. É necessário resolver o impasse imediatamente. Com as pequenas centelhas é que se fazem os grandes incêndios. Portanto, vamos conversar para evitar o que pode vir de pior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra ao Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB-RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, analisei os resultados de um projeto aprovado por esta Casa – o Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira –, que está em andamento no meu Estado. A cacauicultura em Rondônia já produziu 30 mil toneladas de cacau por ano; depois a produção caiu para 5 mil toneladas. Agora a produção está na casa das 18 mil toneladas de cacau, tendo em vista os recursos aprovados por esta Casa, consubstanciados no Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira.

No último fim de semana, tive a oportunidade de ir à Bahia onde, na cidade de Ilhéus, visitei o Centro de Pesquisa da Lavoura Cacaueira – Ceplac – e pude constatar o sucesso do trabalho desenvolvido por seus técnicos na área de pesquisa, principalmente no combate à vassoura-de-bruxa. Falei com um dos diretores do órgão, Dr. Raul Valle, e com o técnico Raimundo Camelo Mororó, um dos implantadores do sistema de aplicação dos clones e enxertos, cujos resultados estão sendo colhidos. Falei também com o técnico José Marques Pereira, responsável pela área de produção e industrialização das microagroindústrias do setor. Conheci as instalações da Ceplac, vários laboratórios e vi o trabalho sério feito por seus técnicos, que deveria ser melhor divulgado, para que todos os cacauicultores tivessem conhecimento do trabalho que a Ceplac faz, um trabalho que está dando resultados e recuperando a cacauicultura não apenas no Estado de Rondônia, mas principalmente no Estado da Bahia.

Tive oportunidade de visitar algumas lavouras condenadas, que, com o enxerto e a implantação dos clones, voltaram a produzir. São lavouras com 1 ano e 2 meses, com 1 ano e 8 meses, onde já se colhem 30 arrobas por hectare. Isso vem comprovar que nosso trabalho no Senado, aprovando recursos para a recuperação da cacauicultura, com a participação do Ministro da Agricultura, do Governo Federal e o trabalho dos técnicos da Ceplac, deu resultados. Agora o Governo Federal sabe que qualquer recurso aplicado nessa área de produção dá resultados. E os cacauicultores não precisam mais se desesperar, basta acreditarem nos governantes.

Lamentavelmente, apesar do sucesso do trabalho de recuperação das lavouras, os cacauicultores estão falidos; não obstante as medidas do Governo, o apoio da Ceplac e do Senado. Foram repassados recursos para o Banco do Nordeste, mas,

segundo as informações do Dr. Raul Valle, os agricultores daquela região não têm acesso aos serviços do Banco, tendo em vista que no período passado contraíram dívidas nos bancos oficiais – que hoje são os verdadeiros donos da terra – e hoje estão impedidos de utilizar esses recursos para refinar a recuperação das suas lavouras.

Hoje pela manhã, solicitamos ao Ministro da Agricultura seu apoio e fizemos o mesmo aqui nesta Casa, para que, junto ao Governo Federal, à área econômica, se busque uma solução para aqueles produtores de cacau que estão devendo.

Na Câmara dos Deputados, tramita um projeto do Deputado Roland Lavigne que anistia os produtores rurais, e S. Ex^a vai, amanhã, falar com os Presidentes da Câmara e da Comissão sobre a possibilidade de dar maior celeridade ao seu projeto, a fim de que chegue ao Senado, e nós o aprovemos, concedendo anistia não só aos produtores de cacau do Estado da Bahia, mas também de Rondônia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, para que tenham acesso a novos recursos. No caso da Bahia, há R\$360 milhões no Banco do Nordeste, que deveriam estar sendo investidos e não estão, devido à inadimplência dos produtores rurais. Os produtores de cacau de Ilhéus precisam da atenção do Governo Federal para revitalizar a economia da cidade. Porto Seguro, também no sul da Bahia, vai de vento em popa por conta do turismo. Ilhéus precisa do cacau, precisa do apoio governamental e precisa de financiamento, para que a Ceplac obtenha sucesso e, por extensão, os produtores rurais.

Com a recuperação da cacauicultura, absorve-se a mão-de-obra existente no sul do Estado, assim como a força de trabalho de muitos nordestinos que estão retornando aos Estados de origem em função do desemprego.

Não podemos ficar de braços cruzados. O mundo, faminto, deveria estar consumindo produtos brasileiros.

Por que o Governo Federal não empresta dinheiro aos produtores rurais, aos cacauicultores, aos pecuaristas, cobrando 6% ao ano, para que possamos produzir o alimento que o mundo precisa e buscar as divisas que irão melhorar a situação da nossa balança comercial?

É o apelo que fazemos a esta Casa, principalmente ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, um dos que muito ajudaram na busca dos recursos com os quais a cacauicultura e a Ceplac hoje respiram. Isso é prova de que havendo trabalho do Governo

Federal na agricultura, dada a devida atenção ao setor, produzem-se resultados.

A cacauicultura encontrava-se em uma situação falimentar. O Estado de Rondônia, que produzia 30 mil toneladas de cacau por ano, passou a colher 5 mil toneladas apenas.

Depois do Procacau, depois dos recursos, esperamos, neste ano, colher uma safra de 18 mil toneladas de cacau. Mas isso ainda não basta. É preciso que o Governo Federal divulgue o cacau no Brasil, por meio da Ceplac, do Ministério da Agricultura, para que o brasileiro consuma mais esse fruto, o chocolate seja aproveitado na merenda escolar de todos os estudantes do Brasil, tendo em vista o baixo preço do cacau e suas riquezas protéicas.

É preciso dizer à população brasileira que, nos países europeus, cada cidadão consome cinco quilos de cacau por ano e, no Brasil, não se chega a consumir 250grs. Temos cacau em abundância e a produção vai aumentar. É preciso que as pessoas aprendam a usar os produtos derivados do cacau. É certo que o Governo Federal já pode ter a confiança de mandar recursos para serem investidos na cacauicultura. A prova está em Ilhéus, está em Rondônia, num trabalho feito pela Ceplac.

Felicitos os técnicos desta Comissão por todos os estudos feitos, que deram certo em tempo recorde. Em pouco tempo de trabalho, já se está na terceira geração dos clones ou da produção de cacau no Brasil, com sucesso total.

Por isso, Sr. Presidente, a área econômica, o Governo Federal e esta Casa precisam dar atenção especial aos cacauicultores do País, aos produtores rurais, viabilizando-lhes o crédito.

Tenho confiança nesta Casa até porque nós, que somos políticos, sabemos que uma das saídas para promover o desenvolvimento deste País, para erradicar a fome deste povo e solucionar o problema do desemprego é a agricultura, prática viável como demonstra o exemplo citado.

Por essa razão, vimos a esta tribuna prestar esses esclarecimentos e fazer essas observações sobre a agricultura de Rondônia e da Bahia, Estados nos quais estivemos recentemente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra ao eminente Senador Pedro Simon. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a **Gazeta Mercantil** destaca hoje que o Brasil pratica as mais altas taxas de juros do mundo. Descontada a inflação, convivemos com uma taxa real de 26,9%, enquanto a Colômbia, que está em segundo lugar, apresenta uma taxa de 16%. Desde o mais humilde cidadão desempregado deste País até o nosso mais poderoso capitão de indústria, todos têm consciência dos custos extorsivos do dinheiro. Mas é bom que um jornal respeitado e insuspeito como a **Gazeta** mostre as estatísticas para alertar a sociedade brasileira quanto ao oxigênio cada vez menor na nossa atmosfera de investimentos. Esse assunto é parte da pauta de discussão que reúne hoje parte dos Governadores brasileiros na cidade de São Luís. Com juros altos é impossível pensar em investimentos, e sem investimento não se faz desenvolvimento. Essa é a lógica que vai prevalecer como consenso entre os Governadores, ainda que a sua motivação política mais forte seja outra, para respaldar o Presidente da República contra a moratória mineira decretada pelo novo Governador do Estado.

Não estou aqui para discutir se Itamar Franco quis teatralizar politicamente o seu gesto de rebelia, como se esse gesto fosse um novo brado da Inconfidência contra os espoliadores. O fato é que os Estados estão asfixiados, não porque são mal ou bem governados, mas porque a crise é grave e não os deixa crescer, produzir, gerar empregos, melhorar a arrecadação e pagar em dia os seus compromissos. A meu ver, o que pode ser discutido, do ponto de vista político, é a forma de fazer do Governador, criando o fato consumado de forma unilateral. Isso pode ter chocado, porque também não é este o jeito histórico de fazer política dos mineiros, que sondam, cochicham, dialogam, antes de decidir. É como sentenciava a frase que se atribuía a Tancredo Neves: "Mineiro só vai para a mesa de reunião quando está tudo decidido".

Ampliando a análise das repercussões do ato de Itamar Franco, segundo o jeito mineiro de ver as coisas, eu diria, senhoras e senhores Senadores, que o Governador atirou no que viu, e acertou no que não viu. O que ele fez foi precipitar e tornar inevitável o debate das nossas realidades federativas, buscando repactuar-las na direção de uma justa distribuição de responsabilidades entre a União, os Estados e os Municípios. E o Senado é o foro por excelência para sediar essa discussão, pelos vínculos institucionais desta Casa com a busca do equilí-

brio federativo. Pode-se até criticar Itamar Franco pelo risco mal calculado. Mas alguma coisa boa haverá de sobrar disso tudo, pelo menos em termos de reconceituação dos ônus que devem pesar sobre os Estados brasileiros, cada vez mais vítimas de políticas recessivas que são decididas nos gabinetes federais, ou determinadas por organismos internacionais.

Os altos juros funcionam como ciranda que só beneficia a especulação financeira internacional. Os juros altos inviabilizam a produção, estimulam a quebra, geram desemprego, diminuem a arrecadação e, por fim, aumentam o caos das contas públicas. O Estado investe menos, provoca desemprego e se transforma em refém dos organismos internacionais, em nome de uma contradição: aumentar os juros para atrair investimentos. Só que esses investimentos não estão vindo, o fechamento das contas diárias do câmbio continua negativo, e as bolsas continuam em queda. É isso que os brasileiros querem? Será que Itamar Franco não furou esse tumor?

Senhoras e senhores Senadores, Juscelino era diferente de Itamar. Não era um temperamental. Era o homem do diálogo, da ponderação, da moderação. Mas foi esse homem de atitudes refletidas, esse campeão da tolerância, que surpreendeu o País ao romper com o FMI num gesto corajoso e inédito de defesa dos interesses nacionais. E eu quero desafiar alguém que me diga que tenha havido, neste País, um governo mais desenvolvimentista do que foi o governo de Juscelino Kubitschek. Lembro o episódio para estimular uma discussão mais racional sobre a atitude do Governador da minha Minas Gerais. Também não estou propondo rupturas traumáticas nas atuais práticas do modelo econômico adotado pelo País. Por mais apaixonado que tenha sido o gesto do Governador, creio que os seus efeitos devem ser discutidos racionalmente, em nome do passado, do presente e do futuro.

Não faz bem ao País tratar essa questão suscitada pelo Governador Itamar Franco nos seus contornos de crise política. Aliás, a primeira preocupação deve ser a de desarmamento dos espíritos. Ou seja, acabar com esse clima de crise. Não é da tradição e nem do espírito de Minas ser palco para a fermentação de crises. Nem é do estilo do Presidente Fernando Henrique Cardoso cultivar a picuinha, a pirraça, o ódio. E que venham os bombeiros, substituindo os incendiários, e o Congresso os tem muitos, para intermediar a retomada do diálogo entre esses dois grandes líderes da política brasileira.

É o apelo que eu gostaria de deixar consignado, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mauro Miranda, o Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em breves palavras, eu gostaria de fazer referência a uma manchete do jornal **Gazeta de Sergipe** do dia de hoje.

O Presidente da República está indo ao meu Estado gozar de merecidas férias durante uma semana; ficará num local muito bonito, muito agradável, na praia do Saco; terá oportunidade de conhecer as belezas naturais do meu Estado e, provavelmente, de comer os maiores caranguejos do Brasil. Aliás, o caranguejo poderia ser um bom símbolo do seu Governo.

Talvez seria interessante que Sua Excelência abrisse um parêntese nas suas férias e fosse ao sertão do meu Estado, porque a manchete da **Gazeta de Sergipe** de hoje é "Situação de miséria no alto sertão". Há uma entrevista com a Sr^a Gedalva Fonseca Santos, 1ª Secretária da Federação dos Agricultores do Estado de Sergipe, a Fetaese, em que ela informa a situação profundamente difícil pela qual passa o sertanejo do meu Estado. Informo, inclusive, que, a exemplo do que aconteceu em outras ocasiões e em outros Estados do Nordeste, há pessoas que, para não morrer de fome, estão comendo palma, uma comida destinada ao gado. A Sr^a Gedalva Fonseca Santos nos contou que houve uma reunião da Federação com representantes da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sude-ne – no sentido de se evitar que sejam novamente suspensas as frentes de trabalho por um período. Parece que houve um acordo de prorrogação até março deste ano, mas não há garantia de continuidade a partir daí.

A Sr^a Gedalva faz referência ao tipo de trabalho que essas frentes estão desenvolvendo. Ao invés de se utilizar essas frentes de trabalho para construir obras de infra-estrutura que possibilitem uma condição de vida melhor para o conjunto da população, essas frentes estão se limitando a roçar as estradas, um trabalho que, naturalmente, é o único

possível naquele momento, mas que não tem grandes resultados práticos, do ponto de vista de tentar diminuir o sofrimento daquela população.

A seca do Nordeste, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem sido objeto de pronunciamentos dos Parlamentares e partidos políticos desta Casa ao longo dos anos. Já dissemos aqui, que, no nosso entendimento, o problema do Nordeste não é a seca, é a "cerca". É necessário que se rediscuta a estrutura fundiária daquela Região, que se rediscuta a forma de funcionamento dos organismos que têm função de combater a seca, mas não da forma com que o Governo insiste em continuar trabalhando. O Governo continua insistindo em, matar o doente em vez de tratar a doença.

Surge agora essa medida provisória que extingue o DNOCS. Nós, da Oposição, somos profundamente críticos à forma como o DNOCS foi conduzido ao longo desses anos. No entanto, extinguir simplesmente um órgão sem definir quais organismos irão desempenhar as funções em substituição a esse órgão é mais uma ação do Governo, sem maiores preocupações com uma ação efetiva no sentido de se contribuir para a diminuição do sofrimento do nosso povo.

Sr. Presidente, faço esse registro, aproveitando a presença do Presidente da República em nosso Estado, que terá a oportunidade de ver uma parte aprazível, bonita e agradável do Estado de Sergipe. Contudo, também será interessante conhecer o outro lado da situação em que vive o povo sergipano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Senador Lúcio Alcântara enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ser administrador público no Brasil de hoje, mais do que desfrutar das benesses do poder, é um exercício de habilidade e prova contínua de competência. Discuta-se o que se queira, critique-se o que se desejar, mas a instituição da reeleição foi e será um divisor de águas na vida político-administrativa nacional. A competência e probidade com que um governador, prefeito, secretário ou qualquer administrador público exerceu suas funções, tornar-se-ão, cada vez mais, referência para a avaliação do eleitorado na recondução de seus mandatários.

Parafraseando o ditado popular, pode-se enganar todos por pouco tempo; muitos por algum tempo; mas jamais todos o tempo todo. Assim, não há administração que consiga manter-se no poder sem que o cidadão que nela vota sinta os efeitos positivos de sua ação.

Confirmando esta realidade, meu partido, o PSDB, vem administrando o Ceará há já três períodos consecutivos e acaba de reeleger o Governador Tasso Jereissati. Esse é um exemplo de afirmação de uma política construída para o bem do povo de nosso Estado, cujos frutos têm sido sentidos por meus concidadãos e cujos acertos foram confirmados pelas urnas.

Sr. Presidente, não pedi para ocupar esta tribuna somente para fazer o panegírico de meu partido, de seus quadros e de sua competência em bem administrar um estado, apesar da crise e dos poucos recursos de que dispõe. Acho até que seria legítimo de minha parte fazê-lo. Todavia, meu objetivo neste momento é de discorrer sobre os resultados da ação, em prol do povo do Ceará, da Secretaria dos Transportes, Energia, Comunicações e Obras do Estado do Ceará – a SETECO, como é mais conhecida – durante o período 1995-1998.

Esse período foi marcado pela implementação de obras extremamente importantes para o desenvolvimento sócio-econômico de meu Estado, com consequências relevantes para toda a Região Nordeste. Algumas já fazem parte do dia-a-dia do cearense e de nossos visitantes, e seus resultados altamente favoráveis à nossa gente são visíveis. Outras, ainda em execução, interessam de forma direta aos grandes investidores nacionais e estrangeiros; serão concluídas, apesar da crise econômica que o mundo enfrenta e de cujas consequências não estamos isentos.

Reformas na infra-estrutura de produção, agilitação na movimentação de produtos, incentivo ao turismo, interiorização do desenvolvimento e geração de emprego e renda são alguns dos programas básicos que deverão gerar significativa melhoria do nível de vida no Ceará. A construção do novo aeroporto Pinto Martins, do complexo industrial e portuário do Pecém, da linha de transmissão de energia elétrica Presidente Dutra – Fortaleza, do gasoduto Guamaré – Fortaleza – Pecém, além do sistema rodoviário de integração social – CEARÁ II, são exemplos marcantes da ação da Seteco.

Tais empreendimentos, acrescidos da construção do Fórum Clóvis Beviláqua e do Centro Cultural da Fundação Dragão do Mar, demonstram que, no Ceará, a introdução da tecnologia de ponta é uma realidade no processo de desenvolvimento do estado.

Em um trabalho coletivo, envolvendo parcerias entre entidades municipais, estaduais, federais, organismos internacionais e empresas privadas, foi possível transformar ainda mais o cenário cearense: surgiram mais escolas, postos de saúde, terminais rodoviários e aeroviários. Elevou-se a oferta de energia elétrica, com a construção de redes de distribuição e de subestações, da instalação de aerogeradores e de células fotovoltaicas. Projetos voltados para aumentar o acesso à energia elétrica da camada mais pobre da população, como o São José e o Luz em Casa, vêm dando excelentes resultados.

A seriedade do Poder Público cearense e a continuidade administrativa granjearam para o estado credibilidade suficiente para obter financiamento externo para a construção do Trem Metropolitano de Fortaleza, e suporte da União para o Porto do Pecém, inserido no Programa Brasil em Ação do Governo Federal.

Importa ainda destacar investimentos como os de instalação de uma siderúrgica e de uma refinaria de petróleo no pólo industrial do Pecém. Esse pólo tornar-se-á, com certeza, um marco na história econômica do Ceará, pelo que representa como gerador de emprego e renda, além do efeito catalisador que terá na atração de novas indústrias. Nesse mesmo pólo do Pecém ainda teremos uma usina termelétrica para gerar a eletricidade adicional que o complexo industrial demandará e que o sistema CHESF, das Centrais Hidroelétricas do São Francisco, responsável pela maior parte da energia na região, não poderá fornecer. Ainda assim, novas linhas de transmissão interligando o sistema CHESF e a Região Metropolitana de Fortaleza e municípios adjacentes aumentarão a quantidade de energia disponível e melhorarão a qualidade da distribuição.

Um gasoduto ligando Pecém, Fortaleza e a unidade de produção de gás natural da Petrobrás em Guamaré, no Rio Grande do Norte, é mais uma alternativa do Governo do Ceará na diversificação máxima da matriz energética do estado, garantindo-lhe suprimento para os próximos 20 anos, pelo menos.

Srs e Srs. Senadores, no contexto da administração pública estadual, a Seteco tem a finalidade de coordenar, supervisionar, fiscalizar e executar as ações governamentais nas áreas de transportes, energia, comunicações, edificações públicas e trânsito. Subordinados, vinculados ou associados à Seteco, diversos órgãos ajudam a promover o desenvolvimento do Ceará.

Assim, a Companhia de Integração Portuária do Ceará (CEARÁPORTOS) é uma empresa de

economia mista, criada em 22 de janeiro de 1996, com o objetivo de promover a construção, reforma, ampliação, melhoria, arrendamento e exploração de instalações portuárias, bem como daquelas destinadas ao apoio e suporte de transporte intermodal localizados no Estado do Ceará.

A Cearáportos vem implementando diversas ações nas áreas patrimonial, administrativa, financeira, comercial e operacional, no sentido de estruturar e dotar a empresa de todos os recursos para que ela cumpra fielmente todas suas atribuições legais quando do início da operação do Porto do Pecém. Embora a infra-estrutura do Complexo Industrial e Portuário do Pecém ainda esteja em fase de construção e suas instalações não estejam disponíveis para operação, mais da metade dos estudos, projetos e obras necessários à entrada em funcionamento do porto se encontravam concluídos ao final de 1998. Esperamos para breve, apesar da crise de recursos, ter nosso terminal concluído e operando.

A Companhia de Gás do Ceará (CEGÁS) é responsável pela distribuição de gás natural no estado, utilizando matéria-prima proveniente de Paracuru. Tem como clientes indústrias de alimentos, de bebidas, têxteis e postos de gasolina. O faturamento da Cegás, no quadriênio 95/98 cresceu de 45%, passando de 4,4 milhões de reais para 6,4 milhões. Em 1994 a Cegás produzia 2,5 milhões de metros cúbicos por mês, atendendo 33 clientes, em sua maioria indústrias. Hoje, ela atende 60 clientes, com uma produção de 4,84 milhões de metros cúbicos mensais, tendo ampliado sua rede de ramais de 77 km para 98 km.

Em 1998 ocorreu a privatização da Companhia Energética do Ceará, a Coelce. A companhia foi vendida na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, por 987 milhões de reais. Sua passagem à iniciativa privada deu-se após uma década de reestruturação da empresa, durante a qual foram implantados os padrões de qualidade exigidos pelo Governo do Estado para o fornecimento de serviços à população cearense. Desse trabalho resultou que, entre 1995 e 1997, foram instalados 7.898 km de linhas de distribuição, significando um aumento de mais de 20% na rede já existente, com destaque para os 3.952 km de linhas rurais; foram levantados 93 km de linhas de transmissão; 4 novas subestações foram construídas e a capacidade instalada da Coelce passou de 1.124 megawatts para 1.293 megawatts; foram empreendidas ações junto aos consumidores para racionalizar o uso da energia elétrica e para o aprendizado do correto manuseio de aparelhos elétricos.

Sr. Presidente, uma ação maior da COELCE foi o aproveitamento da energia eólica, riqueza importante do Ceará. O mapeamento eólico empreendido permitiu determinar o potencial eólico real do estado e os locais mais favoráveis para o aproveitamento dessa fonte na geração de energia elétrica em escala comercial. Em dezembro de 1996 foi inaugurada o Parque Eólico do Mucuripe, pioneiro no Nordeste. O empreendimento gera 3.800 megawatts-hora por ano, com capacidade para atender a uma cidade de 3 mil residências. Foram investidos 2,5 milhões de dólares americanos, dos quais 1,23 milhão vieram do Programa Eldorado do Governo da República Federal da Alemanha, que custeou, a fundo perdido, 70% do valor do aerogeradores e de seu transporte marítimo.

A Coelce beneficiou diversas pequenas localidades do interior do estado, não servidas pela rede estadual de distribuição de energia elétrica, com 525 sistemas fotovoltaicos autônomos, que permitem gerar eletricidade a partir da energia solar.

O Programa Luz em Casa que previa, inicialmente, atender 40 mil famílias, fará a ligação de 83 mil unidades residenciais em redes de distribuição em 100% das sedes dos Municípios e Distritos, melhorando as condições de vida de cerca de 415 mil de meus conterrâneos.

O Projeto São José destina-se ao pequeno produtor rural, com o objetivo de gerar emprego e renda para a população carente do interior do estado. Ao cabo do projeto terão sido investidos 46,6 milhões de reais, beneficiando mais de 525 mil pessoas. Desse total, 40 milhões já foram gastos e mais de 326 mil pessoas já se beneficiam das obras, linhas e ligações implantadas.

Sr. Presidente, passo do setor energético para o de transportes. Assim é que, para administrar toda a infra-estrutura rodo-aeroviária instalada no estado, o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, o DERT, fundiu-se com a Superintendência de Obras do Estado do Ceará, preservando a sigla, e passando a chamar-se Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes. Ele é responsável pela construção, manutenção e recuperação de estradas e edificações públicas estaduais, além da supervisão dos sistemas de transporte rodoviário de passageiros metropolitano e intermunicipal. Seus 15 distritos operacionais fazem a conservação e manutenção da malha rodoviária do estado, com extensão de 10.346 km.

Na área de edificações, no âmbito do Projeto Nordeste II, só no ano de 1997, foram concluídas 19 unidades escolares, ampliadas 21 escolas e recuperadas 474 outras, e implantadas diversas áreas esportivas, beneficiando cerca de 100 municípios.

O Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-CE) é uma autarquia estadual, criada em 1971, com a finalidade de administrar o trânsito em todo o território cearense. No período 95/98 o (DETRAN-CE) realizou significativas mudanças em suas áreas administrativas e operacionais, com a finalidade de oferecer um trânsito mais organizado e seguro para motoristas e pedestres.

Com o objetivo de dotar a Região Metropolitana de Fortaleza de um sistema de transporte de passageiros de elevada capacidade, o Governo Federal, através do Ministério dos Transportes, e o Governo do Estado firmaram convênio em 1987. Desde então, o estado vem aplicando recursos para tornar realidade esse projeto. Em 1997, lei estadual transforma o Consórcio do Trem Metropolitano de Fortaleza (METROFOR) em Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos, configurando mais um passo na direção da entrada em operação desse moderno meio urbano de transporte.

Inaugurado em fevereiro de 1998, o novo Aeroporto Internacional Pinto Martins de Fortaleza pode atender 2,5 milhões de passageiros por ano. Uma avenida de 4,8 km de extensão foi aberta para ligar o aeroporto à cidade com o máximo de rapidez e conforto para seus usuários. Foram 98 milhões de reais investidos na obra, e que renderão grandes e duradouros benefícios para o Estado do Ceará, a começar pela melhoria que traz para a indústria do turismo de meu estado, uma das mais importantes que temos.

Nesse segmento de turismo, o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), coordenado e executado pela Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR), já permitiu implantar a rodovia da Costa do Sol Poente, a oeste de Fortaleza, com 123 km de via estruturante e 77 km de acessos a localidades, num investimento total de 22 milhões de reais. Essa primeira etapa, em conclusão, terá ainda mais 53 km, atendendo mais 3 municípios da região costeira. A segunda etapa desse programa, quando concluída, colocará à disposição da população cearense e dos turistas mais 374 km de rodovias, dos quais 54 já se encontram praticamente prontos.

Um gigantesco programa de implantação de infra-estrutura de transportes públicos de cargas e passageiros, rodoviários e aeroviários vem sendo desenvolvido no Ceará, com a construção de rodovias, aeródromos e aeroportos em diversas localidades em todo o estado.

Sr. Presidente, no horizonte das próximas duas décadas, o Ceará tem a certeza de que a infra-estrutura implantada nos últimos quatro anos oferece as condições necessárias à continuidade de seu processo de desenvolvimento. Dentro dessa visão estratégica, é, também, obra da atual Administração Estadual, através da SETECO, a celebração de convênios de cooperação técnica e financeira com diversos municípios – resultando na recuperação do patrimônio histórico do estado e na melhoria da infra-estrutura de muitos municípios –, a instalação de telepostos, em localidades sem telefonia, além dos projetos e programas que já mencionei neste pronunciamento.

Esse fabuloso programa de ações governamentais, desenvolvido com parcerias em todos os níveis da administração pública, e em conjunto com a iniciativa privada e organismos internacionais é um sucesso incontestável do Estado do Ceará, ainda pobre de recursos financeiros, mas rico de pessoas, idéias e dinamismo.

O irrestrito apoio de todos os que fazem o meu Estado, sejam seus dirigentes, seus representantes eleitos, seus funcionários públicos ou sua população em geral, cuja dedicação ao trabalho em prol do Ceará faz a diferença, tudo isso é que cria espaços para novos projetos, ainda mais ambiciosos.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu Estado demonstra que responsabilidade no trato da coisa pública, competência gerencial, sensibilidade social, visão de futuro, planejamento estratégico são características que só dignificam o administrador público e o político que assume cargos executivos. Governar para o povo não significa populismo à moda do início do século e que tanto atraso nos custou. Significa estar atento ao nosso tempo e à nossa gente, pensando nosso futuro nas ações de hoje e de amanhã.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 2, de 1999 – art. 336, c)

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória, tendo

Pareceres:

– sob nº 691, de 1998, da Comissão Diretora, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar; e

– sob nº 27, de 1999, proferido em Plenário, Relator: Senador Sebastião Rocha, pela Comissão de Assuntos Sociais, favorável à Emenda nº 1; parcialmente às de nºs 2, 3, 4, 7, 8 e 9, na forma de subsunções que apresenta; contrário às de nºs 5, 6 e 10; e apresentando a Emenda nº 11-Rel.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1998

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1998 (nº 620/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996, tendo

Parecer favorável, sob nº 2, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Artur da Távola.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência lembra às Sr^{as} e Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se amanhã, quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos, destinada à apreciação das Medidas Provisórias nºs 1.788, 1.790, 1.791 e 1.793, de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 55 minutos.)

(OS 10207/99)

**ATA DA 137ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 15
DE DEZEMBRO DE 1998**

(Publicada no DSF, de 16 de dezembro de 1998)

RETIFICAÇÃO

À página nº 18961, segunda coluna, republica-se o Projeto de Resolução nº 164, de 1997, por ter sido publicado com incorreções.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 164, DE 1997

Autoriza o Estado do Mato Grosso a elevar temporariamente o seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo; com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a US\$45.000.000,00 destinada a financiar parcialmente o Programa de Reforma do Estado do Mato Grosso.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizada, nos termos da Resolução nº 69/95, a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Mato Grosso, para que possa contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), equivalente a R\$48.217.500,00 (quarenta e oito milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos reais) a preços de 31 de maio de 1997.

Parágrafo único. A operação de crédito autorizada no **caput** deste artigo destina-se a promover o equilíbrio fiscal e financeiro do Estado por intermédio da execução de projetos do Programa de Reforma do Estado do Mato Grosso.

Art. 2º É a União autorizada, nos termos da Resolução nº 96/89, restabelecida pela Resolução nº 17/92, a prestar garantia à operação de crédito externo de que trata o artigo anterior.

Art. 3º A operação de crédito externo, ora autorizada terá as seguintes características:

- a) *mutuário*: Estado do Mato Grosso;
- b) *mutuante*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;
- c) *garantidor*: República Federativa do Brasil;
- d) *contragarantidor*: Governo do Estado do Mato Grosso, mediante a vinculação de cotas das transferências constitucionais, previstas nos arts. 157 e 159, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços – ICMS, e de créditos decorrentes de financiamentos com recursos do Programa de Desenvolvimento Industrial – PRODEI;

e) *valor*: US\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), equivalentes a R\$48.217.500,00 (quarenta e oito milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos reais) a preços de 31 de maio de 1997;

f) *juros*:

1) a partir da data de cada desembolso até a data de determinação da taxa incidirão juros com base na LIBOR semestral, acrescida de:

– 0,5% a.a.;

– menos (ou mais) a margem média ponderada para cada período de juros, abaixo (ou acima) das taxas interbancárias ofertadas em Londres ou de outras taxas de referência para depósitos de seis meses, relativas aos empréstimos pendentes do BIRD, ou às parcelas dos mesmos alocadas pelo banco para proporcionar recursos a empréstimos em moeda única ou parcelas dos mesmos por ele concedidos e que incluam a quantia desembolsada para o

referido período de juros, expressa como uma percentagem anual;

2) a partir da data de determinação da taxa até a amortização final do principal incidirão juros para cada quantia desembolsada a uma taxa fixa baseada na LIBOR semestral, acrescida de:

– 0,5% a.a.;

– menos (ou mais) a margem de custo aplicável à data de determinação da taxa para o referido valor desembolsado, abaixo (ou acima) das taxas interbancárias ofertadas em Londres ou em outras taxas de referência para depósitos de seis meses relativos aos empréstimos pendentes do BIRD, ou às parcelas dos mesmos alocados pelo banco para proporcionar recursos a empréstimos em moeda única ou parcelas dos mesmos por ele concedidos e que incluam a quantia desembolsada para o referido período de juros;

– margem de risco do BIRD aplicável na data de fixação da taxa para tal quantia desembolsada, expressa como uma percentagem anual;

g) *data de determinação da taxa*: significa para cada valor desembolsado o primeiro dia do período de juros subsequente ao período de juros no qual o referido valor foi desembolsado;

h) *commitment fee*: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do financiamento;

l) *destinação dos recursos*: promover o equilíbrio fiscal e financeiro do Estado por intermédio da execução de projetos do Programa de Reforma do Estado do Mato Grosso;

j) *condições de pagamento*:

do principal: em dezoito parcelas semestrais, iguais e consecutivas, em 15 de maio e 15 de novembro de cada ano, vencendo-se a primeira na 7ª (sétima) data de pagamento de juros seguintes à data de determinação da taxa para a quantia desembolsada e a última, na 18ª (décima oitava) data de pagamento seguinte à data de determinação da taxa;

dos juros: semestralmente vencidos, em 15 de maio e 15 de novembro de cada ano;

da commitment fee; semestralmente vencida, em 15 de maio e 15 de novembro de cada ano;

carência: aproximadamente 3 (três) anos.

Parágrafo único. As datas estipuladas para pagamento poderão ser prorrogadas para manter correlação com a efetiva data de celebração do contrato.

Art. 4º A presente autorização deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarante dias contados da data de publicação desta Resolução.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

12/01/99
Terça-feira

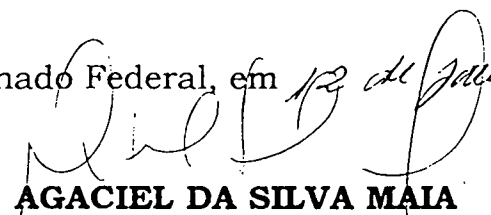
15:30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

ATOS DO DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 63, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº **015.883/98-1**

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **GILBERTO BENEDITO DE CASTRO OLIVEIRA**, Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 12 de Janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

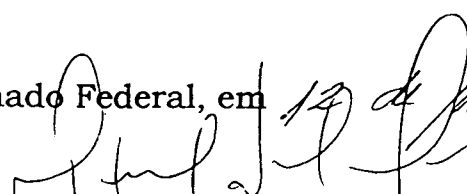
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 64, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº **016.527/98-4**

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **JOSÉ NOBREGA**, Analista Legislativo, Área 2, Especialidade Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos

do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, com a vantagem prevista no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 13 de Janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

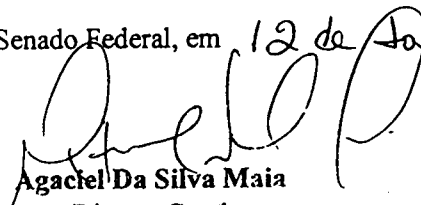
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 65, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000591/99-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, os servidores abaixo relacionados, para exercício de cargo em comissão do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Cândido:

| Nome Do Servidor | Cargo Em Comissão |
|------------------------------------|------------------------------|
| Antônio Carlos Guilherme Salles | Assessor Técnico |
| Carlos Gomes Vilela Filho | Assessor Técnico |
| Cícera Bezerra de Moraes | Secretário Parlamentar |
| Edmee da Conceição Ribeiro Cardoso | Secretário Parlamentar |
| Willian Viane de Paiva | Secretário Parlamentar |
| Mônica Maneschy Peres Texeira | Assistente Parlamentar, AP-3 |

Senado Federal, em 12 de Janeiro de 1999.

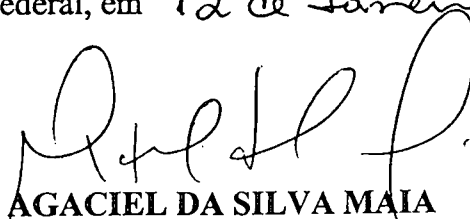

Agaciel Da Silva Maia
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 66, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000467/99-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **JOLIMAR CORRÊA PINTO**, matrícula 30339, do cargo, em comissão, de Assessor, Técnico, do Gabinete do Senador Lauro Campos, a partir de 1º de janeiro de 1.999.

Senado Federal, em 12 de Janeiro de 1999



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

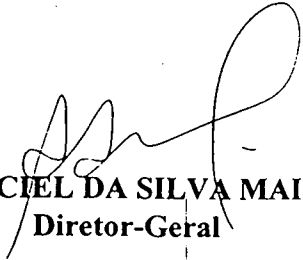
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 67, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000344/99-0,

RESOLVE dispensar a servidora **MARIA EMÍLIA VEIL DA COSTA**, matrícula 3762, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Odacir Soares, e designá-la para exercer a Função

Comissionada de Assistente de Telecomunicações, Símbolo FC-05, da Coordenação de Telecomunicações, com efeitos financeiros a partir de 07 de janeiro de 1999.

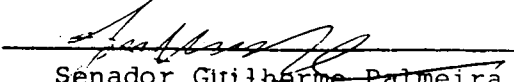
Senado Federal, 12 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



Publique-se

Em 12/01/1999.


Senador Guilherme Palmeira

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR -Presidente -

Brasília, 12 de janeiro de 1999.

Senhor Presidente do Grupo Brasileiro da
União Interparlamentar.

Em face da convocação da Sessão Plenária do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, publicada no Diário do Congresso Nacional de 06 /01/1999, objetivando a eleição dos membros e respectivos suplentes da Comissão Deliberativa, os parlamentares que a este subscrevem, atendendo ao disposto na Resolução nº 20, de 03 de setembro de 1974, apresentam, para concorrer à citada eleição, a chapa anexa:

(ass) - Deputados Robson Tuma, Jofran Frejat, Leur Lomanto, Eurico Miranda, Simão Sessin, Henrique Eduardo Alves, Iberã Ferreira, Fernando Gonçalves, Efraim Moraes, Pedro Valadares, Jairo Azi, Roland Lavigne, José Carlos Aleluia, Jorge Khoury, João Almeida, Meluly Netto, Ricardo Izar, Heraclito Fortes, Rubem Medina, Francisco Coelho, Geddel Vieira Lima e Roberto Brant; Senadores Guilherme Palmeira, Carlos Wilson e Geraldo Melo.



GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

COMISSÃO DELIBERATIVA

1999 - 2002

TITULARES

Senador Carlos Wilson
Senador Geraldo Melo
Senador Hugo Napoleão
Senador José Agripino Maia
Senador José Jorge
Senador José Sarney
Senador Lúcio Alcântara
Senador Pedro Simon

Deputado Aécio Neves
Deputado Átila Lins
Deputado Cunha Bueno
Deputado Efraim Moraes
Deputado Flavio Derzi
Deputado Geddel Vieira Lima
Deputado Henrique Eduardo Alves
Deputado Heráclito Fortes
Deputado Jaques Wagner
Deputado Jairo Azi
Deputado João Almeida
Deputado Leur Lomanto
Deputado Ney Lopes
Deputado Ricardo Izar
Deputado Robson Tuma
Deputado Rubem Medina
Deputado Simão Sessin

SUPLENTE

- Senador Ademir Andrade
- Senador Carlos Patrocínio
- Senador Edison Lobão
- Senador Gerson Camata
- Senador Leomar Quintanilha
- Senador Nabor Junior
- Senador Romeu Tuma
- Senador Ronaldo Cunha Lima

- Deputada Célia Mendes
- Deputado Cyro Nogueira
- Deputado Benito Gama
- Deputado Francisco Dornelles
- Deputado Jaime Santana
- Deputado Jofran Frejat
- Deputado José Thomaz Nonô
- Deputado Lael Vieira Varella
- Deputada Maria Laura Carneiro
- Deputado Paes Landim
- Deputado Paulo Delgado
- Deputado Pedro Valadares
- Deputada Rita Camata
- Deputado Roberto Brant
- Deputado Ubiratan Aguiar
- Deputado Vilmar Rocha
- Deputada Zila Bezerra

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL -SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares (4)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing (2)
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge (3)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira (5)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Eptacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 27.10.98)

- (1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social
- (2) Falecido, em 23.10.98
- (3) Renúncia, para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Pará
- (4) Posse como Ministro Extraordinário da Defesa
- (5) Renúncia, para assumir o cargo de Governador do Estado do Espírito Santo

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

| | |
|-----------------|--|
| Secretários: CE | - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) |
| CI | - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607) |
| CAE | - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516) |
| CAS | - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608) - VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285) |
| CCJ | - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609) |
| CRE | - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) |
| CFC | - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) |

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---------------------------------------|----------------|----------------------------------|----------------|
| PFL | | | |
| FRANCELINO PEREIRA | MG -2411/12 | 1-ROMERO JUCA | RR-2111/12 |
| EDISON LOBÃO | MA - 2311/12 | 2-JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/62 |
| GILBERTO MIRANDA | AM -3104/05 | 3-MOREIRA MENDES | RO-2231/37 |
| BELLO PARGA | MA -3069/70 | 4-JÔNICE TRISTÃO | ES-3130/32 |
| LEONEL PAIVA | DF- 1248 | 5-FREITAS NETO | PI-2131/37 |
| JONAS PINHEIRO | MT - 2271/72 | 6-JOSAPHAT MARINHO | BA - 1041/1141 |
| JÃO ROCHA | TO -4071/72 | 7-JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/98 |
| JÚLIO CAMPOS | MT - 1247/1447 | 8-DJALMA BESSA | BA- 2211/12 |
| PMDB | | | |
| GILVAM BORGES | AP-2151/52 | 1-WELLINGTON ROBERTO | PB-3139/40 |
| FERNANDO BEZERRA | RN-2461/67 | 2-MARLUCE PINTO | RR-1101/1201 |
| NEY SUASSUNA | PB-1145/1245 | 3-MAURO MIRANDA | GO-2091/92 |
| JOSÉ SAAD | GO-3149/50 | 4-ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/02 |
| CARLOS BEZERRA | MT-2291/92 | 5-PEDRO SIMON | RS-3230/31 |
| RAMEZ TEBET | MS-2221/22 | 6-CASILDO MALDANER | SC-2141/42 |
| JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 | 7-GERSON CAMATA | ES-3203/04 |
| PSDB | | | |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/12 | 1-TEOTÔNIO VILELA FILHO | AL-4093/94 |
| SÉRGIO MACHADO | CE- 2281-82 | 2-REGINALDO DUARTE | CE-3242/43 |
| JEFFERSON PERES | AM-2061/62 | 3-LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/02 |
| PEDRO PIVA | SP- 2351/52 | 4-LÚDIO COELHO | MS-2381/82 |
| OSMAR DIAS | PR-2124/25 | 5-VAGO | |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) | | | |
| EDUARDO SUPLICY - PT | SP-3213/15 | 1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB | SE-2201/02 |
| LAURO CAMPOS - PT | DF-2341/42 | 2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT | AP-2244/46 |
| ADEMIR ANDRADE - PSB | PA-2101/02 | 3- ROBERTO FREIRE - PPS | PE-2161/67 |
| JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT | SE- 2391/92 | 4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT | RJ-1121/4229 |
| PPB | | | |
| VAGO | | 1-EPITACIO CAFETEIRA | MA-1402/11 |
| LEVY DIAS | MS-1128/1228 | 2- LEOMAR QUINTANILHA | TO- 2071/77 |
| PTB | | | |
| ODACIR SOARES | RO-3218/19 | VAGO | |

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 08/01/99.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---------------------------------------|---------------|---------------------------|--------------|
| PFL | | | |
| ROMERO JUCA | RR-2111/17 | 1-GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/47 |
| JONAS PINHEIRO | MT-2271/77 | 2-EDISON LOBÃO | MA-2311/15 |
| JOSÉ ALVES | SE-4055/57 | 3-JÔNICE TRISTÃO | ES-3130/32 |
| BELLO PARGA | MA-3069/72 | 4-FREITAS NETO | PI-2131/37 |
| JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/98 | 5-JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/67 |
| LEONEL PAIVA | DF-1046/1146 | 6-BERNARDO CABRAL | AM-2081/87 |
| MOREIRA MENDES | RO-2231/37 | 7-ROMEU TUMA | SP-2051/57 |
| DJALMA BESSA | BA - 2211/12 | 8-JOÃO ROCHA | TO-4070/71 |
| JÚLIO CAMPOS | MT- 1247/1447 | 9-VAGO | |
| PMDB | | | |
| CARLOS BEZERRA | MT- 2291/97 | 1-JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 |
| GILVAM BORGES | AP-2151/57 | 2- VAGO | |
| JOÃO FRANÇA (1) | RR-3067/4078 | 3- JOSÉ SAAD | GO-3149/50 |
| CASILDO MALDANER | SC-2141/47 | 4-JOSÉ SARNEY | AP-3429/31 |
| MAURO MIRANDA | GO-2091/92 | 5-DJALMA FALCÃO | AL-2261/62 |
| NABOR JUNIOR | AC-1478/1378 | 6-VAGO | |
| MARLUCE PINTO | RR-1101/4062 | 7-VAGO | |
| IRIS REZENDE | GO-2032/33 | 8-VAGO | |
| PSDB | | | |
| LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/07 | 1-ARTUR DA TAVOLA | RJ-2431/37 |
| OSMAR DIAS | PR-2124/25 | 2-REGINALDO DUARTE | CE-3242/43 |
| LÚDIO COELHO | MS-2381/87 | 3-SERGIO MACHADO | CE-2281/87 |
| CARLOS WILSON | PE-2451/57 | 4-VAGO | |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/16 | 5-JEFFERSON PERES | AM-2061/67 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) | | | |
| GERALDO CÂNDIDO | RJ-2171/72 | 1-EMILIA FERNANDES - PDT | RS-2331/37 |
| MARINA SILVA - PT | AC-2181/87 | 2-LAURO CAMPOS - PT | DF-2341/47 |
| ADEMIR ANDRADE - PSB | PA-2101/07 | 3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT | RJ-1121/4229 |
| SEBASTIÃO ROCHA - PDT | AP-2244/46 | 4-ROBERTO FREIRE - PPS | PE-2161/67 |
| PPB | | | |
| ERNANDES AMORIM | RO-2051/57 | 1-EPITACIO CAFETERIA | MA-4073/74 |
| LEOMAR QUINTANILHA | TO-2071/76 | 2-VAGO | |
| PTB | | | |
| ODACIR SOARES | RO-3218/3219 | 1-ARLINDO PORTO | MG- 2321/22 |

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA N° 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515 **FAX: 311-3652**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4ªs feiras às 14:00 hs.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

| TITULARES | | SUPLENTEs | |
|---------------------------------------|----------------|-------------------------|--------------|
| PFL | | | |
| GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/47 | 1-JÔNICE TRISTAO | ES-3130/32 |
| EDISON LOBÃO | MA-2311/15 | 2-ROMERO JUCA | RR-2111/17 |
| MOREIRA MENDES | RO-2231/37 | 3-JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/67 |
| BERNARDO CABRAL | AM-2081/87 | 4-LEONEL PAIVA | DF-1046/1146 |
| FRANCELINO PEREIRA | MG-2411/17 | 5-DJALMA BESSA | BA - 2211/12 |
| JOSAPHAT MARINHO | BA - 1041/1141 | 6-BELLO PARGA | MA-3069/72 |
| ROMEU TUMA | SP-2051/52 | 7-GILBERTO MIRANDA | AM-1166/3104 |
| PMDB | | | |
| JADER BARBALHO | PA-3051/53 | 1-VAGO | |
| JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 | 2-NEY SUASSUNA | PB-4345/46 |
| ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/07 | 3-CARLOS BEZERRA | MT-2291/97 |
| RAMEZ TEBET | MS-2221/27 | 4-CASILDO MALDANER | SC-2141/47 |
| PEDRO SIMON | RS-3230/32 | 5-FERNANDO BEZERRA | RN-2461/2467 |
| DJALMA FALCÃO | AL-2261/62 | 6-GILVAM BORGES | AP-2151/52 |
| PSDB | | | |
| JEFFERSON PERES | AM-2061/67 | 1-RICARDO SANTOS | ES-2022/24 |
| SÉRGIO MACHADO | CE-2284/87 | 4-PEDRO PIVA | SP-2351/52 |
| LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/07 | 2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/17 |
| REGINALDO DUARTE | CE-3242/43 | 3-OSMAR DIAS | PR-2124/25 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) | | | |
| ANTONIO C. VALADARES- PSB | SE-2201/04 | 1-ADEMIR ANDRADE - PSB | PA-2101/07 |
| ROBERTO FREIRE - PPS | PE-2161/67 | 2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT | AP-2241/47 |
| JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT | SE-2391/97 | 3-MARINA SILVA - PT | AC-2181/87 |
| PPB | | | |
| VAGO | | 1-LEVY DIAS | MS-1128/1228 |
| EPITACIO CAFETEIRA | MA- 4073/74 | 2- LEOMAR QUINTANILHA | TO-2073/74 |
| PTB | | | |
| ODACIR SOARES | RO-3218/3219 | 1-ARLINDO PORTO | MG- 2321/22 |

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 07/01/99

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

| TITULARES | | SUPLENTEs | |
|---------------------------------------|--------------|----------------------------|--------------|
| PFL | | | |
| DJALMA BESSA | BA - 2211/12 | 1-BERNARDO CABRAL | AM-2081/82 |
| HUGO NAPOLEÃO | PI-3085/87 | 2-GERALDO ALTHOFF | SC-2042/43 |
| JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/98 | 3-LEONEL PAIVA | DF-1046/1146 |
| JÔNICE TRISTÃO | ES-3130/32 | 4- FRANCELINO PEREIRA | MG-2411/12 |
| JOÃO ROCHA | TO-4070/71 | 5-GILBERTO MIRANDA | AM-3104/05 |
| ROMERO JUCÁ | RR-2111/17 | 6-JONAS PINHEIRO | MT-2271/72 |
| ROMEU TUMA | SP-2050/57 | 7-WALDECK ORNELAS (2) | BA |
| EDISON LOBÃO | MA-2311/46 | 8-VAGO | |
| PMDB | | | |
| JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 | 1-RAMEZ TEBET | MS-2222/23 |
| FERNANDO BEZERRA | RN-2461/67 | 2-JOSÉ SAAD | GO-3149/50 |
| ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/02 | 3-NEY SUASSUNA | PB-4345/46 |
| GERSON CAMATA | ES-3203/04 | 4-NABOR JUNIOR | AC-1478/1378 |
| JOSÉ SARNEY (3) | AP-3429/31 | 5-DJALMA FALCÃO | AL-2261/62 |
| JOÃO FRANÇA (1) | RR-3067/68 | 6-IRIS REZENDE | GO-2032/33 |
| VAGO | | 7-PEDRO SIMON | RS-3230/31 |
| PSDB | | | |
| ARTUR DA TAVOLA | RJ-2431/32 | 1-JEFFERSON PERES | AM-2061/62 |
| VAGO | | 2-SÉRGIO MACHADO | CE - 2281/82 |
| RICARDO SANTOS | ES-2022/24 | 3-LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/02 |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | AL-4093/94 | 4-CARLOS WILSON | PE-2451/52 |
| REGINALDO DUARTE | CE-3242/43 | 5-PEDRO PIVA | SP-2351/52 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) | | | |
| LAURO CAMPOS - PT | DF-2341/42 | 1-GERALDO CÂNDIDO | RJ-2171/72 |
| MARINA SILVA - PT | AC-2181/82 | 2-ANTONIO C. VALADARES PSB | SE-2201/07 |
| EMILIA FERNANDES - PDT | RS-2331/37 | 3-SEBASTIÃO ROCHA | AP-2242/44 |
| ABDIAS NASCIMENTO - PDT | RJ-4229/30 | 4-VAGO | |
| PPB | | | |
| LEVY DIAS | MS-1128/1228 | 1-VAGO | |
| LÊOMAR QUINTANILHA | TO-2071/72 | 2-ERNANDES AMORIM | RO-2251/57 |
| PTB | | | |
| ODACIR SOARES | RO-3218/19 | 1-VAGO | |

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5ª feiras às 14:00 hs.

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY (3)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

| TITULARES | | SUPLENTEs | |
|---------------------------------------|-------------|-------------------------|--------------|
| PFL | | | |
| GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/47 | 1- VAGO | |
| HUGO NAPOLEÃO | PI-4478/79 | 2-BELLO PARGA | MA-3069/72 |
| JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/67 | 3-JOÃO ROCHA | TO-4070/71 |
| BERNARDO CABRAL | AM-2081/87 | 4-JOSÉ ALVES | SE-4055/57 |
| ROMEU TUMA | SP-2051/57 | 5-GERALDO ALTHOFF | SC-2042/43 |
| JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/99 | 6- MOREIRA MENDES | RO-2231/37 |
| PMDB | | | |
| JOSÉ SARNEY (1) | AP-3429/31 | 1-MARLUCE PINTO | RR-1101/4062 |
| PEDRO SIMON | RS-3230/31 | 2-FERNANDO BEZERRA | RN-2461/67 |
| CASILDO MALDANER | SC-2141/47 | 3-MAURO MIRANDA | GO-2091/92 |
| JADER BARBALHO | PA-3051/53 | 4-GERSON CAMATA | ES-3203/04 |
| VAGO | | 5-IRIS REZENDE | GO-2032/33 |
| PSDB | | | |
| ARTUR DA TAVOLA | RJ-2431/36 | 1-RICARDO SANTOS | ES-2022/24 |
| CARLOS WILSON | PE-2451/57 | 2-TEOTÔNIO VILELA FILHO | AL-4093/95 |
| LÚDIO COELHO | MS-2381/87 | 3-OSMAR DIAS | PR-2121/27 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) | | | |
| GERALDO CÂNDIDO | RJ-2171/72 | 1-EDUARDO SUPLICY - PT | SP-3215/16 |
| ABDIAS NASCIMENTO - PDT | RJ-3188/89 | 2-ADEMIR ANDRADE - PSB | PA-2101/02 |
| EMILIA FERNANDES - PDT | RS-2331/37 | 3-MARINA SILVA-PT | AC-2181/82 |
| PPB | | | |
| LEOMAR QUINTANILHA | TO-2073/74 | 1-LEVY DIAS | MS-1128/1228 |
| PTB | | | |
| ARLINDO PORTO | MG- 2321/22 | 1-ODACIR SOARES | RO-3218/19 |

(1) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496 FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5ªs feiras às 10:00 hs.

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

| TITULARES | | SUPLENTEs | |
|---------------------------------------|----------------|------------------------|--------------|
| PFL | | | |
| JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/2367 | 1- JOSAPHAT MARINHO | BA-1041/1141 |
| ROMERO JUCÁ | RR-2111/2117 | 2- JONAS PINHEIRO | MT-2271/2277 |
| GERALDO ALTHOFF | SC-2042/43 | 3- GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/3247 |
| JÔNICE TRISTÃO | ES-3130/32 | 4- WALDECK ORNELAS (1) | BA |
| JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/3199 | 5- JOSÉ ALVES | SE-4055/4057 |
| HUGO NAPOLEÃO | PI - 4478/4479 | 6-ROMEU TUMA | SP-2051/57 |
| FREITAS NETO | PI-2131/37 | 7-GILBERTO MIRANDA | AM-1166/3104 |
| PMDB | | | |
| NABOR JÚNIOR | AC-1478/1378 | 1-ROBERTO REQUIAO | PR-2401/2407 |
| MAURO MIRANDA | GO-2091/92 | 2-RAMEZ TEBET | MS-2221/27 |
| GERSON CAMATA | ES-3203/ 3204 | 3-CARLOS BEZERRA | MT-2291/2297 |
| IRIS REZENDE | GO-2032/33 | 4- VAGO | |
| MARLUCE PINTO | RR-1101/4062 | 5-JOSÉ SARNEY (3) | AP-2351/52 |
| RENAN CALHEIROS (2) | AL | 6- VAGO | |
| PSDB | | | |
| RICARDO SANTOS | ES-2022/24 | 1-CARLOS WILSON | PE-2451/2457 |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/2017 | 2-VAGO | |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | AL-4093/95 | 3-OSMAR DIAS | PR-2121/2127 |
| PEDRO PIVA | SP- 2351/52 | 4-LÚDIO COELHO | MS-2381/87 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) | | | |
| JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT | SE-2391/2397 | 1-VAGO | |
| ANTONIO C. VALADARES | SE-2201/07 | 2-EDUARDO SUPLYCY (PT) | DF-2341/47 |
| EMILIA FERNANDES - PDT | RS-2331/37 | 3- LAURO CAMPOS (PT) | |
| PPB | | | |
| LEVY DIAS | MS-1128/1228 | 1-VAGO | |
| ERNANDES AMORIM | RO-2251/57 | 2- EPITACIO CAFETEIRA | MA- 4073/74 |
| PTB | | | |
| ODACIR SOARES | RO-3218/19 | 1-ARLINDO PORTO | MG - 2321/22 |

(1) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)

FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 08/01/99

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA**VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON****(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)**

| TITULARES | | SUPLENTEs | |
|---------------------------------------|--------------|----------------------|--------------|
| PFL | | | |
| JOSAPHAT MARINHO | BA-1041/1141 | 1-GERALDO ALTHOFF | SC-2042/43 |
| JOSÉ ALVES | SE-4055/56 | 2-FRANCELINO PEREIRA | MG-2411/17 |
| JÚLIO CAMPOS | MT-1247/1447 | 3-DJALMA BESSA | BA - 2211/12 |
| JOÃO ROCHA | TO-4070//71 | | |
| GILBERTO MIRANDA | AM-3104/05 | | |
| PMDB | | | |
| JOSÉ SAAD | GO-3149/50 | 1-GILVAM BORGES | AP-2151/57 |
| NEY SUASSUNA | PB-4345/46 | 2-JOÃO FRANÇA (1) | RR-3067/68 |
| DJALMA FALCÃO | AL-2261/62 | | |
| WELLINGTON ROBERTO | PB-3139/40 | | |
| MARLUCE PINTO | RR-1101/1201 | | |
| PSDB | | | |
| REGINALDO DUARTE | CE-3242/43 | 1-RICARDO SANTOS | ES-2022/24 |
| CARLOS WILSON | PE-2451/57 | 2-VAGO | |
| PEDRO PIVA | SP-2351/52 | | |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) | | | |
| EDUARDO SUPLICY - PT | SP-3215/16 | 1-GERALDO CÂNDIDO | RJ-2171/72 |
| VAGO | | | |
| PPB | | | |
| EPITACIO CAFETEIRA | MA-4073/74 | 1-ERNANDES AMORIM | RO-2051/55 |
| PTB | | | |
| ODACIR SOARES | RO-3218/3219 | | |

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO**SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

| TITULARES | | SUPLENTEs | |
|---------------------------------------|------------|-------------------|------------|
| PFL | | | |
| JOSÉ ALVES | SE-4055/56 | 1-GERALDO ALTHOFF | SC-2042/43 |
| GILBERTO MIRANDA | AM-3104/05 | 2- DJALMA BESSA | BA-2211/12 |
| PMDB | | | |
| JOSÉ SAAD | | 1-JOÃO FRANÇA (1) | RR-3067/68 |
| VAGO | | | |
| PSDB | | | |
| VAGO | | 1-VAGO | |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) | | | |
| EDUARDO SUPPLY - PT | SP-3215/16 | | |
| PPB + PTB | | | |
| EPITACIO CAFETEIRA | MA-4073/74 | | |

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 04/01/99

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PFL

JÚLIO CAMPOS MT-1247
GILBERTO MIRANDA AM-3104-05
JOSÉ SAAD GO-3148/50
NEY SUASSUNA PB-4345/46

1-GERALDO ALTHOFF
2-FRANCELINO PEREIRA
PMDB
2-JOÃO FRANÇA

SC-2042/43
MG-2411/17
RR-3067/68

PSDB

2 - VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT SP-3215/16
ERNADES AMORIM RO-2251/55

PPB + PTB

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

ATUALIZADA EM: 04/01/99

ANDAMENTO

EM 29.04.98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTEs)

| TITULARES | SUPLENTEs |
|---|----------------------|
| SENADORES | |
| PMDB | |
| JOSÉ FOGAÇA | 1 - PEDRO SIMON |
| CASILDO MALDANER | 2 - ROBERTO REQUIÃO |
| PFL | |
| DJALMA BESSA | 1 - JOEL DE HOLLANDA |
| | 2 - JÚLIO CAMPOS |
| PSDB | |
| LÚDIO COELHO | |
| PPB | |
| LEVY DIAS | |
| PTB | |
| JOSÉ EDUARDO | |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS) | |
| GERALDO CÂNDIDO | 1 - EMÍLIA FERNANDES |

| TITULARES | SUPLENTEs |
|-----------------------|------------------|
| DEPUTADOS | |
| PFL/PTB | |
| PAULO BORNHAUSEN | VALDOMIRO MEGER |
| JOSÉ CARLOS ALELUIA | BENITO GAMA |
| PMDB | |
| EDISON ANDRINO | CONFÚCIO MOURA |
| GERMANO RIGOTTO | ROBSON TUMA |
| PSDB | |
| FRANCO MONTORO | NELSON MARCHEZAN |
| CELso RUSSOMANO | RENATO JONHSSON |
| PPB | |
| JÚLIO REDECKER | |
| PT/PDT/PC do B | |
| MIGUEL ROSSETTO | LUIZ MAINARDI |

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETARIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS